

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Fórum Cultural da Chasa, em Alverca do Ribatejo, pelas 9h30, do dia 2015/12/16

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Atas nº 24/2015, da reunião de câmara extraordinária de 2015/10/29, nº 25/2015, da reunião de câmara de 2015/11/04, e nº 26/2015, da reunião de câmara de 2015/11/18			Aprovação
2	Aquisição de terreno destinado ao campo de futebol do Alhandra Sporting Club			Aprovação
3	Aquisição de prédios urbanos - Travessa Carvalho Araújo	Sociedade J. C. Bessa, Lda e Jaime Manuel Teixeira Duarte Bessa	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
4	Comissão instaladora da Associação Promotora do Cluster Aeronáutico de Alverca do Ribatejo			Aprovação
5	Contrato de comodato com a Associação Portuguesa de Aviação Ultraleve			Aprovação
	APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
6	Regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e prestação de serviços do Município de Vila Franca de Xira			Aprovação
7	Inspeção periódica de ascensores - Rua Morgado da Póvoa, nº 5, Quinta da Piedade - Restituição de valor	APAC - Associação Popular de Apoio à Criança	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
8	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
9	Legislação-síntese e editais			Conhecimento

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Fórum Cultural da Chasa, em Alverca do Ribatejo, pelas 9h30, do dia 2015/12/16

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
10	Pagamentos autorizados	Rosa Maria Lopes Pacheco		Conhecimento
11	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
12	Eleição da Assembleia da República 2015 - Transferência de verbas para as juntas de freguesia			Aprovação
13	Eleição do Presidente da República - 24 de janeiro de 2016 - Aquisição de material para as assembleias de voto - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
14	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença			Aprovação
15	Estágio curricular - Curso de Especialização Tecnológica em Gestão de Redes e Sistemas Informáticos - Protocolo			Aprovação
16	10ª alteração ao orçamento, plano plurianual de investimentos e 8ª alteração ao plano municipal de atividades da Câmara Municipal para 2015			Aprovação
17	Abertura de procedimento - Consulta para financiamento a médio prazo - Aquisição de frações e demolições na Encosta do Monte Gordo		Vila Franca de Xira	Ratificação
18	Contratação de empréstimo a médio prazo para financiamento - Aquisição de frações e demolições na Encosta do Monte Gordo, até 870 000,00€ - Adjudicação e remessa à Assembleia Municipal para autorização		Vila Franca de Xira	Aprovação
19	Aquisição de serviço de energia elétrica para as instalações alimentadas em média e baixa tensão especial do Município - Liberação de garantia bancária			Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Fórum Cultural da Chasa, em Alverca do Ribatejo, pelas 9h30, do dia 2015/12/16

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
20	Aluguer de estruturas de palco para os espetáculos do Colete Encarnado de 2016 e 2017 - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
21	Aluguer de equipamento de sonorização, imagem e iluminação do palco para os espetáculos "Passerelle D'Ouro" - Anos 2016/2017 - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
22	Aquisição e montagem de contentores subterrâneos para deposição de resíduos sólidos urbanos - Autorização da escolha do procedimento e remessa à Assembleia Municipal para início do procedimento e autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
23	Aquisição de energia elétrica em regime de mercado livre, para as instalações alimentadas em média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE), do Município - Anos 2016/2017 - Autorização da escolha do procedimento e remessa à Assembleia Municipal para início do procedimento e autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
24	Aluguer de um Home-Deposit - Serviço de recolha descentralizada de fundos, na Loja do Município - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
25	Compromissos plurianuais - Remessa à Assembleia Municipal para autorização			Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
26	Relação de atos da competência da Câmara Municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
27	Projeto de loteamento denominado por Quinta da Cevadeira 2	Real Condado Imobiliário, Lda	Castanheira do Ribatejo	Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Fórum Cultural da Chasa, em Alverca do Ribatejo, pelas 9h30, do dia 2015/12/16

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
28	Aumento de comproprietários - Lugar da Igreja	Carla Margarete Ramos Rodrigues Gonçalves	Cachoeiras	Ratificação
29	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 15, do loteamento da Quinta da Ponte	Carlos Manuel de Almeida Carvalho	S. João dos Montes	Aprovação
30	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 278, antigo lote 276, do loteamento da Quinta da Ponte	Manuel Dias Horta	S. João dos Montes	Aprovação
31	Alteração ao loteamento dos Baltares (parcelas 1 e 2) - Alvarás de loteamento nº 1/2013 e nº 2/2013 AUGI		Sobralinho	Aprovação
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
32	Jardins do Arroz - Passeio Ribeirinho - Auto de vistoria para efeitos de liberação parcial da caução	Santos Aparício - Construção Civil e Obras Públicas, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
33	Alteração ao Regulamento de Trânsito da Freguesia de Vila Franca de Xira - Remessa à Assembleia Municipal para aprovação		Vila Franca de Xira	Aprovação
34	Conclusão da recuperação e ampliação da EB nº 2 e Jardim de Infância nº 4 - Auto de receção definitiva parcial	Costa & Carvalho, SA	Alverca do Ribatejo	Aprovação
35	Trabalhos da EDP Distribuição, SA, no âmbito do contrato de concessão e decorrentes de programas desenvolvidos pelo Município - Ano de 2016 - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
36	Adaptação das antigas instalações do posto da GNR a esquadra da PSP - Abertura de Procedimento		Vila Franca de Xira	Aprovação
37	Regularização do rio Crós-Cós - Auto de vistoria para efeitos de liberação de caução	Conduril - Engenharia, SA	Alverca do Ribatejo	Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Fórum Cultural da Chasa, em Alverca do Ribatejo, pelas 9h30, do dia 2015/12/16

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
38	Salão de Artesanato 2015 - Devolução de taxa de participação	José Rodrigues Ferreira		Aprovação
39	Atribuição de topónimos - União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz			Aprovação
40	Atribuição de topónimos - União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho			Aprovação
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
41	Projeto "Poder (Es)Colher" - Atribuição de apoio excecional			Aprovação
42	Realização do Campeonato Nacional de Inverno de Natação Adaptada 2016 - Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo	Federação Portuguesa de Natação		Aprovação
43	Apoio municipal à Audição de Jovens Músicos da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Póvoa de Santa Iria			Aprovação
44	Regulamento de Habitação Municipal			Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
45	Ata em minuta da reunião			Aprovação


MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2015/12/16

Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, pelas 9h30, no Fórum Cultural da Chasa, em Alverca do Ribatejo, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Ana Lúcia Alves Cardoso; -----
. Rui Ribeiro Rei; -----
. António José Sequeira Félix; -----
. Aurélio dos Santos Marques; -----
. José António da Silva de Oliveira; -----
. Ernesto Simões Ferreira; -----
. Maria de Fátima Pires Antunes. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores João Manuel Correia Pires de Carvalho e Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituídos pelos Srs. Ana Paula Bayer Lourenço e Ernesto Simões Ferreira, respetivamente. -----

Entrou no decurso da reunião a Srª Vereadora Ana Paula Bayer Lourenço, pelas 9h32, durante o período antes da ordem do dia.-----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Telma Alexandra Guerreiro Marques, Assistente Operacional.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 002

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Chefe do Gabinete-----

Dr. Renato Gonçalves -----

. Adjuntos-----

Jorge Zacarias-----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO-----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento-----

Adão Conde-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra-----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Isabel Araújo-----

. Prestador de serviços de apoio ao gabinete-----

Dr. Luís Vasconcelos-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Técnica Superior, em substituição da Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno-----

Drª Cristina Pereira-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. António Domingos-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----



Deliberação nº _____



Deliberação nº _____



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Voto de Pesar – Falecimento de Eugénia Cunhal

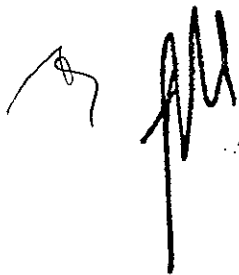
O Município de Vila Franca de Xira expressa o seu pesar pelo falecimento de Eugénia Cunhal (n. Lisboa, 1927; f. Lisboa, 10.12.2015).

Irmã mais nova do histórico líder comunista Álvaro Cunhal, Eugénia Cunhal foi professora, tradutora, jornalista e escritora, sendo autora das obras *O Silêncio do Vidro* (1962), *História de Um Condenado à Morte* (1983), *As Mãos e o Gesto* (2000), *Relva Verde Para Cláudio* (2003) e *Escrita de Esferográfica* (2008). Como tradutora fez, entre muitas outras, a primeira tradução portuguesa dos contos de Tchekov.

Membro do Partido Comunista Português, a sua vida foi pautada pela luta contra o fascismo e pelos ideais da liberdade e da democracia, sendo que atualmente pertencia ao Sector Intelectual Artes e Letras da Organização Regional de Lisboa do PCP.

Não podemos deixar de registar a estreita colaboração de Eugénia Cunhal com o Município de Vila Franca de Xira, através do Museu do Neo-Realismo, na cedência de bens culturais da sua Coleção Particular, designadamente documentação e obras da autoria de seu pai, Avelino Cunhal, e do seu irmão, Álvaro Cunhal, no âmbito das diversas exposições realizadas pelo Município, assim como a sua imensa generosidade ao doar parte significativa do espólio literário-artístico de seu pai, Avelino Cunhal, para o acervo do Museu do Neo-Realismo, enriquecendo desta forma o património artístico do Município de Vila Franca de Xira.

Vila Franca de Xira, 16 de dezembro de 2015



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

CERIMÓNIA DE ENTREGA DOS PRÉMIOS DE MÉRITO E EXCELÊNCIA ESCOLAR -----



Interveio o Sr. Presidente, dizendo que a primeira cerimónia de entrega dos prémios de mérito e excelência escolar da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira realiza-se esta sexta-feira, pelas 18h30, na Fábrica das Palavras, na sequência daquilo que foram os parâmetros estabelecidos pelo respetivo regulamento. Portanto, os agrupamentos indicaram, nesta conformidade, mais de 50 alunos para receberem estas distinções. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo se congratulam, de facto, com os prémios de mérito que serão atribuídos no dia 18, sendo que, quando se diz que as oposições se fazem com responsabilidade, e não se fazem só com a teoria do “bota abaixo”, este é um daqueles prémios que foram propostos e solicitados pelos mesmos, num dos orçamentos, para que se pudessem verdadeiramente apoiar os jovens do concelho, que se distinguem nas suas carreiras de estudante.-----

Dever-se-ia efetivamente fazer realçar isso, e ficam contentes que a atividade que fazem serve para alguma coisa e para ajudar os seus semelhantes, o que é muito importante. -----

A propósito, perguntam ainda como está a proposta que fizeram dos estágios nas empresas do concelho, o ponto de situação que se tem.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador falou sobre os prémios de mérito, e o próprio sublinha que, de facto, esta foi uma proposta da Coligação Novo Rumo, que está em desenvolvimento, e é isto que se pede também a uma oposição, que seja uma oposição construtiva. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

CONCERTO COM OS VENCEDORES DO PRÉMIO CARLOS PAREDES-----

Interveio o Sr. Presidente, reportando-se ao concerto com os vencedores do prémio Carlos Paredes deste ano, dizendo que ontem mesmo foi entregue o prémio no espaço cultural Fernando Augusto, na Póvoa de Santa Iria, ao LST - Lisboa String Trio, e no próximo sábado este agrupamento estará também na Fábrica das Palavras, para um concerto, às 21h30.-----



Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Presidente, referindo-se à Campanha de Gastronomia de Novembro, dizendo que o número de doses distribuídas este ano aumentou 14%, relativamente ao ano passado, considerando os restaurantes que, de um modo geral, o destaque para um único prato foi de facto a melhor opção. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 008

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

RESULTADOS DESPORTIVOS OBTIDOS POR ATLETAS DO CONCELHO -----

Interveio o Sr. Presidente, para transmitir, com grande satisfação, alguns êxitos de carácter desportivo de atletas do concelho.-----

Neste sentido, Pedro Marques, do Futebol Clube de Alverca, é campeão da Europa em kata, equipa júnior, na modalidade karate, uma prova que se realizou em Inglaterra. Pedro Marques é atleta do Futebol Clube do Alverca, e sagrou-se Campeão da Europa Júnior karate, em kata, em equipas, integrando a seleção nacional da modalidade. -----

Melanie Santos foi distinguida com o prémio juventude do Comité Olímpico de Portugal. Esta triatleta do Alhandra Sporting Club foi distinguida pelo COP na gala do seu centésimo sexto aniversário, no dia 14 de dezembro, com a distribuição do Prémio Juventude 2015, que se destina a premiar a atleta nacional de escalões jovens que mais se tenha distinguido no ano anterior. -----



Margarida Pereira, da Associação de Karate Shotokan, do Forte da Casa, é vice-campeã da Europa em kumite, equipa júnior, na modalidade de karate, numa prova realizada em Inglaterra, nos dias 28 e 29 de novembro. -----

Filipa Tavares bateu o recorde nacional dos 100 metros costas, em natação adaptada, e atingiu os mínimos para os campeonatos da Europa do Comité Paralímpico Europeu - IPC. -----

Os atletas do Clube Académico de Desportos - CAD atingiram o topo do ranking nacional da modalidade. Os atletas da modalidade de ténis do CAD, Illia Stoliar, em sub-16, e Rafaela Costa, em sub-14, atingiram pela primeira vez o primeiro lugar do ranking nacional nos respetivos escalões em 2015. -----

Inês Dionísio e Luís Lopes, atletas da Sociedade Euterpe Alhandrense, ficaram em primeiro lugar nos campeonatos nacionais de sala, de tiro com arco. Venceram, na prova do campeonato nacional de sala, de tiro com arco, na categoria de Júnior Recurvo, em duplo a 18 metros, que se realizou na Amadora, no dia 29 de novembro. -----

Na sequência daquilo que já tem vindo a referir, são excelentes resultados dos atletas do concelho, o que revela o excelente trabalho desenvolvido pelas associações e coletividades, que têm a sua atividade na área desportiva. -----

Fl. Livro _____



Fl. Ata _____ **009**

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que não vai citar os atletas, porque o Sr. Presidente, e muito bem, já os citou, e só dirá que se associa a estas situações. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DESTAQUE DE PROPOSTAS PRESENTES À REUNIÃO DE CÂMARA-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que nesta reunião de câmara destaca as seguintes propostas: -----

Aquisição de uma parcela de terreno nas instalações da antiga Cimianto, para a edificação do novo campo de futebol do Alhandra Sporting Club. É uma aspiração antiga, e pensa que hoje se dará um passo importante para substituir o antigo Campo do Hortinha; -----

Comissão instaladora da Associação Promotora do Cluster Aeronáutico de Alverca do Ribatejo. Considera que a constituição desta comissão é fundamental e determinante para o desenvolvimento económico do concelho e da região, através da criação de um “cluster” aeronáutico;-----

Contrato de comodato com a Associação Portuguesa de Aviação Ultraleve. É uma proposta que possibilita a instalação desta associação no concelho, em instalações desocupadas da câmara municipal, em Alverca do Ribatejo. A associação tem sede em Lisboa e, através desta proposta, caso seja aprovada, virá para a cidade de Alverca do Ribatejo; -----

Aquisição de frações e demolição dos prédios na encosta do Monte Gordo;-----

Por último, a abertura de procedimento para a construção da nova esquadra da PSP em Vila Franca de Xira, sendo que, ultrapassados diversos trâmites técnicos e burocráticos, é possível lançar este procedimento para a nova esquadra, para que seja uma realidade o mais breve possível.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo, já que o Sr. Presidente falou que se tem hoje este ponto do “cluster” aeronáutico, que é absolutamente estratégico para o concelho e para Alverca do Ribatejo, como é absolutamente estratégico para o país. Contudo, falar-se-á depois. Mais uma vez, a oposição tem que se fazer com propostas e, mais uma vez, é uma proposta que os membros da Coligação Novo Rumo fizeram, e não votaram contra. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que sobre o “cluster” aeronáutico já se falará.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO
RIBATEJO E SOBRALINHO-----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, Afonso Costa, dando as boas vindas a todos os presentes e um cumprimento especial ao Sr. Vereador Rui Rei, dizendo-lhe que na União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho é sempre um prazer recebê-lo e é sempre bem-vindo. -----

Depois, está-se no Fórum Cultural da Chasa, um equipamento que, como todos sabem, está a ser gerido pela junta de freguesia, e gostava de deixar alguns números de atividades que foram feitas, para se ver a ocupação do equipamento, porque pensa que este foi um ano importante, o ano do seu arranque. -----

Foram feitos 14 espetáculos abertos ao público, 8 ações de formação, 3 delas pelos bombeiros voluntários de Alverca. Houve 6 utilizações pela câmara municipal, 3 cedências a forças políticas do concelho, 3 ações da junta de freguesia, uma delas o encontro distrital da ANAFRE, e houve 3 encontros distritais dos rotários. -----



Além desta reunião de câmara que hoje se vai ter, ter-se-á logo à noite uma sessão da assembleia de freguesia. Amanhã este equipamento, em baixo, no auditório, vai ser cedido a uma escola para uma festa de Natal, e à noite ter-se-á também uma sessão do orçamento participativo. -----

Continuou, pedindo ao Sr. Presidente autorização para distribuir um livro que a freguesia editou, incluindo as comemorações dos 25 anos, lançado neste espaço no passado dia 30, para oferecer a todos os Srs. Vereadores, tendo o livro a história do património de Alverca. -----

Por fim, referiu que se esqueceu de cumprimentar todos os técnicos da câmara municipal e público, bem como a Srª Presidente da assembleia de freguesia, que está presente na reunião, e toda a comunicação social, desejando a todos um bom trabalho, boas festas e um bom ano. -----

Interveio o Sr. Presidente, agradecendo e cumprimentando também a Srª Presidente da assembleia de freguesia, e dizendo que se o Sr. Presidente der o prazer de distribuir o livro, agradece muito. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes, em



particular o Sr. Presidente da junta de freguesia e a Srª Presidente da assembleia de freguesia, registando a disponibilidade atenta do Sr. Presidente em dar a conhecer situações da sua freguesia, e dizendo que é bom ver presidentes de junta atentos, mesmo que às vezes não possam ter exatamente as mesmas opiniões. Regista a atitude, e agradece ainda a oferta que dirigiu aos vereadores.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dando o bom dia a todos e um cumprimento especial ao Sr. Presidente da junta de freguesia e à Srª Presidente da assembleia de freguesia, agradecendo também o presente que foi dado aos vereadores, e dizendo que já não é a primeira vez, mas, mais uma vez, terá muito gosto em ler mais uma monografia sobre a freguesia de Alverca.-----

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, cumprimentando e saudando todos os presentes, em particular o Sr. Presidente da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho e a Srª Presidente da assembleia de freguesia da mesma união.-----

Agradece ainda ao Sr. Presidente da junta o livro que ofereceu, e também já não é a primeira vez, ficando agora a aguardar, até ao fim do mandato, que haja um disco, uma vez que o Sr. Presidente da junta já tem experiência na sua produção.-----

O Sr. Vereador Ernesto Ferreira interveio, cumprimentando todos os presentes, em particular o Sr. Presidente da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, e a Srª Presidente da assembleia de freguesia, desejando boas festas a todos.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo que em relação ao Fórum Cultural da Chasa os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de questionar quais os projetos futuros para este equipamento, sendo que certamente a junta de freguesia terá alguma informação adicional para lhes dar a este respeito.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, cumprimentando todos os presentes, em particular o Sr. Presidente de junta e a Srª Presidente da assembleia de freguesia, agradecendo em primeiro lugar as palavras do Sr. Presidente da junta, até porque a democracia e a boa educação assim manda, e, de facto, ainda o seu Facebook esta semana o lembrava que fazia uns anos que os seus camaradas e companheiros do PSD e da Coligação Novo Rumo tinham sido recebidos, na altura, no Sobralinho, pelo ex-presidente de junta, de forma absolutamente mal-educada e





Fl. Ata 013

Reunião de 2015/12/16

Proc^o _____

Deliberação nº _____

antidemocrática, dizendo que esses vereadores não eram bem-vindos.-----
Aquilo que perguntou foi “quem é o senhor?”, e aliás o povo é que se encarregou,
de facto, de o colocar de fora destas atividades, pelo menos de liderança. -----
Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo, sobre o Fórum Cultural da Chasa, que
certamente o Sr. Presidente da junta poderá fazer chegar o planeamento que está
previsto, em termos de atividade para o próximo ano. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PERCURSO DA CARREIRA 345 DA RODOVIÁRIA DE LISBOA-----

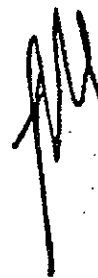

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que, como é óbvio, os membros da CDU voltam a colocar a questão da carreira 345, da Rodoviária de Lisboa, sendo que há escassos minutos teve a oportunidade de verificar, apesar de ainda ter alguma expectativa de que poderia resultar alguma coisa, na sequência duma tomada de iniciativa eventual da parte do município, com vista à realização de uma reunião com a administração da Rodoviária de Lisboa - RL, que não houve reversão da alteração do trajeto de circulação, concluindo-se imediatamente que foi e é a população do Bom Sucesso que continua a ser prejudicada. -----

Entendem que o que é grave no meio disto tudo, e as palavras não são dos membros da CDU, que até para o efeito tiveram oportunidade de fazer um "print" de algumas das informações prestadas aos utentes da RL, é que a culpa, segundo a RL, é da câmara municipal, e em quase todas as informações prestadas aos utentes da Rodoviária de Lisboa este parágrafo é constante, "a culpa é da câmara municipal", que criou problemas e obstáculos à circulação no troço entre escolas. ---

Assim sendo, o que concluem em todo este processo é que as partes têm que se entender, o que é inevitável. Portanto, perguntam: Que diligências foram tomadas pela câmara municipal, na sequência da chamada de atenção que fizeram de há 15 dias a esta parte? Quando é que a via entre escolas voltará a ser utilizada como corredor privilegiado de transportes públicos? Esta é uma pergunta que fazem à câmara municipal, porque é da câmara municipal que competem duas ordens de responsabilidade. A conservação e manutenção da via e, por outro lado, a definição do modo de circulação nessa via. É ou não verdade que a câmara municipal tenha interditado viaturas pesadas, tal como sugere e acusa a Rodoviária de Lisboa?-----

Perguntam desta maneira porque, como o próprio disse no início, é uma justificação recorrente por parte da Rodoviária de Lisboa que a câmara municipal proibiu ou impediu a circulação de viaturas pesadas na referida via. A RL agora adianta uma nova informação, que presumem ser também do conhecimento da câmara municipal, que tudo aconteceu porque, segundo a empresa, não há viaturas de 20 lugares, "minibus", disponíveis para uma dessas carreiras, que é a carreira 345. ----

No meio de tudo pensa que tem de haver, como em tudo na vida, bom senso, e



quer que fique absolutamente claro que para a CDU o que prevalece é a defesa do transporte público, o combate aos oligopólios e interesses de mercado, e, por outro lado, a necessidade urgente de reposição do trajeto e das carreiras, pois se nada for feito é um prejuízo para a mobilidade na cidade de Alverca do Ribatejo.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que está agendada uma reunião com a administração da Rodoviária de Lisboa, na sexta-feira que vem, para analisar estas questões, dizendo ainda, com toda a clareza, que não gosta de chantagens. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que não é da parte dos membros da CDU. ---

Continuou o Sr. Presidente, referindo que há, da parte do executivo, a preocupação pelo interesse público, como é óbvio, mas as questões do bom senso têm limites.----



Perguntou o Sr. Vereador Nuno Libório se é da parte da RL, o que supõe. -----

Respondeu o Sr. Presidente que o consenso da câmara municipal foi fazer uma obra de 70 000,00€ para os autocarros ali passarem, que são eles que destroem aquilo tudo, e o que diria então é que a empresa também devia comparticipar nesta obra. Propuseram-se soluções alternativas, e aquilo que a RL diz, de uma forma deselegante, é que a culpa é da câmara municipal. -----

Não é coisíssima nenhuma, a câmara municipal fez uma obra, os autocarros não podiam passar ali. A empresa prometeu uma coisa e ainda não cumpriu, que é passarem ali "minibus", portanto, é uma discussão que se vai fazer no próximo dia 18, e certamente vai ser uma conversa dura, porque, efetivamente, aquilo que tem vindo a público não lhe tem agradado absolutamente nada, e não é assim que se faz uma relação institucional boa e agradável. -----

Assim, há alguns esclarecimentos que vai pedir, para que se perceba o que se está a passar, sendo que prejudicar as pessoas para ir ao encontro de uma necessidade ou exigência, sem a fazer, não é a estratégia adequada, mas ver-se-á. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, mencionando que o Sr. Presidente já falou sobre esta carreira, e sexta-feira abordar-se-á esta questão. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ESCOLA SECUNDÁRIA DE GAGO COUTINHO – ALVERCA DO RIBATEJO -----



Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se à Escola Secundária de Gago Coutinho, em Alverca do Ribatejo, dizendo que, infelizmente, não vai perder muito tempo com a questão, pois os presentes conhecem a situação: obras suspensas desde 2011; fala-se em mais de 8 milhões já gastos; obras paradas; última informação é a hipótese de 2016, no âmbito do anterior governo e legislatura; o caso vai para tribunal; e o empreiteiro interpõe uma ação judicial contra a Parque Escolar, alegando incumprimentos financeiros. -----

No meio disto tudo são mais de 1000 crianças ou jovens sem acesso a obras já concluídas, bem como o município de Vila Franca de Xira impedido de valorizar um equipamento que há muito era necessário ao serviço da educação pública no concelho, e não é porque os tempos sejam diferentes, tem-se é atraso em relação a esta matéria, e na opinião dos membros da CDU a câmara municipal deve requerer com muita urgência toda a informação disponível. -----

Por aquilo que sabem houve compromissos do anterior governo que obviamente têm que transitar, designadamente para 2016, e dentro do contexto desses compromissos houve alguns, como sejam, por exemplo, a revisão do projeto, com o anúncio de que se apontava para uma redução da área de construção, não prejudicando oferta educativa, mas, fundamentalmente, reduzindo os custos, e desconhecem se isto evoluiu. Outro é que essa revisão seria estudada com a direção da escola, e parece-lhes que não é uma competência direta da câmara municipal saber se isto aconteceu, mas na verdade também desconhecem se isso aconteceu. Depois, que seria lançado novo concurso público, o que desconhecem, mas adivinham que não terá sido lançado, e reservam-se para outras informações.--

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que se descobriu hoje, passados 4 anos, e de facto o mundo dá muitas voltas, que afinal havia compromissos do governo anterior, desses “malandros” do governo anterior, sendo que já ontem se tinha ouvido também o Engº Sócrates dizer que isto da Parque Escolar é uma invenção, não existiu nada, e aquilo que a ex-ministra disse que foi uma festa também não foi nada.-----

A verdade é que a escola que era a maior prioridade do concelho, a de Vialonga,



não teve nenhuma intervenção, teve zero de intervenção, mas Alverca do Ribatejo, e a escola Gago Coutinho, onde o próprio estudou, chegou a ter um projeto de mais de 20 milhões de euros, quando uma escola nova secundária custa pouco mais de 6 milhões de euros. Não aconteceu nada na Parque Escolar, foi só uma escola de 6 milhões que custou 20 milhões. Não aconteceu nada, isto não é nenhum país africano, às vezes, mas não interessa. -----

Assim sendo, como se descobriu hoje que há compromissos, espera que se resolvam os problemas então agora, do parque escolar, no concelho de Vila Franca de Xira, em particular da Escola Secundária de Gago Coutinho, já que, volta a dizer, está numa zona de elevado potencial de população, com muita gente jovem ainda, e não é aceitável que se tenha a escola nestas circunstâncias.-----

Como a resolução dos problemas era uma questão de vontade, não era a realidade, espera que agora se possam efetivamente resolver rapidamente estes problemas, porque a partir de agora todos os problemas serão resolvidos de uma forma rápida e célere. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vice-Presidente falará, mas aquilo que quer dizer, em termos gerais, já o disse várias vezes, que, quanto a esta mudança de governo, sempre que há um novo governo criam-se expectativas. Para cada governo que está à frente dos interesses do país criam-se sempre grandes expectativas de um relacionamento institucional adequado. É isso que se espera deste, e naturalmente que se vai fazer aquilo que sempre se fez, não privilegiar nem "A", nem "B". O respeito que os governos têm que ter pelo poder local é uma exigência, e nem sempre o governo, a administração central, seja qual for o que tenha estado em funções, se têm portado bem, em particular este último, que se portou bastante mal, na intromissão da autonomia do poder local. -----

Portanto, é isso que se vai continuar a fazer, não só na área da educação, como em todas as áreas que tenham interesse para o município. Ir-se-á exigir, como sempre se exigiu, dos ministros da tutela, que resolvam as questões, e é para isso que o executivo está na câmara municipal. -----

Sobre a Parque Escolar o Sr. Vice-Presidente falará, mas diz somente que se vai fazer com este Governo aquilo que se fez com o anterior, ou seja, fazer a pressão e a insistência para que este processo seja resolvido. Interessa-lhe pouco estar a falar

de questões sobre a Parque Escolar, o que lhe interessa sobretudo é resolver aquele problema que ali está, que é uma vergonha que esteja parado, com prejuízo para os alunos e todos os que ali trabalham.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando todos os presentes, e referindo que, efetivamente, houve um grande desinvestimento na área da educação nos últimos 4 anos, como é publicamente testemunhado. Houve um estrangulamento total no que toca à qualificação das infraestruturas das escolas, e à exceção do pré-escolar e do 1º ciclo, que são da exclusiva responsabilidade da câmara municipal, onde o executivo continuou a fazer, aliás, dos maiores investimentos nos últimos anos, a verdade é que todo o investimento que estava a ser feito no âmbito do secundário, e previsto para os 2º e 3º ciclos, não foi pura e simplesmente realizado por parte do Ministério da Educação. -----

Recorda que em várias situações, por acaso sempre antes de atos eleitorais, houve anúncios por parte do Governo e do Ministério da Educação, de que iria ser feito investimento na Escola Secundária de Gago Coutinho, e das duas vezes nada se passou. O mesmo se diga relativamente a um suposto plano de eliminação da cobertura de amianto por parte do Ministério da Educação, que também não deu em absolutamente nada.-----

Quanto ao único investimento que houve, no parque do pré-escolar e no 1º ciclo não se têm neste momento coberturas de amianto, porque a câmara municipal tratou do assunto, mas, efetivamente, no que toca ao parque escolar da responsabilidade do ministério, nada foi feito nos últimos 4 anos.-----

Para além disso houve, e também isso foi várias vezes discutido na câmara municipal, e noutros fóruns em que o município está representado, um estrangulamento bastante perigoso no que toca ao financiamento de alguns programas pedagógicos com muito interesse para as crianças, seja no ensino integrado da música, seja na questão da escola a tempo inteiro, das atividades de enriquecimento curricular ou das crianças com necessidades educativas especiais, em que o ministério deixou de libertar as verbas que eram necessárias para este processo. Por isso, os investimentos que tem havido no concelho têm sido exclusivamente da responsabilidade da câmara municipal, com os seus parceiros locais.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 019

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

Dá conta, por exemplo, pegando numa das questões que foi levantada pelo Sr. Vereador Rui Rei, que respeita às dificuldades que o novo Governo encontrará certamente, que até são públicas, que já se começa a ouvir que o buraco existente nas finanças do país é muito maior do que era dito pelo PSD, mas provavelmente será por boa gestão e boa educação que o Ministério da Educação ainda não transferiu para a câmara municipal as verbas referentes a este ano letivo, no que diz respeito, quer às atividades de enriquecimento curricular, quer às refeições, quer ao pré-escolar. Naturalmente, como o governo anterior, por medida, com certeza, de boa gestão, em vez de transferir a verba para o município, como era sua obrigação, não o fez, será com certeza este Governo a ter que o fazer. -----

Uma coisa é absolutamente certa, os parceiros da câmara municipal que servem as refeições, os que fazem as atividades de enriquecimento curricular, têm os pagamentos em ordem porque a câmara municipal já fez a sua obrigação, falta o Governo fazer a dele. Faltou ao governo anterior, com certeza que não teve tempo, será com certeza, inevitavelmente, este Governo a fazê-lo, e provavelmente, nas contas que lhe passaram estaria lá esta vontade de pagar à câmara municipal o que lhe é devido. -----

Há uma questão importante que continua em cima da mesa, estava em cima da mesa e continua, que diz respeito à recuperação, ao término da obra da Gago Coutinho, que parece absolutamente evidente, tanto que os novos edifícios estão praticamente concluídos, já estavam praticamente concluídos, e não estão a ser utilizados, e os edifícios antigos, que não tiveram obras de recuperação porque iam ser substituídos pelos outros, é onde os jovens estão a ter aulas e estão pior do que estavam há 4 anos. -----

Este assunto tem que ser resolvido, a câmara municipal tem-no acompanhado, e tem dado conta pública disso, sendo que o diretor também tem feito as reuniões com a Parque Escolar sobre a matéria, no sentido do projeto poder não ser o projeto inicial que estava feito, mas que seja um projeto executado na sua totalidade e ponha a escola com as condições mínimas que são necessárias para a qualidade do ensino hoje em dia. -----

O mesmo se diga relativamente ao parque dos 2º e 3º ciclos, nomeadamente a questão da escola de Vialonga e da escola Aristides de Sousa Mendes, na Póvoa de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 020

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

Santa Iria, que está ao lado de uma escola que foi intervencionada pela Parque Escolar, e que permitiu que a Póvoa de Santa Iria passasse a ter ensino secundário, que não tinha, e que era uma vontade do município há muitos anos. -----

Neste momento as crianças passam, de um período de pré-escolar e de 1º ciclo em escolas de grandes condições, para os 2º e 3º ciclos para escolas sem condições nenhuma, e depois há algumas, quando passam para o secundário, que passam de novo a ter instalações em condições. -----

Há um grande investimento a fazer, por parte da câmara municipal está-se a resolver um conjunto de problemas grandes que se tinha relativamente ao parque escolar, mas, efetivamente, o Governo terá que fazer um grande investimento nesta área, porque passou-se 4 anos a perder tempo, em que nada foi feito nesta área da educação por parte do Ministério da Educação. -----





Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
 ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL – ALTO DE ARCENA – CASAL DO CABREIRO -
 ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que para ser muito rápido o que diz ao Sr. Presidente é que os membros da CDU gostariam de saber qual é o ponto de situação das AUGI no Alto de Arcena, com particular destaque, sem prejuízo, como é óbvio, para a ordem de importância que as mesmas a todos merecem, para a resolução da área denominada Casal do Cabreiro. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que inicialmente foi elaborado um estudo que incluía o Casal do Cabreiro e o Casal da Carcaça, e mais tarde foi constituída uma comissão, separando-se as duas AUGI. Portanto, hoje existe uma comissão do Casal da Carcaça, e no Casal do Cabreiro só agora é que as pessoas se estão a movimentar.-----

Houve reuniões, uma das quais no dia 24 de novembro, com as pessoas, e está-se a ver se se encontra uma solução, sendo que, obviamente, a questão da comparticipação da realização das infraestruturas tem que ser assumida pela comissão, e ainda se tem que ver uma coisa que é fundamental para as decisões finais, que é perceber quanto custa e o que é necessário fazer em termos de infraestruturas. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ROBOTARIUM - ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se ao Robotarium, e não tanto por criticar por criticar, mas fundamentalmente para chamar à atenção que, se nada for feito, mais caro custa reparar aquilo que a todos custou.-----

O Sr. Presidente poderá dizer “lá vêm vocês, têm essa para levantar, e cada um carrega a cruz que lhe destinaram”, mas não é nada disso, devendo o Sr. Presidente acreditar que é porque o que está em causa é que em 2009 foram mais de 100 000,00€ gastos, destruídos por atos gratuitos de vandalismo, que não se conseguem controlar e muito menos prevenir, e a culpa, como é óbvio, não foi do município. Em 2014 a estrutura foi deslocada para o centro da cidade de Alverca do Ribatejo, e com ou sem atos de vandalismo o problema é que continua a não funcionar. Foram mais 50 000,00€ gastos para a sua reinstalação, e parece que o Robotarium continua a não funcionar, ou, se funciona, tem dias.-----

O que fazer? Como resolver? -----

A Srª Vereadora Ana Paula Bayer interveio, mencionando a situação do Robotarium, questionando para quando a transição definitiva para a escola Gago Coutinho, como inicialmente previsto, mas pelos vistos não foi até ao momento concretizado. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que na sexta-feira o Robotarium vai ser realocado. Entendeu-se que aquele local não é o mais adequado, e aliás teve ocasião de dizer, na inauguração, que achava que devia estar num local onde pudesse estar mais de acordo com as necessidades de aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, para a questão que foi colocada pela CDU e pela Coligação Novo Rumo, na sexta-feira o Robotarium vai ser deslocado para a escola Gago Coutinho, onde se vai estabelecer uma parceria, para que os alunos da área possam usufruir deste equipamento, porque reconhece que ali a rentabilidade que está a ser dada é relativamente pequena. -----

Contudo, também o Sr. Vice-Presidente poderá desenvolver mais esta matéria, porque tem sido ele que tem feito esta ponte entre a câmara municipal e a escola Gago Coutinho. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PASSAGENS PEDONAIS DO JARDIM ÁLVARO VIDAL E MALVAROSA - ALVERCA DO
RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se à passagem pedonal que serve o Jardim Álvaro Vidal, em Alverca do Ribatejo, perguntando por que razão não se estuda, para não dizer “não se aplica”, pois pode haver alguma precipitação de quem faça a defesa dessa proposta, uma situação idêntica para o controlo de atos de vandalismo que assiste noutros pontos do concelho, para o elevador, que há vários anos deixou de servir a população para o jardim. -----

Por que razão, no mínimo, não se avalia uma proposta idêntica? Os membros da CDU não concordam que, depois do dinheiro gasto, a decisão seja desativar, e aliás têm a ideia que o elevador até já foi desativado. -----

Como se costuma dizer, está dito, e o Sr. Presidente agora fará o que quiser com estas palavras, sendo que a questão é qual a utilidade a dar ao elevador, que consideram que faz sentido. -----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando se o Sr. Vereador está a falar da torre e do elevador. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório afirmativamente, e que o mesmo se aplica à passagem pedonal superior que serve a Malvarosa. -----

O Sr. Presidente alegou que agora é a Infraestruturas de Portugal que não quer receber a infraestrutura, mas a conceção e apoio ao projeto não foi da Infraestruturas de Portugal, foi nos termos de um alvará aprovado por esta câmara municipal, e muito valorizado pelo executivo do Partido Socialista, para a passagem pedonal, que até se tornou um ícone da arquitetura urbana e merecedora de alguns prémios de natureza nacional e internacional. -----

Assim, é absolutamente estranho constatar o estado de degradação, e portanto, a mesma questão que colocaram para o elevador, coloca-se para aqui. Se existem medidas para proteger o bem público, e que estão a funcionar com relativo sucesso noutros pontos do concelho, porque é que as mesmas não são replicadas para a cidade de Alverca? -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que desde o início em que o elevador foi colocado os atos de vandalismo foram mais que muitos, e nunca funcionou,



Fl. Ata 024

Reunião de 2015/12/16

Proc^o

Deliberação nº

praticamente. Logo, o que se tinha a fazer era retirá-lo, acondicioná-lo, e está nas oficinas da câmara municipal para poder vir a ser reaproveitado. Também se vai melhorar, em termos visuais, a própria passagem superior na zona do jardim municipal Álvaro Vidal.-----

Quanto à Malvarosa, efetivamente ter-se-á que manter a passagem. Há este vazio de quem é quem, e, mais uma vez, a Estradas de Portugal não assumiu as suas responsabilidades, e não se pode esperar mais, mas reconhece que, de facto, a passagem tem que ter manutenção rapidamente. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

INVESTIMENTOS NAS ANTIGAS ÁREAS INDUSTRIAIS - ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se aos investimentos nas antigas áreas industriais ou de desenvolvimento económico, da ex-Tertir, Nestlé e Areias, em Alverca do Ribatejo, dizendo que os membros da CDU, internamente, discutem muito sobre estas matérias, e preocupa-os algum estado de inação por parte do município relativamente a esta matéria.-----



No momento em que se diz que é preciso ter uma política pública de desenvolvimento económico, a câmara municipal, no mínimo, o que tem de fazer, e repetindo o que já sobejamente é conhecido por todos, é, de duas uma, caçar as licenças de construção por incumprimento dos promotores, uma vez que as mesmas não avançam ou não avançaram nos termos dos prazos autorizados e, paralelamente, acionar os seus mecanismos de elaboração de instrumentos de gestão territorial (planos de pormenor, unidades operativas, estudos urbanísticos, o que quer que seja), para planificar e orientar uma visão de desenvolvimento para a cidade e para o concelho.-----

É aquilo que se exige da câmara municipal.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando o ponto de situação dos projetos comerciais em Alverca do Ribatejo, e dizendo que tinha esta questão para perguntar porque os membros da Coligação Novo Rumo votaram a favor dos projetos comerciais em Alverca, não votaram contra, e agora não chegam à reunião e perguntam: “Malandros, não fizeram nada”. -----

Se votaram contra, era mesmo para não fazer nada, o Partido Comunista votou contra os projetos comerciais em Alverca, acusando o Partido Socialista e o PSD de pacto com os tipos do imobiliário, e pensa o próprio que deve ter sido com aqueles que deitaram abaixo o cinema, que ainda ontem lá passou, está à venda, e o prédio até andou para a frente, na zona onde ficam os CTT. -----

Não consegue entender como se faz uma política destas, vota-se contra a Tertir, vota-se contra o investimento em cima, nas Areias, vota-se contra o outro investimento em frente, vota-se contra tudo, faz-se um discurso contra as grandes atividades comerciais em defesa do comércio tradicional, que é só conversa, porque não tem sustentabilidade, e depois, passado uns tempos, volta-se a “vestir a



camisa” e diz-se: “Bem, já agora, digam-me lá como é que estão os projetos comerciais, aqueles em que eu votei contra e estou contra”. -----

Não deixa de ser interessante, mas os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de saber como estão, porque efetivamente votaram a favor, se forem bem enquadrados, e na altura fizeram uma declaração, nomeadamente sobre o da Tertir, e sobre o que fica em frente à Tertir, que deveria ter sido enquadrado com o espaço de desenvolvimento da atividade do comércio local, para que os dois pudessem conviver em parceria, pois é assim que deveria acontecer.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que a Tertir é um espaço que é muito procurado, e neste momento há duas expectativas em dois domínios. Por um lado, um olhar sobre a interligação da Póvoa de Santa Iria, que vem desde a estrada dos Caniços até Alverca, e também a incluir no plano, para se perceber o que fazer um dia àquele espaço, quando eventualmente a loja do Jumbo sair dali. Portanto, é um plano que se está a estudar, na medida em que há uma intenção de eventualmente o Jumbo passar para uma parte da Tertir, e deste modo se poder, de facto, reequacionar outras questões naquele espaço. -----

A exigência da câmara municipal é que grande parte do espaço Tertir fique reservado para atividade industrial na área da aeronáutica, e é nisso que se está a trabalhar.-----

Quanto à questão dos projetos, em Alverca, é uma matéria que, de facto, não poderia ter só sede em Vila Franca de Xira, tinham que ser projetos mais alargados, e é nesse sentido que, nas reuniões que o executivo tem tido com a ACIS, se tem dito que o desenvolvimento da atividade deve ser extensiva a todo o território, e isto para, de facto, poder ajudar o comércio tradicional.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ESCOAMENTO DE ÁGUAS NOS VIADUTOS DA A1-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que falará sobre três ou quatro questões muito rápidas. Quanto à primeira, os membros da CDU já falaram dela em reunião de câmara e, infelizmente, na segunda-feira constataram mais uma vez a necessidade imperiosa de, junto da Brisa, tentar resolver o problema dos viadutos da A1, pois assim que chove tornam-se praticamente intransitáveis os viadutos nas Areias e junto ao Brejo. -----

Não acontece tanto na zona do Sobralinho porque há um maior desnível do terreno, e a água, ainda assim, consegue escoar, mas era bom que, de facto, se conseguisse resolver este problema, porque na segunda-feira, por exemplo, era necessário sair da faixa de rodagem e ir para o lado esquerdo da mesma para poder transitar, o que se torna francamente perigoso.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso colocou questões que a câmara municipal irá referir à Brisa, da necessidade de melhor drenagem nas áreas que referiu. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, cumprimentando todos os presentes, referindo que alguns assuntos o Sr. Presidente já focou, no entanto, refere que tomou boa nota na anterior reunião em relação ao que foi colocado pela Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, na questão dos túneis, e notificou-se a Brisa. Na segunda-feira recebeu um ofício muito amável da Brisa, com muitas justificações técnicas e legais, dizendo que aquela responsabilidade caberia à Infraestruturas de Portugal. -----

Assim, muito rapidamente já se vê onde isto vai parar, e provavelmente vai ser a câmara municipal a ter que resolver mais um problema. -----

Contudo, solicitou aos serviços, ontem, para se notificar a Infraestruturas de Portugal para, por escrito, assumir se o faz ou não. -----



Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma matéria em que já se está em fase final de resolução com o fundo imobiliário. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **029**

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

CRITÉRIOS PARA A COLOCAÇÃO DE ILHAS ECOLÓGICAS -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU gostariam de saber, porque desconhecem, quais foram os critérios para a distribuição da colocação das ilhas ecológicas nas freguesias.-----

Daquilo que sabem há freguesias com uma ilha, outras com duas, outras com três, outras com quatro, e porque não lhes parece que seja suficiente ouvir os Srs. Presidentes de junta, gostariam de saber, pois houve de certeza um critério por parte do Partido Socialista para a colocação destas ilhas ecológicas.-----

Como não há equidade na distribuição, gostariam de saber qual foi o critério.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vice-Presidente falará sobre o critério da colocação das ilhas ecológicas. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que os princípios e critérios para a instalação dos equipamentos de recolha não são do Partido Socialista, são critérios que correspondem às obrigações decorrentes dos compromissos, princípios e critérios do PERSU 2020, que é o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos, que foi assumido por Portugal perante a Europa, e pelos municípios perante o Governo. Portanto, não é, nem de perto nem de longe, um critério político sob esse ponto de vista.-----

Os princípios e critérios para a instalação das ilhas ecológicas correspondem a um plano de ação para o cumprimento do PERSU 2020, que fez com que 2015 seja um dos anos em que maior investimento se fez na área dos resíduos e do ambiente no concelho de Vila Franca de Xira, em que, entre a aquisição de viaturas e a colocação de novas ilhas ecológicas, se está a falar de 1 000 000,00€ de investimento, coisa que não acontecia, como se sabe, há muito tempo.-----

Para se ter uma ideia relativamente a 2015 face a 2014, fruto já desse plano que foi aprovado na câmara municipal e proposto pelo executivo, tem-se um investimento, só em ilhas ecológicas este ano, de 510 000,00€, para cerca de 2 900 fogos, o que significa o triplo de investimento face ao ano anterior, para 4 vezes mais fogos abrangidos pelas ilhas ecológicas.-----

Portanto, o caminho que se está a fazer de cobertura do concelho com uma rede de ilhas ecológicas é exatamente o que está definido no programa nacional para os



Deliberação nº _____

Assim, só compreende o comentário da Sr^a Vereadora Ana Lúcia Cardoso dando conta que os critérios seriam socialistas, por uma única razão, é que a Sr^a Vereadora e os membros da CDU votaram contra o plano de investimentos, que permite, como já disse, que só este ano se triplicasse o investimento e se continuasse com este índice de investimento face a anos anteriores.-----



Deliberação nº _____

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que se vai analisar. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **032**

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
SITUAÇÃO DO PAVIMENTO e ILUMINAÇÃO EM DIVERSAS RUAS – VILA FRANCA DE
XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que vai resumir o que vai dizer, porque tem fotografias que falam mais, que se anexam e dão por inteiramente reproduzidas nesta parte da ata, que tem a ver com Vila Franca de Xira, com a rua Serpa Pinto e o cruzamento com a rua dos Bombeiros Voluntários. -----

A questão tem a ver com aquelas grades de escoamento e o passeio que entronca estas duas ruas, porque de um lado vêm os veículos, e no passeio há, como se sabe, o trânsito pedonal. Na fotografia poderá explicar melhor, mas o que diz é que não sabe se não seria de, nos paralelepípedos que lá estão, mudar a cor. -----

Há também, no largo Marquês do Pombal, ao pé da estação de caminhos de ferro, na parte de estacionamento do lado da própria cidade, uns pavimentos, nas grades, com algumas deficiências, que mostrou na fotografia. -----

Depois, e fazendo um pouco de humor, não se trata de perseguição por causa da iluminação, mas traz, para completar, a zona que tem trazido, o triângulo entre a rua Almirante Cândido dos Reis, travessa do Fidalgo e avenida Pedro Victor. -----

Na rua Almirante Cândido dos Reis há 2 candeeiros que há muito tempo não têm qualquer iluminação. Depois, na avenida Pedro Victor, na direção onde está a PSP, e para cá do restaurante “a Canoa”, há mais 2 candeeiros, o que leva, neste triângulo, a não haver qualquer luminosidade, iluminação, principalmente quando as montras dos estabelecimentos, a partir de uma certa hora, deixam de estar acesas. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que sobre estas questões o Sr. Vereador António Oliveira falará. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, referindo, em relação ao triângulo na travessa do Fidalgo e avenida Pedro Victor, e à iluminação, que o Sr. Vereador tem toda a razão, mas quando a câmara municipal colide com o interesse dos particulares, nomeadamente na propriedade que é colocada, é um pouco difícil. -----

Felizmente teve agora conhecimento que ontem, ao fim de várias tentativas, porque se está em troca de pedidos de autorização com duas pessoas que não têm sido fáceis, conseguiu-se autorização para poder fazer a recuperação desta

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature in black ink]

iluminação em toda a zona.-----

Quanto a esta recuperação que se irá iniciar agora, passando a época natalícia, inclusivamente o Sr. Vereador Aurélio Marques focou, e muito bem, que um dos argumentos que a câmara municipal utilizou com os proprietários foi o da segurança dos seus estabelecimentos, e eles próprios serão os principais prejudicados se esta reabilitação, a nível da iluminação pública, não for feita rapidamente.-----

Foi por essa via que lá se chegou, ir-se-á, seguindo a linha de pensamento da rua Luís de Camões e da rua Alves Redol, e outras artérias da cidade, aproveitar para colocar novas luminárias, dado que estas não suportam nova intensidade de iluminação que se pretende dar. -----

Portanto, ir-se-á continuar a linha de pensamento da cidade e aproveitando, só que por vezes se colide com estes motivos que já apresentou.-----



Fl. Ata 034

Reunião de 2015/12/16

Proc^o



Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

RELACÃO DOS COMPROMISSOS ATÉ 5 000,00€ -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, relembrando, mais uma vez, que se está no fim do ano, só se tem mais uma reunião, e falta a relação dos compromissos até 5 000,00€. -----

Respondeu o Sr. Vereador António Félix que será entregue no final da semana. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
REPAVIMENTAÇÃO E REPERFILAMENTO DA ESTRADA DE ARCENA -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, mencionando que gostaria de colocar duas ou três questões, uma que pensa já terá sido levantada mais algumas vezes, mas de que fala até para não esquecer, tendo a ver com o facto de estar ou não pensada a repavimentação e reperfilamento da estrada de Arcena. -----

Tendo em conta que existem deficiências de piso, e em algumas áreas não há passeios, o que cria algumas dificuldades, faz o alerta, no sentido de saber se está prevista alguma coisa para a alteração desta via, que tem bastante circulação e atravessamentos. -----

Assim, gostaria de saber se há alguma questão colocada sobre esta via, que, no entender dos membros da CDU, cria dificuldades, para os residentes e para os que passam, e seria bom que se tivesse em conta esta situação no futuro, sabendo-se que já, não é possível. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador António Oliveira falará sobre a repavimentação da estrada de Arcena, referindo ainda que, como se sabe, todos os anos, de acordo com aquilo que os presidentes de junta colocam, a câmara municipal faz o seu plano de repavimentação. Não o tem presente, julga que esta repavimentação estará prevista, mas o Sr. Vereador António Oliveira trata mais diretamente destas matérias, e depois dirá. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, referindo que a estrada de Arcena está considerada nas recargas de 2016, que estão em análise. -----



Fl. Ata 036

Reunião de 2015/12/16

Proc^o

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ANTIGAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA Nº 1 DO SOBRALINHO -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, dizendo que os membros da CDU gostavam de colocar uma pergunta, que também lhes está a ser dirigida. Assim, tendo em conta que as antigas instalações da Escola Básica nº 1 da Sobralinho estão vagas, o que é que o município pensa fazer destas instalações, que estão neste momento sem qualquer atividade? -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que a câmara municipal está a trabalhar num protocolo que virá a reunião de câmara, que é o do usufruto de uma parte daquelas instalações ser para a Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, e outra para o desenvolvimento de atividades do Centro Social para o Desenvolvimento Social do Sobralinho. -----

Há algumas alterações que se vão fazer, e este conjunto de alterações permitirá também que a antiga sede da Junta de Freguesia do Sobralinho possa passar para a Casa da Juventude. As pessoas que vão às antigas instalações da sede da antiga junta têm alguma dificuldade em termos de mobilidade, ali terão outro conforto, e portanto as atividades da Casa da Juventude passarão para a antiga escola do Sobralinho. -----

Esta é uma matéria que virá a reunião de câmara para apreciação, e julga que será uma boa solução. -----



Fl. Ata 038

Reunião de 2015/12/16

Proc²

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

BURACOS NA RUA GOMES FREIRE – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, dizendo que, dado que tem levantado mais do que uma vez a questão, gostaria de falar nos buracos da rua Gomes Freire, em Vila Franca de Xira, que foram tapados com material betuminoso, desta vez sim, mas pensa que se estará de acordo que aquilo não é solução.-----

É uma solução provisória, e pensa que se terá de pensar que terá de ter um outro tipo de tratamento. -----

Contudo, neste momento está resolvido, assim como a questão, porque foi o próprio que levantou, junto ao Lidl, que é também provisória, mas está tapada.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que esta questão dos buracos junto ao Lidl de Vila Franca de Xira é uma matéria que a câmara municipal está sistematicamente a colocar à Infraestruturas de Portugal, e espera que em breve, nas obras que ali anda agora a fazer, também lá chegue, para resolver isto definitivamente.



Fl. Ata 039

Reunião de 2015/12/16

Proc^o

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO À ESTAÇÃO – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, cumprimentando todos os presentes, e começando a sua intervenção por questionar qual o ponto de situação do parque de estacionamento junto à estação de Alverca do Ribatejo. Uma vez que houve algumas dificuldades de drenagem, questiona se essa situação entretanto já foi resolvida. -----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando se se trata do novo, ao que a Srª Vereadora respondeu afirmativamente.-----

Tomou de novo a palavra o Sr. Presidente, dizendo que nesta questão da drenagem do novo estacionamento em Alverca, junto à escola Pedro Jacques Magalhães, o Sr. Vereador António Oliveira falará.-----



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ **040**

Reunião de 2015/12/16

Procº _____



Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

CEMITÉRIO VERSUS MONTALGRUA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo-se ao cemitério de Alverca do Ribatejo, versus Montalgrua, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber se o Sr. Presidente tem alguma informação para dar, volvidos agora 5 meses. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que há uma ação contra a câmara municipal, que entende que tem razão, e é um processo que o advogado da autarquia está a seguir, e logo se verá como vai terminar. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
IMPLEMENTAÇÃO DE ROTUNDAS NA ESTRADA NACIONAL 10 -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo-se à implementação das rotundas na EN10, num troço importante, com elevado tráfego, entre a Póvoa de Santa Iria e Alverca do Ribatejo.-----



Faz ainda uma referência à zona junto à Casa de São Pedro, onde há inúmeros acidentes, tendo mais uma vez esta semana acontecido inúmeros acidentes, questionando se finalmente há alguma resposta por parte do executivo sobre esta matéria.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que aproveita para falar, uma vez que se está em Alverca, reforçando o que disse a sua companheira, Srª Vereadora Ana Paula Bayer, na questão da EN10, que é absolutamente essencial, porque ainda ontem à noite lá passou, a caminho de Alhandra, e de facto aquela passadeira na EN10 é perigosíssima, não tem visibilidade, não tem luminosidade, não tem nada, e é absolutamente perigoso todo este troço da EN10.-----

Além de ser perigoso, não é eficiente, os carros demoram imenso tempo, e há a poluição associada a isto, o que é absolutamente destrutivo do tecido económico e empresarial do concelho, nomeadamente da cidade de Alverca. -----

Portanto, é fundamental que todo este troço tenha uma resolução, e aproveitando as intervenções que estão a ser feitas, de repavimentação em troços da EN10, volta a chamar à atenção da necessidade das rotundas e reperfilamento da estrada. A sul do concelho, na Póvoa de Santa Iria, vai-se fazer uma obra de mera cosmética, quando se devia aproveitar para fazer a proposta que os membros da Coligação Novo Rumo trouxeram, e não têm neste momento nenhum “input” do que foi feito pela câmara municipal, do estudo que foi feito das rotundas.-----

Neste momento, por exemplo, quando se comparam as rotundas de Vialonga, de que são absolutamente defensores, mas já se construíram duas ou três, dever-se-ia se calhar agora olhar para a estrada nacional, que tem só três ou quatro vezes mais tráfego que qualquer outra via no concelho, com a exceção da A1. Dever-se-ia olhar para isto com muita prioridade e interesse, bastando ver, de manhã cedo, ao fim do dia, e depois neste troço, durante o dia, que está permanentemente cheio de veículos, o que é absolutamente essencial.-----



Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o executivo gostaria de fazer as rotundas que estão previstas, só que se vão fazer de acordo com as prioridades que se têm. Isto é curioso, porque uns dizem que querem mais ilhas ecológicas, outros que querem mais rotundas, e o próprio gostaria de ter condições, em termos de plano e orçamento, para chegar o mais longe possível.-----
É verdade que a questão da Casa de São Pedro é complicada, é reconhecida como um ponto negro pela Infraestruturas e Portugal, que já lá esteve, e o "layout" que havia foi alterado para a rotunda. Assim, espera que este processo se possa desenvolver rapidamente, porque reconhece, e reconhece também a Estradas de Portugal, hoje Infraestruturas de Portugal, uma necessidade de se resolver rapidamente.-----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
OCUPAÇÃO ABUSIVA NA ESTRADA DOS CANIÇOS -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, questionando sobre uma ocupação abusiva na estrada dos Caniços, onde existe um espaço que, se não está em erro, será uma propriedade privada. -----

Assim, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber se o Sr. Presidente tem conhecido da situação deste espaço, que tem vindo a tornar-se abarracado, e se já efetuou alguma diligência. -----

No final da reunião, interveio novamente, mencionando que já percebeu que o Sr. Presidente está com pressa, mas fez-lhe uma pergunta, tendo este respondido que não está, e que até às 14h00 está por conta da Srª Vereadora. Prosseguiu a Srª Vereadora, referindo que fez uma pergunta, que tem a ver com uma ocupação abusiva em terreno privado na estrada dos Caniços. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que não chegou a perceber aonde. -----

Respondeu a Srª Vereadora Ana Paula Bayer que fica logo a seguir ao viaduto. Se se for no sentido Forte da Casa/Vialonga, é logo a seguir ao viaduto, do lado esquerdo, em frente à empresa dos pneus. -----

Assim, gostaria de saber se o Sr. Presidente tem conhecimento, se calhar não tem, pelos vistos, mas se não tem passa a ter, e a própria gostaria de saber quais serão as diligências. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que tem de lá ir a fiscalização, na medida em que para aquele espaço foi aprovada a atividade que lá estava, e não aquela. ----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
AUTORIZAÇÃO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULO AUTOMÓVEL CEDIDO À COMISSÃO DE
PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo-se a uma situação que a
pessoa que mais conhecimento terá é a Srª Vereadora Fátima Antunes, e poderá
dar a informação. -----

Assim, os membros da Coligação Novo Rumo têm conhecimento que existem
autorizações que não estão a ser concedidas, a nível da condução do veículo
automóvel cedido à CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, e a
inexistência dessas autorizações obviamente inviabiliza o trabalho que tem vindo a
ser desenvolvido pelas técnicas. -----

Portanto, gostariam de saber se poderia haver uma resposta o mais depressa
possível, para que as técnicas possam produzir o seu trabalho com maior qualidade,
ainda mais do que já o fazem. -----

É do conhecimento e certamente também do conhecimento do Sr. Presidente, que a
comissão tem vindo a ter um aumento elevado de processos, cada vez mais
complicados, e gostariam de saber se o apoio que o município tem vindo a dar pode
ainda, mais uma vez, ser aumentado, uma vez que é também do conhecimento, e
já foi transmitido ao município, a necessidade de aumentar o número de efetivos. ---



Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que a viatura está sempre disponível,
tomara o próprio que os problemas fossem só da viatura, que está sempre
disponível. -----

Interrompeu a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo-se à situação de não haver
ninguém que a possa conduzir. -----

O Sr. Presidente interveio novamente, mencionando que a câmara municipal não
tem motoristas suficientes para disponibilizar para toda a gente. Agora, o que
acontece muitas vezes com todos os técnicos da câmara municipal é que
requisitam um carro e conduzem-no, é assim que se faz em todos os serviços. -----

Disse o Sr. Vereador António Oliveira que as técnicas da CPCJ não podem conduzir,
pois algumas não são funcionárias da câmara municipal. -----

Interveio o Sr. Presidente, informando que a Srª Vereadora Fátima Antunes
responderá, mas não é uma questão de viatura, poderá ser outra qualquer, mas

não é de viatura.-----

Depois, a câmara municipal vai muito para além daquilo que deve fazer em termos de CPCJ, muitíssimo mais do que aquilo que era admissível fazer. Ainda agora entrará, a partir de 1 de janeiro, mais uma psicóloga, que vem de uma outra instituição de Lisboa, uma pessoa que pediu mobilidade à câmara municipal. Leu-se o seu currículo, foi analisado, e concluiu-se que tinha perfil e vai para lá mais uma psicóloga. -----

Estão lá 4 técnicos superiores nesta área, mas a Segurança Social não põe lá os seus elementos, a educação só lá tem um elemento, devia lá ter dois, e assim sucessivamente. Assim, se não houver técnicos, no conjunto das entidades que têm responsabilidade nesta área, dificilmente se consegue fazer um trabalho mais adequado e eficiente, para aquilo que é o objeto de uma CPCJ, que é proteger as crianças e os jovens, é para isso que se trabalha.-----



Depois, é ter o Ministério da Justiça de uma forma atuante, para que as coisas possam ser mais céleres muitas das vezes. -----

No final da reunião, interveio a Srª Vereadora Fátima Antunes, referindo, para informação, que quanto aos recursos humanos a câmara municipal tem 4 técnicos superiores a seguir processos na CPCJ, e ainda uma administrativa e uma rececionista. Em termos de técnicos superiores, tem 50% daquilo que são os técnicos superiores que atualmente estão na CPCJ. -----

Relativamente à questão das viaturas, a câmara municipal, como se preocupa com estas questões, e que a CPCJ tenha meios para cumprir aquilo que são as suas funções, embora algumas instituições não coloquem a obrigatoriedade que todas têm, em colaborar, com técnicos e meios, para que a CPCJ funcione no seu melhor, é a entidade que está neste momento a contribuir, quer com mais recursos humanos, quer materiais, para o efeito, e disponibilizou desde o início do ano uma viatura, que está exclusivamente afeta à CPCJ. -----

Existem técnicos que são da câmara municipal, outros que não são, e os que não são da câmara municipal não poderão conduzir as viaturas, porque nem sequer estão abrangidos pelo seguro. -----

Ultimamente tem-se assistido a várias situações em que é necessário fazer, por exemplo, a retirada de menores, o que aparece a qualquer hora, como se sabe, e a



câmara municipal tem tido sempre ao dispor um motorista, que ainda na semana passada esteve o dia todo ao serviço da CPCJ, implicando o pagamento de horas extraordinárias, porque vai além dos horários de trabalho, etc. -----

Por isso, como a Srª Vereadora pode ver, quanto à questão das pessoas que não têm autorização para conduzir, não são da câmara municipal e não a poderão ter, mas, estando 4 técnicas superiores afetas à CPCJ, poderão sempre organizar-se os horários, para que nas deslocações que se têm de efetuar haja alguém com autorização para conduzir, para as poderem fazer. Se houver necessidade há sempre um motorista à disposição para qualquer serviço que seja preciso, e nunca esteve em causa o funcionamento normal e daquilo que é preciso fazer na CPCJ. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, mencionando, uma vez que se começou pela última questão que colocou, que a retoma, uma vez que agora veio a resposta, mas mais uma vez não vem ao encontro daquilo que foi a questão. -----

A questão colocada foi a de que existiam autorizações que estavam a aguardar deferimento, e pensa que da experiência que se tem tido, já se deveria ter conhecido que o tom que a própria utilizou até foi bastante agradável, pelo que nem percebe o motivo pelo qual a resposta foi de uma forma tão "intempestiva". Do conhecimento que tem, e a Drª Fátima Antunes também tem estado presente nas reuniões, saberá tão bem quanto a própria as dificuldades que a comissão tem vindo a ultrapassar. Também tem conhecimento, e fez questão de o frisar, que o município tem vindo a apoiar a comissão, e bem, porque é a ele que lhe cabe este apoio. -----

Volta a frisar que as questões que foram colocadas foram em relação às autorizações, e, se há 6 elementos a funcionar na comissão, quantos têm autorização? Quantos aguardam autorização para condução das viaturas? Presume que as duas que entraram há relativamente pouco tempo não, pois apenas vão lá estar, porventura, por 6 meses, porque estão em estágio, e isso também não é dito, mas tudo bem, tendo-lhe sido ontem informado que estão em estágio, e que estaria lá a Drª Vanessa. -----

Interveio a Srª Vereadora Fátima Antunes, esclarecendo que é do CASBA, não é da câmara municipal. -----

Retomou a palavra a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que então vai voltar a



Deliberação nº _____

questionar. Dos 6 elementos referidos, que são funcionários da câmara municipal, todos têm autorização para condução de veículo? Sim ou não? -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que não sabe responder neste momento. -----

Respondeu a Srª Vereadora Fátima Antunes que dos 6 há uma que é administrativa e outra que é rececionista, os técnicos superiores têm autorização.-----

Estas duas, que são dos CEI – Contratos Emprego-Inserção, entraram há pouco tempo, e ainda nem sequer chegou o pedido. -----

Respondeu a Srª Vereadora Ana Paula Bayer que já chegou o pedido, ao que a Srª Vereadora Fátima Antunes respondeu que a si não chegou pedido nenhum de autorização de condução, ou então é porque está em resolução.-----

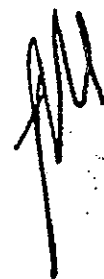

Prosseguiu a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que a questão é só essa, é pedir que haja urgência nesta matéria, porque efetivamente ainda há pouco tempo houve 3 aplicações de “91”, e há necessidade. Um veículo só por si é complicado para gerir estas matérias, quanto mais se depois as pessoas não têm efetivamente as autorizações para a condução do veículo.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

REPOSIÇÃO DE FREGUESIAS -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que a propósito da questão das freguesias, e tendo em atenção que há agora um novo governo em funções, do Partido Comunista, do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista, espera que as questões das freguesias sejam rapidamente resolvidas, e que no concelho de Vila Franca de Xira, eventualmente, sejam repostas pelos padrões que o Partido Comunista, na altura, não aceitou repor. -----

Espera que agora o Partido Comunista faça uso da sua força no Parlamento, aquele uso em que diz que só existe um Partido Comunista, o das autarquias e o do Parlamento, e agora, quando for discutido o orçamento, esteja lá também uma proposta para que as freguesias voltem àquilo que eram no anticamente.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

GESTÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DE VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que não resiste a começar sobre um assunto de Vila Franca de Xira, para depois se centrar em Alverca do Ribatejo, estando relacionado com o parque de estacionamento de Vila Franca de Xira. -----



Depois, não sabe se o atual presidente da junta e o executivo do Partido Comunista Português têm alguma experiência do passado e dos interesses e interessados do passado, nomeadamente quando o Partido Comunista deitou abaixo o cinema de Vila Franca de Xira para construir aquele “mamarracho” que lá está, fechado, que afeta toda a gente. Não sabe se é isso que o Sr. Presidente da junta fala quando, na intervenção que fez numa reunião de câmara em que o próprio não teve oportunidade de estar, no dia 18 de novembro, em A-dos-Loucos, colocou em causa a intervenção que o seu camarada e amigo, Orlando Silva, fez, sobre o estacionamento. -----

O Sr. Presidente da junta lançou um conjunto de insinuações, que já ouviu falar da gestão dos parques, e que não sabe se alguém está interessado em fazer a gestão daquele parque de estacionamento em Vila Franca de Xira, e o próprio pensou é que a junta não estaria interessada, pois volta a recordar que o Partido Comunista, durante anos, disse que era contra e é contra cobrar estacionamento na cidade de Vila Franca de Xira e no concelho. -----

Assim, não consegue perceber porque é que uma junta de freguesia e um partido comunista que é contra a cobrança de estacionamento continua a cobrar estacionamento, e isto é que é a questão essencial. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo, ao contrário do Partido Comunista, não têm nenhum interesse em entregar aquele parque de estacionamento a nenhuma gestão privada, o que deve ficar bem claro, não podem é assistir àquilo a que têm vindo a assistir, que é, inclusivamente, a atos absolutamente contrários à Constituição da República Portuguesa. -----

É bom lembrar quando o Sr. Presidente de junta fez uma ameaça, no tal jornal que é o órgão oficial do PSD, o jornal Mirante, e acusou, o que é uma coisa fantástica, porque o Partido Comunista defende a liberdade de expressão, mas é quando os jornais falam de acordo com o que pensa, pois quando não falam ataca os jornais,

que foi o que fez na última assembleia municipal, quando este Sr. Presidente de junta, do Partido Comunista, levou o jornal e disse: “este jornal, estes malandros”. Também fazem ao próprio umas coisas no Facebook, sobre a situação, mas são os Facebook da esquerda reacionária.-----

Aquilo que quer dizer é que não é aceitável, e não percebe porque é que a esquerda não se levanta contra, mas levantava-se quando os fascistas queriam despedir funcionários públicos, quando o Sr. Presidente da junta ameaçou despedir funcionários públicos das juntas de freguesia. O Sr. Presidente da junta disse que se lhe retirarem o parque de estacionamento vai ter que despedir pessoas, e o que diz é que não vai não, porque a Constituição não permite que despeça, e dinheiro não é razão para despedir. Foi isso que disse o Tribunal Constitucional, na resolução que tomou face às intenções do anterior governo. -----



Pergunta se se está recordado disto, ou se o que era mau no anterior governo já é bom na junta de freguesia, ameaçar despedir funcionários públicos, que é o que está escrito no jornal: “Se me retirarem o parque, eu vou despedir pessoas”. -----

O que lhe diz é que não vai, que arranje “dinheirinho” na junta para continuar a pagar às pessoas, é assim que vai ter que fazer. -----

Não está neste momento o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, está a Srª Presidente da assembleia de freguesia, mas com certeza que Alverca do Ribatejo quer ter o mesmo privilégio que tem o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, e quer-se com certeza que as restantes juntas, e entretanto o Sr. Presidente da junta já voltou, tenham a mesma receita que tem a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira. -----

É a isto que se chama equidade, transparência e justiça, não é outra, e não consegue entender. Nestas coisas deve-se ser coerente, as pessoas devem ser coerentes, não podem à segunda, terça e quinta dizer uma coisa, e nos restantes dias da semana fazer de conta. Não é aceitável que os mesmos que andaram contra a gestão de parques de estacionamento, que andaram contra a cobrança de estacionamento, estejam a usufruir do dinheiro que os cidadãos pagam nesses parques de estacionamento. -----

É inaceitável que a situação aconteça, e os membros da Coligação Novo Rumo bater-se-ão contra ela, e o Sr. Presidente de junta que foi eleito tem de gerir a junta



e não pode despedir nenhum trabalhador, sendo que haverão de aparecer a breve prazo uns doutoramentos que vão demonstrar que há uma “malta” que tem “corações grandes e pulmões pequenos”, e outros que têm “corações pequenos e pulmões grandes”. -----

O próprio, eventualmente, deve pertencer àquela parte que tem “um coração do tamanho de uma ervilha” e um “pulmão desenvolvido”, e esta “malta” que se diz de esquerda tem um “coração muito grande e um pulmão mais pequeno”, é o que acontece. Eventualmente essa “malta” haverá de descobrir isto, porque é muito solidária, mas quando as coisas lhe correm. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador para se recentrar, ao que o mesmo respondeu que se está a recentrar, está absolutamente centrado e consciente do que está a dizer, absolutamente recentrado. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que sabe, mas o Sr. Vereador entusiasma-se e vai por aí fora. -----

Continuou o Sr. Vereador, mencionando que já falaram 5 vereadores, o Sr. Presidente não chamou à atenção nenhum, nem no tempo, nem no recentrado, e o próprio só está a falar da junta de freguesia, que é a sede do concelho, liderada por uns grandes democratas, e só está a demonstrar onde fica a democracia, e a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, que também só se defendem às vezes. -----

Portanto, é bom demonstrar isto para que se defenda sempre, e o que diz ao Sr. Presidente de junta é que os membros da Coligação Novo Rumo são a favor da equidade e seriedade no tratamento, e não doutro. -----

Já agora, gostava só de dizer que a mesma junta de freguesia que defende tanto o direito dos trabalhadores e é tão solidária com os mais necessitados, quando recebeu 25 000,00€ para fazer umas obras 10 000,00€ foram para a ilha do trenó do Pai Natal. É bom que se tenha consciência que é aquisição de elemento decorativo de Natal, ilha do trenó. -----

Não sabe se lançou um concurso público se foi um ajuste direto, mas 10 000,00€ dos 25 000,00€ foram para a ilha do trenó do Pai Natal, e é bom que se tenha conhecimento das prioridades que os tais ditos homens de “grandes corações” e muito solidários fazem, mas depois vêm pedir dinheiro, porque não há dinheiro para

as despesas das juntas de freguesia. -----

É inaceitável, e volta a lembrar que são 3,7 milhões de euros que a câmara municipal transfere para as juntas de freguesia.-----

Assim, como o Sr. Presidente pode ver, está absolutamente recentrado. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que sobre o estacionamento dos bombeiros o Sr. Vereador fez uma reflexão, e certamente que um dia se terá de olhar da forma que bem se entender, mas, em boa verdade, será uma matéria, de algumas das questões que o Sr. Vereador colocou, que certamente terá que discutir com o Sr. Presidente da junta, relativamente à questão de fundo. Quando o Sr. Vereador Rui Rei fala na relação da junta de freguesia com a comunicação social, a câmara municipal não tem nada a ver com isso.-----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que aí só fez uma reflexão, fez a sua reflexão, quanto ao parque de estacionamento não é. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, referindo que é, e pedindo ao Sr. Vereador que o deixe terminar, pois há pouco não gostou que o próprio o interrompesse, e agora não deve fazer o mesmo. -----

Disse o Sr. Vereador Rui Rei que então estão quites.-----

Continuou o Sr. Presidente, dizendo que estão quites, mas só quis recentrar o Sr. Vereador, não foi propriamente interrompê-lo.-----

Assim, em termos de reflexão, esta é uma matéria em que não pode ajudar o Sr. Vereador, que certamente terá de o fazer a outro nível. -----

Relativamente ao parque de estacionamento, poder-se-á um dia refletir sobre isso. -

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

MERCADO DE LEVANTE DE VILA FRANCA DE XIRA – PROJETO DA CÁRITAS -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que, ao se recentrar em Vila Franca de Xira, a caminho de Alverca, passa no Mercado de Levante de Vila Franca de Xira, e não resiste a falar do projeto da Cáritas, que vinha também num jornal, que pelos vistos não é o órgão oficial do PSD. O jornal falava que a Cáritas tem um projeto de sonho, e não é o órgão oficial, mas um dia destes também se põe a jeito, é uma questão de tempo. -----

Não é um homem entusiasmado, é só um homem realista, e quando o jornal escrever alguma coisa que não agrada à “malta” da esquerda, ela vai dizer que já está da direita, e o mesmo acontece quando não escrever do agrado da direita, ela dirá “lá está o tipo encostado à esquerda”. Não tem problema, é da vida, faz parte das regras. -----

Assim, não resiste à questão deste projeto fantástico da Cáritas, que é um projeto de sonho, de facto. Não sabe se a junta o quer apoiar ou não, mas pelos vistos na altura ficou muito ofendida por não ter sido informada. Deve ser aquela história do centralismo democrático, e neste caso pensa que o município tem obrigação de apoiar o projeto, que é ao serviço dos concidadãos que mais precisam e mais necessitam de ajuda. -----

Assim, dever-se-ia ter esta preocupação. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que conhece o projeto, e já teve uma reunião com a Cáritas de Vila Franca de Xira. Parece-lhe um projeto muito interessante, se calhar inovador no município, e tem todo o mérito de ser ajudado. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
VARIANTE DE ALVERCA VERSUS PORTAGENS -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à questão da variante de Alverca, dizendo que não pode ser desassociada da questão da A1, mas viu que o Sr. Presidente da junta voltou a retirar a questão da isenção de portagens no troço de Alverca, e no troço do concelho de Vila Franca de Xira. Os membros da Coligação Novo Rumo não estão contra, pensam é que com o atual Primeiro-Ministro tudo se vai resolver com certeza. -----

Ele disse que retirava as portagens da Via do Infante, agora já não é bem assim, que retirava as portagens da autoestrada que vai para a Guarda, agora já não é bem assim, mas pode ser que não seja bem assim, e que em Vila Franca de Xira as retire. -----

Depois, só por uma questão de factualidade, aquando do alargamento da autoestrada e da retirada das portagens em Sacavém, e quando foi colocada a praça de portagens em Alverca, foi esse governo, do atual Presidente da República, que deixou de taxar a portagem em Alverca do Ribatejo. Quanto a tudo o resto, fizeram-se promessas, falou-se, mas nunca se retirou uma portagem, com a exceção do Engº Guterres, que prometeu retirar a portagem da CREL, mas rapidamente lá foi colocada, porque era absolutamente um buraco que se andava a cavar. -----

O único governo que até hoje retirou uma portagem no concelho de Vila Franca de Xira foi esse, foi, aquilo que diz a esquerda, esse “malandro” do Professor Cavaco Silva. O único que retirou esta portagem foi esse governo fascista, como se diz, com um “coração muito pequenino”, que efetivamente o fez, e até hoje permanece retirada, esperando o próprio que se consiga, com este Governo, resolver o problema do nó do Sobralinho e do nó dos Caniços, para resolver um problema de acessibilidades, por um lado, a sul do concelho, e por outro, a acessibilidade de pessoas ao Sobralinho e à zona norte de Alverca, mas também ao desenvolvimento comercial desta área da cidade de Alverca, que é só a maior do concelho e o motor económico do concelho de Vila Franca de Xira. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que está convicto que, se não se tivesse portagem entre Alverca e Vila Franca de Xira, ter-se-ia o problema resolvido.



Deliberação nº

Não sabe se este Governo o vai fazer ou não, logo se verá, mas pelo menos o executivo vai escrever ao Sr. Primeiro-Ministro nesse sentido, ou ao Ministro da tutela. Fica esse mesmo registo, e depois logo se verá. Contudo, também a CREL no passado não teve portagem e passou a ter, no tempo do Sr. Professor Cavaco Silva. Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que o Sr. Presidente deveria contar a história. -----

Continuou o Sr. Presidente, referindo que não havia portagem, e passou a ter portagem.

Interrompeu novamente o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que havia portagens, deixou de ter, e voltou a ter, é assim. -----

Continuou o Sr. Presidente, dizendo que também pode referir que efetivamente não foi por gosto do então Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, e não sabe se era na altura, mas crê que sim, que foram implementadas as portagens, foi por uma necessidade financeira que às vezes os governos têm que ter.-----

Portanto, estas matérias, em termos de governação, têm dinâmicas que às vezes não se entendem bem, mas certamente, se a CREL passou a ter portagem, foi porque foi necessário.-----



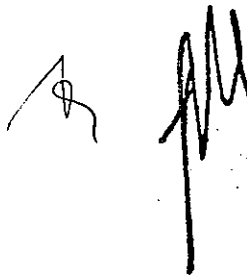
Fl. Ata 057

Proc^o

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
MORADIAS DAS OGMA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se às moradias das OGMA, em Alverca do Ribatejo, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo já falaram variadíssimas vezes sobre este assunto, das moradias que estão emparedadas, e não podem deixar de desassociar esta questão com a proposta que fizeram, na altura, do empreendedorismo, que poderia ser uma hipótese, dos acordos que a câmara municipal devia fazer com a EMPORDEF e o Património, para que estas moradias pudessem ser colocadas ao serviço da criatividade e do empreendedorismo do concelho e da cidade de Alverca e do sul do concelho em particular. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

BIBLIOTECA DE ALVERCA -----



Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que não pode deixar de voltar a falar naquilo que os membros da Coligação Novo Rumo falaram, a questão da biblioteca de Alverca, que está situada no centro comercial, e não faz sentido que lá esteja situada. -----

Há investimentos que estiveram previstos, de 20 000,00€, depois 75 000,00€ e pensa que no próximo ano estão previstos mais 200 000,00€ para o ar condicionado, quando a biblioteca merecia ter outro espaço, outra dimensão, para que Alverca e todo o sul do concelho pudessem ter outro serviço à população, que naquele espaço não é possível. -----

Para além disso a câmara municipal paga um condomínio a um centro comercial que não faz sentido que pague, é absolutamente irreal e irracional. Portanto, há condições ou dever-se-iam ter condições para reavaliar a relocalização e, ao mesmo tempo, deixar de ter ali um património que é um mono no centro da cidade de Alverca do Ribatejo. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que também concorda com o Sr. Vereador Rui Rei, que se a câmara municipal tivesse dinheiro mais valia construir uma nova biblioteca, só que, neste momento, ou se tem capacidade em termos de convencimento numa proposta a fundos comunitários, ou teme que neste mandato não haja condições de fazer uma nova biblioteca, porque também considera que, se calhar, deveria ser, em vez de se estar a gastar 200 000,00€, que é o que se vai gastar no AVAC. -----

O AVAC ainda não foi resolvido porque precisa de ser completamente substituído, e vai custar 200 000,00€. É uma decisão que não é fácil, porque o dinheiro é curto, mas tem certamente que se fazer. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PROLONGAMENTO DO PASSEIO RIBEIRINHO DE ALVERCA DO RIBATEJO AO
SOBRALINHO -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo pensam que Alverca do Ribatejo, e a questão de tudo o que tem associado à cidade, deveria ser efetivamente uma prioridade, pois está enquadrada na maior área de população do concelho. Alverca até à Póvoa de Santa Iria, com o Forte da Casa e Vialonga, deve ter, com certeza, mais de 80% da população do concelho, e ao ter mais de 80% da população do concelho tem de ter uma atenção particular e especial. -----

Portanto, além dos investimentos, junto do desenvolvimento económico, porque sem economia não há o resto, a não ser naqueles grandes pensadores que agora estão no Governo, que efetivamente não conseguem implementar nada do que andaram a dizer, o que quer dizer que sem desenvolvimento económico e dinheiro não vão conseguir fazer o resto, é absolutamente essencial que se prolongue o passeio ribeirinho. Neste momento chega a Alverca, à entrada de Alverca, junto à OGMA, e é essencial que chegue ao Sobralinho, e se devolva à população a antiga praia que ali existia, para que as novas gerações possam ver as belezas que ainda existem no rio Tejo. -----

Dever-se-ia fazer disto uma propriedade, já que Alverca do Ribatejo é hoje das poucas freguesias do concelho que não tem efetivamente um acesso franco ao seu rio, e deveria ter, porque é a maior cidade do concelho. Assim, deveria ter essa possibilidade, e dar-se essa possibilidade. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo, quanto à ligação de Alverca à Póvoa, que está de acordo. -----



Fl. Ata 1160

Proc^o _____

Deliberação nº _____

Há 13 pontos que têm absolutamente de ser presentes à assembleia municipal, o que quer dizer que, se houver alguma dificuldade irá para estes pontos, saltando os pontos na sua sequência relativamente à ordem do dia, pois se assim não for não há condições de serem presentes à assembleia municipal. -----

[Handwritten signature]



Assunto: ATAS Nº 24/2015, DA REUNIÃO DE CÂMARA EXTRAORDINÁRIA DE 2015/10/29, Nº 25/2015, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2015/11/04, E Nº 26/2015, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2015/11/18-----

Presentes para aprovação as atas nº 24/2015, da reunião de câmara extraordinária de 2015/10/29, nº 25/2015, da reunião de câmara de 2015/11/04, e nº 26/2015, da reunião de câmara de 2015/11/18, com dispensa da sua leitura, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se tinham transferido duas atas para esta reunião, a pedido da Coligação Novo Rumo, e pensa que está em condições de votar agora. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar as atas nºs 24/2015 e 25/2015, não tendo participado na votação o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, por não ter estado presente. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 26/2015, não tendo participado na votação os Srs. Vereadores Rui Rei e Ernesto Ferreira, por não terem estado presentes.-----



Assunto: AQUISIÇÃO DE TERRENO DESTINADO AO CAMPO DE FUTEBOL DO ALHANDRA SPORTING CLUB -----

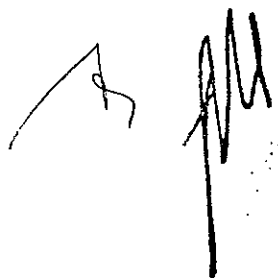
Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/12/10, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da aquisição de uma parcela de terreno sita nas instalações da antiga Cimianto, à Massa Insolvente de Cimianto – Sociedade Técnica de Hidráulica, SA, pelo preço contratual de 150 000,00€, destinando-se à implantação de um equipamento desportivo, no caso a edificação do novo campo de futebol do Alhandra Sporting Club, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que, como se sabe, esta é uma matéria que tem vindo a ser tratada há muito tempo, há muitos anos, com maior acuidade neste mandato, e chegou agora o momento de tomar uma decisão, que tem a ver com a aquisição do terreno que o Alhandra Sporting Club sempre disse que era o adequado para a construção de um novo campo em substituição do Campo do Hortinha.-----

Não vai desenvolver muito mais do que isto, na medida em que todos conhecem este processo, e julga que agora é pôr à consideração da câmara municipal e esperar que de facto esta proposta seja aprovada.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que felizmente este processo, que começou de uma forma muito torta, com o princípio a ser utilizado idêntico àquele que foi utilizado noutras circunstâncias, e que deu mau resultado para os clubes, com promessas feitas à última da hora e muita conversa sem nada escrito, vai ter um fim mais feliz e certo do que aquilo que aconteceu em outros clubes.-----

Portanto, da parte da CDU, que várias vezes colocou esta questão, porque era mais do que justo que o Alhandra Sporting Club pudesse ter as condições necessárias para a prática desportiva da mesma forma que outros clubes tiveram no concelho, dá os parabéns ao Alhandra, e os membros da CDU esperam sinceramente que a partir da aquisição do terreno possa agora também ser uma realidade a construção do novo campo, para acabar em definitivo com as condições paupérrimas que existem no Campo do Hortinha. -----



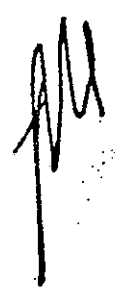

Assim, dão os parabéns ao Alhandra e, da parte da CDU, tudo farão para que a equidade de que falavam há pouco possa existir também no campo desportivo. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo entendem que a equidade deve existir, e por isso estão de acordo em relação ao Alhandra, como estarão em relação ao Vialonga, ao Alverca ou ao Vilafranquense. -----

Há outros que não podem dizer o mesmo, pois estiveram de acordo em relação a algumas coisas, mas porque alguns camaradas seus já não estão, já deixaram de estar de acordo e estão contra. Estiveram de acordo quando foi para ceder terrenos às bombas de gasolina, mas depois já não estiveram de acordo para ceder terrenos para outro tipo de instalações. -----

Portanto, é um problema de prioridades, e o que espera é que nalguns desses clubes as instituições judiciais possam efetivamente atuar, e que algumas coisas que se estão para passar no próximo ano, e alguns julgamentos que vêm por aí no próximo ano, possam efetivamente demonstrar que o movimento associativo tem de ter ainda mais responsabilidade. Espera que algumas coisas com que, nomeadamente os Srs. Vereadores andaram a compactuar durante anos, venham à tona, e que, quanto àquela seriedade que os Srs. Vereadores propalam, ou alguns dos dirigentes aos mesmos associados, seja de facto demonstrado que muitos que andaram por aí andaram-se a servir das instituições. Os Srs. Vereadores podem estudar à vontade aquilo que o próprio está a dizer, mas para o ano, quando virem, depois ver-se-á, porque alguns daqueles andaram em campanha eleitoral com os Srs. Vereadores. -----

Aquilo que quer dizer é que quem falou de equidade não foi o próprio, apoia tanto o Alhandra Sporting Club, o Alverca, o Vialonga ou o União Atlético Povoense, não está é a "bailar" em relação a algumas instituições, e em relação ao Alhandra os membros da Coligação Novo Rumo estão absolutamente de acordo. Desde os seus tempos de miúdo, em que jogava futebol no União Atlético Povoense, o Alhandra era dos melhores clubes em formação desportiva, nomeadamente no que ao futebol dizia respeito, e depois na sua outra grande atividade ligada à náutica. No que diz respeito ao futebol era de facto uma grande escola de formação, e no seu tempo de jovem era dos melhores clubes do concelho e da região mais alargada a



norte e mais alargada ao distrito de Lisboa. Era de facto um grande clube, uma grande escola, teve grandes jovens e atletas, inclusivamente a transferirem-se para os grandes do futebol nacional, e é fundamental que o Alhandra continue a prosseguir a sua atividade de formação de jovens. -----

O próprio, mais do que grandes equipas de futebol sénior de qualquer dos clubes do concelho, e é um defeito que é seu, só a si o vincula, defende que as equipas e os clubes da região devem ter uma grande preocupação na formação dos jovens atletas, porque é a formação dos atletas e a formação enquanto pessoas e adultos de amanhã. Essa é uma questão fundamental que se deveria ter, e quando se aprova este tipo de apoios é com esse objetivo final. -----

No que diz respeito ao Alhandra em particular, pensa que é da mais elementar justiça que se faça este apoio, e deseja a maior sorte e que consiga desenhar a estratégia adequada para os desafios que tem, e que Alhandra tem para o futuro. Espera que possa voltar a ter a formação e os jovens que teve no passado, se não conseguir ter melhor, e espera que consiga ter. -----

Uma outra questão lateral que gostava de voltar a dizer e volta a afirmar é que, passada esta questão do Alhandra, a câmara municipal deveria ter uma visão estratégica para toda aquela área do concelho, nomeadamente a questão da Cimianto, a questão da Marinha e toda a questão do bairro que está em frente, e todos os terrenos que estão devolutos que ali estão em frente. -----

Considera que a única forma que se tem de atuar é através de uma estratégia desenhada em termos públicos. Está no município, que foi governado desde 1975 até hoje pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista, portanto, em teoria, governado à esquerda, e ouve permanentemente discursos de circunstância contra os promotores privados, mas depois, quer o Partido Comunista, quer o Partido Socialista, só aprovaram loteamentos a promotores privados, sendo que lançou há um mês o desafio da câmara municipal ter uma estratégia para aquela área, através de uma promoção pública da iniciativa e da promoção e do desenvolvimento daquela área do concelho. -----

Quando se fala dos interesses, da especulação imobiliária, nada melhor do que a câmara municipal ter uma perspetiva pública, e para isso, numa perspetiva pública, os membros da Coligação Novo Rumo demonstraram que estariam



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata " 065

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

disponíveis para, no momento imediatamente a seguir, fazer a revisão do PDM, para dotar a câmara municipal dos instrumentos necessários para o desenvolvimento de toda aquela área do concelho. -----

Portanto, voltam a dizer que se pode falar, comprar os instrumentos que se quiserem de avaliação e de planeamento, no que diz respeito à requalificação e regeneração urbana que se quiser, mas se não se tiver uma estratégia, Vila Franca de Xira não será efetivamente dos concelhos de eleição para a regeneração urbana. Basta falar com os vários promotores da área, saber quanto é que custa hoje o metro quadrado, quanto é que se está a pagar hoje pelo metro quadrado, e perceber quais são os concelhos que vão ser concelhos de eleição para esse tipo de iniciativas. -----

Têm que se criar condições de disrupção para poder atrair investidores, para se poder fazer esse tipo de intervenção, pelo que volta a dizer que a câmara municipal devia ter uma estratégia, devia implementá-la, e os membros da Coligação Novo Rumo já disseram qual é que era a visão que têm sobre isso. Não disseram que a câmara municipal deve adquirir primeiro e pensar depois, disseram que a câmara municipal devia adquirir, porque já tinham um conjunto de pressupostos antes, que era uma estratégia que suportava essa aquisição a 20 anos, e inclusivamente era quem vendia que suportava a compra, ou seja, não era a banca que suportava, era a quem a câmara municipal comprava que suportava a compra. -----

Prosseguiu, dizendo ao Sr. Presidente, após ter sido interrompido pelo mesmo, que esta é uma posição estratégica. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo ao Sr. Vereador que aquilo que está a dizer é de grande importância, e fica o compromisso que no final da reunião se volta a esta conversa, porque o que está em cima da mesa é única e exclusivamente a proposta de aquisição do terreno para o campo. O Sr. Vereador aproveitou, e bem, para ir mais longe na reflexão, e aquilo que lhe diz é que se voltará ao ponto. Ir-se-á terminar e aprovar, certamente, e depois fica o compromisso que se volta a esta reflexão. -----

Não é para interromper o raciocínio ao Sr. Vereador, mas é por uma questão de economia de tempo. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **066**

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

Continuou o Sr. Vereador, mencionando que está a terminar, e não tem nenhum interesse em voltar, só tem interesse que fique registado. Nestas coisas cada um, quando está na câmara municipal, deve deixar um legado, não tem nenhum receio daquilo que pensa nem daquilo que defende, e o próprio, quando está a aprovar esta questão do Alhandra, em que os membros da Coligação Novo Rumo já disseram que iam votar a favor, pela mais elementar justiça, considera que a questão da intervenção do Alhandra devia ser o início do resto. -----

Assim, quando se está a dizer que a intervenção do Alhandra não tem influência na Cimianto ou não tem interferência em toda a área da Marinha ou a possível ligação a Vila Franca de Xira, é, com o devido respeito, não estar a olhar para aquilo que é o planeamento de uma cidade ou para aquilo que é a necessidade da regeneração de toda uma área norte do concelho. -----



Portanto, a sua intervenção tem que ficar registada, até porque desde que anda na câmara municipal que ouve falar de tempos a tempos, e depois há um conjunto de pessoas que diz, "pois, mas os tempos eram outros, na altura as preocupações eram outras", e isto era há 10 anos atrás. Assim, daqui a 10 anos à frente, quando se olhar para trás, o discurso vai ser o mesmo, "pois, sabe, na altura os interesses eram outros". -----

Contudo, não é, pois já lá estava registado o que é que os membros da Coligação Novo Rumo pensavam e defendiam para a zona. Não tem nenhuma dúvida que se a área tivesse um interesse privado ela já tinha avançado a 150km por hora, mas o que quer dizer é que os tão defensores da iniciativa pública têm aqui uma oportunidade para estarem todos de acordo, para que seja através da iniciativa pública que se chamem os privados, que têm de fazer investimentos. -----

É aqui que se faz, não é ao contrário, o privado que chega, bate à porta, e diz, "olhe, eu tenho aqui um plano de pormenor". Não é assim, que se faça ao contrário, a iniciativa pública e, a seguir, de acordo com as necessidades, chamem-se os privados. -----

Nesta questão cita um ex-secretário-geral do Partido Socialista, "Qual é o receio?", porque aqui não é "Qual é a pressa?", pois há de facto pressa, que é a de se posicionarem. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que a questão não é "Qual é a pressa?". ---

Respondeu o Sr. Vereador que também disse, é “Qual é o receio?”, e que é preciso ter pressa, pelo que os membros da Coligação Novo Rumo pensam que se deveria efetivamente avançar desta forma. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que, sem dar importância àquilo que não é importante, mas porque há coisas que de 15 em 15 dias fazem parte do espetáculo, os membros da CDU gostariam, mais uma vez, de dizer que as afirmações que se fazem em reunião, e que são graves, no entender que têm, deveriam ter, se calhar, outra forma. Neste sentido, pede, como se fala tanto quase que em corrupção, é aquilo que se quer dizer, não usando a palavra, que, se se tiverem provas de tais situações, se fosse por favor ao Ministério Público, porque lá é o local indicado, ao invés de estar constantemente a levantar calúnias e a utilizar expressões que são incorretas e menos sérias, no decorrer destas reuniões de câmara. -----



Portanto, gostariam que, de facto, ficasse em ata, mais uma vez, que a CDU não se revê nas afirmações que são feitas, e são, no entender que têm, caluniosas demais para que não tenham que dizer absolutamente nada perante um espetáculo destes. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo só que no próximo ano, algures entre o primeiro trimestre e o segundo trimestre, é o tribunal de Vila Franca de Xira que vai avaliar isso, não é o próprio. O tribunal de Vila Franca de Xira é que avaliará essas situações de que os Srs. Vereadores estão a falar, pelo que nessas alturas, e durante esse tempo, não os viu nunca levantar uma única palavra sobre nada, sobre essas situações. Viu-os aprovar tudo, e é isso que tem a dizer. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que quem de direito, e na sede própria, se há alguma coisa para discutir, discutirá nessa sede, e se alguém tem culpas, tem que as assumir e pagar por isso. Assim, “à justiça o que é da justiça”. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que nunca foi julgado, e é chamado todos os dias de tudo, nomeadamente durante os últimos 4 anos. Até dizem umas coisas da Srª Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, que afinal era uma mulher rica, e não viu ninguém vir dizer nada. -----

Perguntou o Sr. Presidente o que é que isso tem a ver, e não sabe se a Srª Presidente é rica ou não, nem tem nada a ver com isso, pedindo ao Sr. Vereador



para ter calma. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que está calmíssimo, mas a si não lhe chamam é nomes, sendo que o Sr. Vereador que está à esquerda do Sr. Presidente estava no local onde estavam a chamar de ladrões a toda a gente. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o Sr. Vereador gosta disto, faz tudo para que isto aconteça, mas deve gritar mais alto, que é para ver se os Srs. Jornalistas escrevem aquilo que quer que escrevam, para ver se lhe dão razão, porque até à data ainda ninguém lhe deu razão. O Sr. Vereador que faça isso que está a fazer, a continuar a criar mau ambiente, que é aquilo que gosta de patrocinar no círculo de Vila Franca de Xira. Pede imensa desculpa, mas é aquilo que o Sr. Vereador gosta de fazer, deve ficar imensamente satisfeito com a atitude, e o próprio nem imagina a satisfação. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o que o próprio imaginava é que numa das últimas reuniões de câmara deste ano se tivesse a capacidade de ter uma atitude conveniente no seu decorrer. Os factos ficam com as pessoas, isto fica registado em ata, para memória futura, cada um é responsabilizado com aquilo que diz. Portanto, um dia mais tarde alguém haverá de tratar desse assunto. -----



Assim, passará para a discussão do ponto 3 da ordem do dia. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo licença para falar, tendo o Sr. Presidente perguntado se é sobre o ponto 3, ou sobre o ponto 2, em que o Sr. Vereador começou a falar sem pedir a palavra, nem coisa nenhuma. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que é sobre o ponto 3, ao que o Sr. Presidente lhe deu permissão então para falar sobre o ponto 3. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que não se está a representar a si próprio, está com uma tarefa que lhe foi confiada. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que a si chamaram-lhe de ladrão na Cercitejo, este Sr. Vereador estava lá, com toda a "camarinha" da CGTP, a chamarem ladrões às pessoas. Foi este senhor, o resto, e alguns estavam ali sentados também. Estava lá como vereador da câmara municipal, na Cercitejo, quando foi a inauguração há 3 anos. Não se está a brincar, as pessoas têm que saber isto, que estes senhores vêm à reunião, vestem uma "pele de cordeiro", e lá fora armam-se em "lobos", a chamar nomes às pessoas. -----

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE PRÉDIOS URBANOS – TRAVESSA CARVALHO ARAÚJO - PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 529/15, de 04/12, da EMRU, para aprovação da aquisição de prédios urbanos, sitos na travessa Carvalho Araújo, na Póvoa de Santa Iria, um com o nº 6 de polícia e outro com os nºs 4 e 6 de polícia, pelos valores de 40 000,00€ e 60 000,00€, respetivamente, no valor total de 100 000,00€, descritos na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, freguesia da Póvoa de Santa Iria, sendo o primeiro descrito pela ficha 716 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 122 (antigo artigo 213), com a área de 174m², da qual foi desanexada do logradouro uma parcela de terreno com área de 53,40m², propriedade da Sociedade J. C. Bessa, Lda, representada por João Carlos Montalbo Bessa, e o segundo descrito com o nº 16.545, do Livro nº 43, ficha 1794, composto por três artigos urbanos, inscritos na matriz predial urbana sob os artigos nº 119 (antigo 210) com a área de 32m², nº 120 (antigo 211) com a área de 31m², e nº 121 (antigo 212) com a área de 15m², correspondentes a três casas de rés de chão/habitação, com a área total de 78m², propriedade de Jaime Manuel Teixeira Duarte Bessa.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 529/15, de 04/12, da EMRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

Intervio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que fica, de facto, uma dúvida, a de que até que ponto se imagina que a questão da aquisição de terrenos foi e continua a ser uma situação de não elegibilidade por parte do mecanismo de financiamento do Ecobairros. Contudo, os membros da CDU gostavam de colocar a

questão, se a aquisição previamente poderia ter sido considerada nos termos da elegibilidade, aquando da construção do auditório Fernando Augusto. Por outro lado, porque essa informação não consta de todo o articulado desta introdução, gostariam de saber se houve ou não alguma iniciativa no sentido de tomar posse deste terreno ou de se enveredar para uma negociação, que foi aquela que acabou por acontecer. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo que não queria entrar na discussão a que se assistiu anteriormente, mas efetivamente pensa que as pessoas têm que começar a pensar nos comportamentos que têm, e pede ao Sr. Presidente para não a interromper. -----

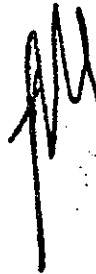

Respondeu o Sr. Presidente que, aparentemente, quem está a dirigir a reunião de câmara é o próprio. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo que, aparentemente, quem está a falar é a própria, mas fica a aguardar. -----

O Sr. Presidente continuou, dizendo que fala em aparentemente, porque as pessoas às vezes tomam determinado tipo de atitude, que às duas por três não respeita o próprio órgão, e torna-se difícil. Contudo, pede à Srª Vereadora para falar. -----

Interveio novamente a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, só para lembrar, mais uma vez, porque este assunto foi também falado ontem pelo Sr. Presidente, na atribuição do prémio Carlos Paredes, como se efetivamente se tratasse de uma bandeira defendida pelo executivo, que esta questão do estacionamento que permite o acesso ao auditório já foi várias vezes questionada, nomeadamente pelo Sr. Vereador Rui Rei. Assim, os membros da Coligação Novo Rumo queriam deixar registado, precisamente, que esta é uma bandeira dos mesmos, várias vezes a têm vindo a solicitar, e é de extrema urgência, de modo a que seja permitido que a população possa estacionar os seus veículos e dirigir-se a este auditório, coisa em que ainda ontem todos certamente tiveram dificuldade.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que a paternidade das coisas não o aflige, porque é daqueles que, quando as ideias são boas, sejam de uma bancada ou de outra, tem a obrigação de refletir e verificar da oportunidade ou não dessas mesmas ideias. É verdade que é uma matéria de que se tem vindo a falar há



muitos anos, não é de agora, tanto por uma bancada como por outra, e inclusivamente na última reunião de câmara o Sr. Vereador Rui Rei de facto aludiu a esta matéria. -----



Por coincidência, o próprio disse que a questão vinha à próxima reunião de câmara, na medida em que se conseguiu fechar a negociação com a família proprietária do terreno. Portanto, há essas ideias, naturalmente que são boas, mas depois há outros que têm de desenvolver estas mesmas ideias, trabalhar para a sua concretização, e foi aquilo que o executivo fez. Por isso, hoje está-se em condições de trazer uma proposta de finalização da negociação, que lhe parece adequada, de acordo com a avaliação que foi feita. -----

Respondendo à pergunta do Sr. Vereador Nuno Libório, não havia elegibilidade para a aquisição de terrenos, e pode até dizer que o pequeno espaço que foi necessário para a colocação do PT – Posto de Transformação, que infelizmente ficou naquele sítio, e que ainda ontem à noite esteve a olhar, pois está a criar alguma dificuldade, mas encontrar-se-á uma solução, foi adquirido, e relativamente à proporcionalidade da área, considerando a que se vai agora adquirir, foi mais caro. Na altura também se colocava a possibilidade de ficar ou não na candidatura, mas não foi possível, e a câmara municipal teve de adquirir o terreno. -----

Portanto, não há outra forma de o fazer senão negociar ou expropriar, sendo que a expropriação de certeza absoluta, pelas experiências que se têm tido ao longo do tempo, sairia mais cara, e provavelmente demoraria ainda mais tempo. -----

Está convicto que traz uma proposta adequada, e se for aprovada depois é passar para a segunda fase, demolir todas as casas que lá estão, fazer, numa primeira fase, um estacionamento provisório, e posteriormente um definitivo. No entanto, esta matéria do provisório ou definitivo ainda se vai analisar, depende do custo, porque se o custo for relativamente pequeno, avança-se já para um estacionamento definitivo, mas o que era importante era ter o terreno para se poder desenvolver o trabalho que se tem ali que desenvolver. -----

Ontem mesmo fez menção que vinha a esta reunião de câmara, disse que era uma proposta que estava sujeita à aprovação de todas as forças políticas, não foi dizer nada que não pudesse dizer, e porque era uma ambição também muito grande, do Grémio ter a possibilidade de atrair público para os espetáculos que são

desenvolvidos no Centro Cultural Fernando Augusto. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que ainda na última reunião, quando se falou sobre o assunto, ou na reunião anterior, quando o Sr. Presidente disse que se tinha acabado de chegar a acordo com a família Bessa, que é a proprietária destas construções e terreno, o próprio perguntou se o terreno e as construções chegavam à rua da República, e o Sr. Presidente disse que não tinha a certeza. O próprio, olhando para a planta, vê que não chega à rua da República, sobe pela travessa Carvalho Araújo, que encosta à sede do União Atlético Povoense. Assim, volta a dizer o que tem dito desde o início do projeto do Ecobairros, e, quanto à questão do PT, já lá irá, sendo que, como disse há bocado, é importante olhar para o todo e não se ficar fechado só na necessidade imediata, porque quando se fica fechado na necessidade imediata criam-se estes constrangimentos, de que agora se estão a falar. -----

Neste sentido, esta aquisição é muito importante, porque é o início de todo um processo, mas a câmara municipal deveria continuar a fazer as restantes aquisições até ao centro comercial que existe na rua da República. Fica mais meia dúzia de frações que deveria ser adquirida pela câmara municipal, porque a zona antiga da Póvoa de Santa Iria não tem hipótese de se regenerar sem espaços abertos, que permitam às pessoas poderem circular e, no limite, até estacionar.-----
Por isso disseram, não é de hoje, é de há uns anos, e estava previsto no projeto do Ecobairros, que esta zona toda de que está a falar, não só a que hoje vai ser adquirida, que volta a dizer que é muito importante para o início do processo, dado o seu desnível desde a rua 5 de Outubro, encostado ao Grémio, até à rua da República, tem condições, sem um custo superior a ter que se fazer só um silo, de se fazerem dois ou três pisos de estacionamento, desde que seja financeiramente viável, e isso devia ser avaliado. -----

Mesmo que não fosse para fazer desta forma, seria absolutamente importante que, desde a rua 5 de outubro, que é a rua de cima, onde estão as atuais instalações do auditório, até à rua da República, todo este espaço pudesse vir a ser aberto, e depois se veria, no futuro, o que se faria, se era todo estacionamento ou se poderia haver ou não alguma construção ali. Era importante que assim fosse, até porque a esmagadora maioria daquelas casas está devoluta, com a exceção da sede da



Columbófila. Do que tem de memória, eventualmente só uma ou outra casa encostada ao centro comercial é que estará habitada deste lado, e pensa que a câmara municipal teria todo o interesse, até por uma questão de futuro, que o espaço fosse todo público e toda aquela zona pudesse respirar, pois só assim se podem ter pessoas e atividade comercial. Não há atividade comercial se a pessoa não puder estacionar nas proximidades, ninguém vai ali, nem investir, nem fazer nenhuma compra naquele espaço. -----



Quanto ao PT, o Sr. Presidente é testemunha que desde o primeiro dia o próprio afirmou, está escrito, gravado e está em ata, que não devia ter sido instalado ali. A forma como está instalado, na pequena praça sobrança, que era das antigas instalações da junta de freguesia, e não só o PT, a ilha ecológica ali colocada, cria um problema de reaproveitamento, hoje, para o espaço que se quer. -----

A ilha ecológica não permite, por exemplo, que aquele espaço possa ser usado como uma esplanada do auditório, ou do café, dentro do auditório, porque está lá, e o PT quebra uma parte importante de toda aquela área, o que quer dizer que quando se planeia este tipo de investimentos, e a sua área não é, nem arquitetura, nem urbanismo, nem coisa nenhuma, é preciso “andar aqui e não vir só ver a bola”. Olha-se e, quando se aprova um empreendimento, tem-se a noção do que é que se envolve na área ou do que é preciso para a área. -----

Neste sentido, chama a atenção, mais uma vez, porque não é caso único. A questão do PT foi falada desde o primeiro dia, hoje está reconhecida e vai-se ter de resolver, mas dá o exemplo de uma coisa de que anda há dias para levantar e lhe passa permanentemente, um outro PT, na Bolonha, que é recolocado de um sítio de uma rua para outra rua, em que é feita uma vala com um muro em betão armado. -----

Passa lá todos os dias, porque é ao lado da sua casa, e pensou que se estava a fazer esta contenção porque se vai colocar o PT no buraco, e bem, pois passava-se lá, nem se via, e ficava enquadrado, mas não. Fez-se o muro, encheu-se de terra e colocou-se o PT em cima. Então mas quem é que planeou isto? Quem autoriza este planeamento? Considera que não é possível, e o que quer dizer é que não é possível continuar a fazer um planeamento do território desta forma. -----

Fala de um PT, mas tem exemplos de prédios, porque também foi dito em reunião

de câmara, variadíssimas vezes, ainda ao lado do Grémio, no prédio amarelo que foi ali construído, que foi autorizado, que as caves deviam ter ficado pelo menos uma ou duas para usufruto público, para estacionamento público, porque a zona não tem um único espaço de estacionamento, e também isso foi ignorado. -----
Portanto, é fundamental perceber o que se quer das coisas e, neste caso, quando está a falar destas caves, o investimento até era privado. Era um investidor privado que tinha de fazer aquilo. Era uma obrigação do investidor privado, não era uma obrigação do investidor público.-----

É absolutamente essencial, quando se faz este tipo de iniciativas, que se possa ter um objetivo final, que é abrir verdadeiramente toda aquela zona antiga, porque sem esta abertura não há efetivamente um projeto de futuro. Volta a realçar que se tem de começar por algum lado, e é importante que se faça este acordo, com o objetivo final de alargar a todo aquele casco mais antigo e libertá-lo para usufruto das pessoas.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que as questões da regeneração e requalificação urbana são um processo que se tem vindo a fazer, o Ecobairros melhorou consideravelmente as condições de mobilidade, e para todas as pessoas que ali vivem, sobretudo também para os comerciantes. Há esta possibilidade de ir mais longe, há a intenção da câmara municipal poder vir a negociar outras parcelas ali, e espera que seja para preços justos, porque quanto a especulação imobiliária, a câmara municipal não entra nisso. Só trouxe esta proposta porque encontrou um preço justo, senão ainda não viria. -----

Assim sendo, presume que estão todos de acordo. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

Fl. Livro _____



Fl. Ata 076

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

Depois da discussão e votação do ponto 3, interveio o Sr. Presidente, dizendo que há pouco referiu que há muitos pontos que têm de ir para a assembleia municipal, e estando os Srs. Vereadores de acordo passará já, considerando a hora e o facto de ainda se ter o público para ouvir, para os pontos 6, 13, 18 e 44, retomando posteriormente os restantes pontos da ordem do dia. -----

1. Assunto: REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 222/15, de 16/11, do GMAE, para aprovação do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Município de Vila Franca de Xira, após terminado o prazo de 30 dias de consulta pública, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 222/15, de 16/11, do GMAE, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que da parte da bancada da CDU a discussão já tinha sido feita na reunião de 1 de julho passado, só irá resumir rapidamente para justificar o seu sentido de voto. -----

Como é sabido, são contra a abertura ao domingo, e também colocam sérias reservas para o horário do grupo 3, que é a abertura entre as 6h00 e as 16h00, todos os dias da semana, até porque sabem, e já na altura falaram, de várias reclamações que tem havido, e também têm de salvaguardar o descanso dos fregueses e munícipes. No entanto, pensam que nesse capítulo a câmara municipal também estará atenta e atuará em consonância. -----

Como disse, apenas resumiu, está na ata da reunião de 1 de julho, os membros da CDU são contra, por estas razões sintetizadas e as que estão na ata da referida reunião, e votam contra. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que a liberalização dos horários está

definida por lei, e se não existisse este regulamento é que a câmara municipal não tinha instrumento nenhum para poder evitar determinado tipo de horários. Assim, com este regulamento, que espera que venha a ser aprovado hoje, terá alguma possibilidade de evitar aquelas situações que por vezes chegam a reunião de câmara, e não só, de determinado tipo de atividades que vão para além da meia-noite, e às vezes até bastante mais tarde, que prejudicam a tranquilidade dos residentes. Portanto, este regulamento ainda dá alguma possibilidade de o poder evitar, e sem o mesmo a lei era determinante e os horários iam-se desenvolvendo de acordo com os pedidos que eram feitos. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, manifestando que da documentação que os membros da Coligação Novo Rumo receberam não consta cópia dos pareceres das diversas entidades, nomeadamente da Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal - AHRESP, que, segundo informação constante, emitiu um parecer negativo. Para poderem apreciar precisariam de obter esta informação e esta documentação, para uma melhor análise e apreciação. -----

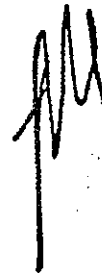
Interveio a Srª Vereadora Fátima Antunes, cumprimentando os presentes e referindo que, de facto, os pareceres que a Srª Vereadora refere não estão em anexo, no entanto, o parecer da AHRESP foi negativo, queria eventualmente que não se fizesse este tipo de restrições que se faz na proposta de regulamento, mas tem direito a se pronunciar como quiser. No entanto, pode fornecer os pareceres que foram emitidos. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se pode fazer uma de duas coisas, aprovar o regulamento e o próprio enviar o parecer, e a outra é retirar o ponto e enviar o parecer. -----

O que a AHRESP refere é justamente aquilo que a Srª Vereadora Fátima Antunes acabou de dizer, não quer condicionalismos em termos de horário, quer gerir de acordo com aquilo que lhe parece mais adequado para a sua atividade. A câmara municipal entende que tem de ter aqui algum travão, se não é muito complicado resolver estas situações e, portanto, o parecer vem neste sentido. -----

Aquilo que sugere é que ainda hoje o parecer chegue à bancada da Coligação Novo Rumo, mas não é muito diferente daquilo que acabou de dizer.-----

Respondeu a Srª Vereadora Ana Paula Bayer que, efetivamente, para apreciarem



precisam da documentação na íntegra, portanto, se for possível ainda hoje, os membros da Coligação Novo Rumo podem ainda hoje tomar uma decisão sobre esta matéria. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, perguntando à Srª Vereadora Fátima Antunes se é possível pedir os documentos, considerando que este ponto tem de ir à sessão da assembleia municipal e, se não for aprovado hoje, já não vai. -----

Aquilo que sugere é que ainda hoje se envie o tal parecer negativo aos membros da Coligação Novo Rumo, e se pudesse aprovar ou reprovar o ponto, e se assim não for o regulamento não entra em vigor, apenas entrará em vigor mais tarde, não sabe quando. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que “horários liberalizados” não é bem assim. -----

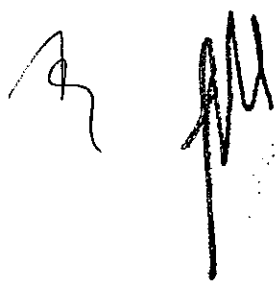
Em primeiro lugar, os estabelecimentos que afetam normalmente mais as pessoas são os chamados estabelecimentos de restauração e bebidas. Esses são aqueles que criam mais constrangimentos, e esses não estão ao abrigo do licenciamento zero. -----

Para os espaços de restauração e bebidas, se a instalação onde eles se vão colocar não estiver preparada, tem que apresentar o licenciamento à câmara municipal, porque tem um conjunto de constrangimentos que não tem, por exemplo, um cabeleireiro, uma florista, ou que não têm 80% das atividades comerciais. -----

Para um café que tenha restauração e bebidas e que tenha, por exemplo, confeção de alimentos, não se pode chegar e pura e simplesmente abrir o espaço com o documento do arquiteto ou do técnico responsável a dizer que cumpre a lei. Não chega, porque na maior parte dos espaços, inclusivamente, é preciso que os condomínios estejam de acordo neste tipo de coisas. -----

No espaço de restauração e bebidas não é completamente licenciamento zero, não é assim, na maior parte do resto das atividades comerciais sim, nesta atividade da restauração e bebidas continua a achar que existem alguns constrangimentos. -----

Tem que se fazer a distinção entre um espaço já previamente licenciado, estando a falar de um espaço não licenciado, um espaço normal, que vá abrir a primeira vez, tem que apresentar licenciamento. Coisa diferente tem uma papelaria, uma livraria, uma florista, para isso é basicamente um espaço que cumpre a lei,



comunica à câmara municipal e abre, ou o que agora existe muito, inclusivamente no concelho, a história das mercearias ou frutarias que, inclusivamente, estão abertas para lá da meia-noite. Não o afeta, muito pelo contrário, as pessoas têm uma necessidade, vão lá e compram, aparentemente não cria problemas na área, mesmo em zonas comerciais, as pessoas querem estar, há uma necessidade, há uma procura, e a pessoa está. Outra coisa é este tipo de espaços que cria ou pode criar constrangimentos na área, ou, eventualmente, aqui também entra a história do planeamento.-----

O problema é que se está a licenciar e a aprovar a possibilidade de ter alguns destes espaços dentro de zonas marcadamente urbanas, dentro de zonas marcadamente habitacionais, logo, vai-se gerar ali um conflito entre esse espaço e a população que mora nesse prédio.-----



Os membros da Coligação Novo Rumo não têm nenhum problema de aceitar que neste tipo de casos tem de haver algumas restrições, porque tem que ser sempre compatibilizada a atividade comercial com o direito ao descanso e ao normal funcionamento da atividade, da vida normal no espaço. -----

Se for esse o problema, não têm nenhum constrangimento em aprovar, para permitir. Agora, não estarão de acordo em que se condicionem horários de estabelecimento por questões filosófico-ideológicas. Com isso, tenha-se santa paciência, com os membros da Coligação Novo Rumo não contem para nada disso. Não podem ser a favor do comércio tradicional, do investimento das pessoas, e depois dizer-lhes que só podem estar abertos das 9h00 às 17h00.-----

Não pode vir a reunião de câmara dizer permanentemente que os comerciantes têm que se reinventar para poderem competir com o mercado que aí está, e depois dizer-lhes que se lhes colocam "100kg em cada perna", para "correrem" com os outros, que até têm "sapatinhos" do melhor que existe para "correr". -----

Se de facto a perspetiva for de que naqueles locais do concelho onde não é possível, não é possível, sim, mas no resto tem que se permitir que a iniciativa das pessoas prevaleça face a perspetivas filosófico-ideológicas, porque, se não for esse o caso, os membros da Coligação Novo Rumo não estarão de acordo.-----



Na perspetiva de um controlo e de prevalecer, aí são a favor, mas é logo à cabeça, logo, quando as pessoas perguntam o que é que pode ser feito, deve prevalecer o

seu direito ao descanso e o direito de poderem viver com algum descanso e com qualidade, pois para isso adquiriram a sua casa. Quanto ao resto, se for em espaços que não colida com isto, não têm nenhum problema em que o espaço esteja aberto, desde que cumpra a legislação em vigor, pague aos seus funcionários e cumpra todos os direitos que as pessoas têm. Não têm nada contra que isso aconteça.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo crer que este regulamento vem justamente no sentido do que o Sr. Vereador acabou de referir, e, sendo assim, aquilo que diz é que enviar-se-á ainda hoje o tal parecer, mas parece-lhe que no fundamental estão de acordo, e por isso põe o ponto a votação. A CDU já manifestou o seu voto desfavorável, e, assim sendo, o ponto é aprovado com o voto desfavorável da CDU. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA – 24 DE JANEIRO DE 2016 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA AS ASSEMBLEIAS DE VOTO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 78/15, de 09/12, do DGAFJ/SAE, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual relativo à aquisição de material necessário para as assembleias de voto para a eleição do Presidente da República, no dia 24 de janeiro de 2016.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 78/15, de 09/12, do DGAFJ/SAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara, para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo pretender intervir, não em concreto em relação à matéria em discussão, mas aproveitar esta nota para se ter atenção, quer na câmara municipal, quer junto das juntas de freguesia, que são quem organiza todo o processo eleitoral, embora pense que não foi uma condição de agora. Nas últimas eleições legislativas, em muitos sítios onde se realizam as votações, em todas as freguesias do concelho, os membros da CDU tiveram oportunidade de verificar, e pensam que os membros do executivo do PS, na visita que fizeram, repararam nisso, e em muitos dos sítios entendem que se deveriam repensar bem os espaços, ou seja, que há demasiadas mesas de voto no mesmo local, filas de pessoas até acima da mesa de voto e algumas situações caricatas para as quais chamariam a atenção. Por acaso era para ter falado na última reunião de câmara, mas passou-lhe, sobre aquilo que a câmara municipal deveria



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 083

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

ver com as juntas de freguesia.-----

No Ateneu de Vila Franca de Xira e nos bombeiros de Alverca do Ribatejo houve muitas mesas em cima umas das outras, num dos pavilhões em Vialonga a situação foi idêntica, isto para falar naqueles locais onde há espaços enormes. Se há pouca gente não cria grande questão, mas quando houve, em determinados momentos, muitos eleitores a votar, havia filas enormes dentro da sala, porque não há condições, as mesas estão espalhadas pelos pavilhões e isso criou alguma confusão.-----

Na opinião dos membros da CDU, e para bem de todos, deviam ser repensados os locais, e se não for possível para as eleições para a presidência da República, que no futuro se tenha em atenção esta situação.-----

Outro apelo que fariam à câmara municipal, enquanto responsável pela atribuição, por indicação dos vários partidos políticos e da Bolsa de Agentes Eleitorais, tem a ver com os membros das mesas. O próprio esteve já várias vezes numa comissão de apuramento intermédia no concelho, foram detetadas algumas situações extremamente caricatas, para não dizer de outra forma, não foi nestas últimas eleições, já foi há uns anos, e nesta eleição deparou-se com uma situação numa mesa de voto que deve dizer que não é possível. Não é possível um presidente de mesa estar a autorizar uma pessoa a votar por outra, não tendo nenhum documento que permita o outro votar, a dizer que a pessoa é incapacitada e que a outra pode votar, que é o que diz a lei, a não ser numa situação excecional.-----

Isto não pode ser possível, mas aconteceu à vista dos membros da CDU, numa visita, numa das mesas de voto, que se escusa a comentar qual foi.-----

Na sua opinião, a câmara municipal e os partidos políticos que indicam as pessoas devem ter em atenção se as pessoas têm ou não condições para estarem a exercer aquele lugar. Esta é uma questão que é fundamental, porque depois fala-se, no hábito de se dizer que há fraude eleitoral, que não receia que haja, mas há que ter em conta isso, porque a responsabilidade da nomeação é da câmara municipal. É verdade que os partidos políticos são quem manda para lá a maior parte dos elementos das mesas, as bolsas, e não se pode, nem se deve, ir para as mesas só porque agora se vai ganhar 50,00€.-----

Pensa que esta é uma questão fundamental, doa a quem doer, tem que se ter a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 084

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

consciência que esta não é uma questão de somenos.-----

Assim, aproveita este ponto para chamar a atenção, quer das condições dos locais, a forma como se faz, a reserva com que cada um vota, e depois o cuidado para os membros das mesas.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que aquilo que pode dizer é que já no início deste mandato foram enviadas a todos os Srs. Presidentes de junta sugestões para uma melhor mobilidade, que é aquilo que parece ao executivo municipal mais importante e prioritário.-----

Em alguns casos com o apoio da câmara municipal, e noutras situações as próprias juntas evoluíram para a melhoria das questões da mobilidade. Lembra-se, por exemplo, que há uns anos atrás as eleições faziam-se no salão nobre dos bombeiros de Alverca e as pessoas tinham que subir umas escadas, alterou-se e pôs-se cá em baixo, o que não quer dizer que não se possa ainda evoluir mais para melhorar as situações.-----



Ainda é do tempo em que as eleições se faziam em casas particulares, portanto, tem-se vindo ao longo do tempo a melhorar, e também é do tempo em que estive em muitas mesas de voto e não lhe pagavam coisa nenhuma, ia por uma questão de cidadania.-----

Os tempos alteraram-se e as pessoas têm que estar adaptadas às funções para as quais aceitaram o cargo, e os próprios partidos têm obrigação de dar formação, se não o fazem deviam fazer, porque, quanto à questão que o Sr. Vereador acabou de referir, o próprio já estive como delegado há uns anos e também se passou uma situação que não deixou acontecer. Estava lá a mesa toda e estava uma "algarviada" entre dois casais "não votas aí, olha que é naquele, olha que é no outro", e o próprio perguntou ao presidente da mesa que história era aquela.-----

Há infelizmente ainda um outro caso, mas são casos marginais, na medida em que já se evoluiu bastante em termos democráticos.-----

Reconhece que essa situação não devia ter acontecido, e espera que num próximo momento não existam questões dessas, pelo menos ao executivo PS não chegou a questão que o Sr. Vereador referiu, está a ouvi-la pela primeira vez.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo estão completamente de acordo com o que disse o Sr. Vereador da



CDU, efetivamente as pessoas devem ter alguma formação. Tem dúvidas que tenham de ser os partidos a dar-lha, a Comissão Nacional de Eleições existe por alguma razão, se existe só para lá estar de vez em quando, então extinga-se a Comissão Nacional de Eleições e o Ministério da Administração Interna, cada vez que há eleições, nomeia uma comissão que fiscaliza o ato e cria condições de haver democraticidade nessa fiscalização.-----

A Comissão Nacional de Eleições tem a obrigação de preparar os atos eleitorais e de garantir depois, em conjunto com as autoridades locais, que as situações são feitas e correm dentro da normalidade.-----

Hoje em dia ainda são os partidos que indicam a maior parte das pessoas, mas por lei podem não ser. Se aparecer um conjunto de cidadãos que queira integrar, é obrigatoriamente considerado, e deve sê-lo, portanto não há mais, e bem, o monopólio dos partidos sobre a ida das pessoas para as mesas de voto, há regras claras. -----

A câmara municipal deveria ter essa preocupação, porque se o próprio considera que a questão da formação das pessoas é uma obrigação, e deveria ser também uma obrigação da Comissão Nacional de Eleições, a escolha e a identificação dos locais é uma obrigação das juntas de freguesia e da câmara municipal. Isso devia ser claramente colocado. Depois, há dúvidas, e os membros da Coligação Novo Rumo tiveram conhecimento da situação referida, aliás teve inclusivamente público, foi alvo de uma notícia pública num órgão de comunicação social nacional, e de facto são situações que não devem acontecer, porque não é democraticamente aceitável que alguém vote ou possa ser autorizado a votar por outro, seja por que razão for, não há voto por correspondência, nem voto por mandado, quem pode votar, pode votar, quem não pode votar, não pode votar, e não há representação de terceiro para votar.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **086**

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____ **740**

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO PRAZO PARA FINANCIAMENTO - AQUISIÇÃO E DEMOLIÇÃO DE FRAÇÕES NA ENCOSTA DO MONTE GORDO, ATÉ 870 000,00€ - ADJUDICAÇÃO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO -----


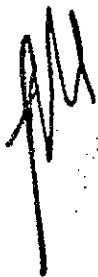
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 106/15, de 10/12, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da adjudicação da contratação de empréstimo a médio prazo para financiamento, à CGD – Caixa Geral de Depósitos, por apresentar a taxa de juro mais favorável, para aquisição e demolição de frações na Encosta do Monte Gordo, em Vila Franca de Xira, até ao montante de 870 000,00€, por um prazo de 5 anos, período de utilização de 6 meses, taxa de juro variável, indexada à “Euribor” a 12 meses, com “Spread” de 1%, e pagamento de juros semestral, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização. --

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 106/15, de 10/12, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, iniciando a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e referindo que na sequência daquilo que já tinha sido discutido na última reunião de câmara, relativamente ao processo de aquisição e demolição dos prédios da Encosta do Monte Gordo, o que é proposto neste ponto é a contratação de um empréstimo para se poder resolver essa situação. Aliás, o Sr. Presidente na última reunião já explicou a razão desta necessidade e “pressa”, diga-se assim, em resolver a questão, portanto, não voltaria a falar sobre essa questão. -----
O que está em causa foi de facto ter-se feito uma consulta ao mercado no sentido de se perceber a que níveis financeiros este empréstimo poderia ser concedido. ----

Aquilo que está expresso na documentação enviada é uma situação que o executivo PS considera bastante vantajosa para um empréstimo a 5 anos, de um montante de 870 000,00€, para o qual se conseguiu uma taxa de juro variável de Euribor a 12 meses de mais 1%.-----

Para se ter ideia do nível de taxa de que se está a falar neste momento, a taxa deverá rondar nesta altura 1,05%, que é uma taxa bastante vantajosa e representa um custo financeiro para o município perfeitamente suportável, daí a opção por esta realidade.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, perguntando aos Srs. Vereadores se querem colocar alguma questão, concluindo que o ponto é aprovado por unanimidade.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2236/15, de 20/10, do DASDEDS/DDS/NHS, para aprovação da alteração ao Regulamento de Habitação Municipal, cujo projeto foi submetido a consulta pública, nos termos do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2236/15, de 20/10, do DASDEDS/DDS/NHS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação e remessa à assembleia municipal. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo pretender colocar apenas uma questão mais técnica, mas que lhe surgiu enquanto dúvida, em relação à indicação do que é a renda máxima. -----
De acordo com a legislação o valor da renda máxima pode ser superior ao valor da renda condicionada, e na menção do regulamento volta-se a indicar que a renda máxima é a mesma que a renda condicionada, o que, de acordo com a Lei nº 81/2014, não corresponde, ou foi um mau entendimento seu, ou de facto há alguma contradição. -----
Interveio o Sr. Presidente, solicitando à Drª Ana Carla Costa ou ao Dr. Ricardo Lucas para responderem. -----
Tomou a palavra o Dr. Ricardo Lucas, questionando qual é exatamente o ponto do regulamento a que a Srª Vereadora se está a referir. -----
Respondeu a Srª Vereadora Ana Paula Bayer que é apenas a designação de renda máxima. De acordo com a nova legislação a renda máxima poderá ser superior à



renda condicionada, e no regulamento não vem essa indicação, ou se vem não viu. Esclareceu o Dr. Ricardo Lucas que não vem essa indicação, decorre diretamente da Lei nº 81/2014, pelo que não se viu necessidade de colocar isso no regulamento.-----

Interveio de novo a Sr^a Vereadora Ana Paula Bayer, mencionado que o ponto 3, do artigo 2º, diz: “Entende-se que o agregado familiar passa a ter condições para recorrer ao mercado normal de habitação, quando a renda que lhes for calculada de acordo com a legislação em vigor, for superior à renda máxima, tal como a mesma se encontra definida no presente regulamento”. Ora, se no presente regulamento a renda máxima é a renda condicionada, de acordo com a Lei nº 81/2014 a renda máxima não é a renda condicionada, é a renda apoiada, com os 25% que terão que ser calculados, existindo esta contradição que não está a entender.-----

O Dr. Ricardo Lucas interveio, propondo ao Sr. Presidente, se não se importar, porque a questão é um bocado técnica para estar a responder agora, que responda à Sr^a Vereadora noutra altura, porque é mesmo muito técnica. Teria que estar a confirmar e a ler o regulamento todo, e de cabeça não consegue dar essa resposta. Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Dr. Ricardo Lucas que analise a questão de modo a que até ao final da reunião possa dar uma resposta cabal à Sr^a Vereadora.-----

No final da reunião a Sr^a Vereadora Fátima Antunes interveio, relativamente à dúvida que a Sr^a Vereadora Ana Paula Bayer colocou, na questão do Regulamento de Habitação Municipal, dizendo pensar que já estará esclarecida, uma vez que julga que se baseava numa questão que estava prevista na legislação anterior e não na última que saiu. Por isso, não era o que estava previsto.-----
Contudo, não sabe se a Sr^a Vereadora tem mais alguma dúvida.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **090**

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____ **712**

Assunto: COMISSÃO INSTALADORA DA ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO "CLUSTER" AERONÁUTICO DE ALVERCA DO RIBATEJO -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/12/09, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da promoção e desenvolvimento da constituição da comissão instaladora da Associação Promotora do Cluster Aeronáutico de Alverca do Ribatejo, de que, para além do município, seja integrada por entidades e instituições a convidar, bem como que o Gabinete de Apoio ao Investidor assegure as diligências tendentes à constituição da comissão instaladora, garantindo a respetiva operacionalização.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU iam solicitar que este assunto pudesse ser remetido a discussão e votação de hoje a 15 dias, na reunião de 30 de dezembro, por duas ordens de razão, que passará a sintetizar, e que justificam, na opinião que têm, a necessidade de mais informação. Consideram que se trata de um assunto de interesse e natureza claramente económicos, não tanto de natureza e competência autárquicas, mas não obstante querem participar nessa discussão, numa primeira leitura que fizeram sobre os documentos que lhes foram disponibilizados concluíram que têm, de facto, escassa informação. Pensam que há informação que é devida, entendem que as funções que se pretendem atribuir a este "cluster" só poderão ser atingidas num quadro em que o Estado português e as entidades públicas detenham os efetivos instrumentos de natureza económica para definir essa mesma política económica, de cariz nacional e soberana, e não ao invés de, com medidas avulsas e pontuais, ou dirigidas, percorrer apenas e só interesses particulares do investimento privado. Portanto, face a estas questões, colocam à consideração do Sr. Presidente a possibilidade de se remeter para dia 30 uma discussão mais aprofundada, claro está, com o compromisso de também lhes serem dados mais dados, para terem uma melhor compreensão sobre os objetivos desta comissão instaladora, com, tal como disse, a disponibilização de mais informação sobre a matéria.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que, antes de mais, e face a esta proposta, o que diz é que, mais uma vez, foi uma proposta que os membros da Coligação Novo Rumo tiveram o gosto de apresentar no último orçamento para que fosse constituída, e o que propuseram é um pouco mais do que propriamente

só a comissão. Entendem que deveria ser efetivamente constituído, no concelho de Vila Franca de Xira, um instituto ligado à aeronáutica, que a câmara municipal fosse o principal impulsionador, e que a seguir tivesse um conjunto de parceiros, mas que, a partir desse momento, se teria formação, investigação e desenvolvimento no concelho, nomeadamente na cidade de Alverca do Ribatejo.---- Isto não tem nada a ver, ou seja, tem a ver depois, mas não tem nada a ver com o perigo de apoiar esses “malandros” da iniciativa privada, pelo que se continuam a “bater bolas” exatamente do lado oposto das necessidades que o concelho tem. Contudo, cada um pensa o que pensa e faz o que faz.----- Está-se em Alverca, que é só a cidade com a maior indústria aeronáutica do país, a maior indústria aeronáutica do país está situada em Alverca do Ribatejo, e faz-se hoje a reunião de câmara em Alverca, mas não se quer discutir isto aqui, hoje. Fala por si, pois começou a discutir esta matéria desde 2003, e fez uma intervenção aqui, em Alverca, quando a câmara municipal apresentou o Plano Estratégico do Concelho. Nas 4 ou 5 sessões públicas que foram feitas, cada uma era dedicada a um tema, e a de Alverca do Ribatejo tinha como um dos subpontos, na altura da sua intervenção, “Vila Franca de Xira, capital da aeronáutica”.----- Portanto, o que dizia era que, “justifica-se totalmente, pela fundação apresentada, e pelos seus efeitos induzidos, socioeconómicos e estruturais, no entanto, que à causa de objetivos válidos não se possam assumir metas num “pack”, que não estão ao alcance da câmara municipal, e muito menos da sua competência, mas a câmara municipal deve assumir a ação da criação de uma entidade ligada à aeronáutica e ligada à promoção da aeronáutica e à definição das nossas necessidades e a promoção da aeronáutica”.----- Pensa que deve ser importante avaliar, e questiona quantas empresas se conhecem em Alverca do Ribatejo e no concelho de Vila Franca de Xira, com sede no concelho, que trabalhem para a OGMA. Quantos empreendedores é que se conhecem que sejam estimulados, que morem em Vila Franca de Xira ou se venham instalar em Alverca, por força da Indústria Aeronáutica de Portugal, hoje detida pela EMBRAER? ----- Considera que esta promoção é absolutamente fundamental, para que não se fale em termos governamentais, dos vários governos, e isso é transversal, que o polo

aeronáutico será em Évora, ou então, e ainda se recorda, numa possível compensação da não construção do aeroporto na Ota, na criação de um polo aeronáutico na Ota, quando se tem a maior indústria aeronáutica em Alverca do Ribatejo. -----

Ainda disse mais, à época, em 2003, que: “Competia promover a instalação de indústrias de fabricação de ultraligeiros, destinados à prevenção de incêndios, ao controlo rodoviário, ao controlo de pesca marítimo e fluvial, à atividade militar da defesa; Apoiar a criação de centros de excelência e de saber, e de laboratórios de certificação de produtos de alta tecnologia; Apoiar a criação de ninhos de empresa e de investigação aplicada; Apoiar a criação de uma feira e de exposição anual de indústrias aeronáuticas e aeroespaciais na defesa aérea do polo”.-----

Em 2006, foi o único vereador que apresentou um documento, porque a câmara municipal, à época, e o Partido Comunista, não apresentaram, naquilo que era o Plano Nacional de Ordenamento do Território, que definia claramente que o eixo da qualificação era Lisboa, Sintra, Oeiras, Cascais e o eixo da desqualificação era Lisboa, Bobadela, Vila Franca de Xira e Azambuja, que eram o eixo da logística, da massificação, das áreas de logísticas e dos camiões. -----

O documento que o PSD apresentou fazia a comparação, e dizia que: “o Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira - Diagnóstico e perspetivas de desenvolvimento e de atuação estratégica, refere que a conversão da base económica pode passar pela logística, mas refere uma logística sofisticada e especializada, como sejam os segmentos farmacêuticos ou da eletrónica. (Aliás, a OGMA pode ser um ponto de partida para essa especialização). O mesmo plano afirma que Vila Franca deve constituir uma nova centralidade, baseado (porque este plano estratégico tinha como base na altura o aeroporto da Ota) no estabelecimento de polos de serviços às empresas, no incremento da atração de atividades diversificadas de nova geração, inovadoras e qualificadas”. -----

Em 2008, na revisão do PDM, referiu que: “Além da tradição tauromáquica, do rio, da Lezíria, da indústria aeronáutica, a par da indústria da televisão, (que tinha e continua a ter uma força, hoje menor, em Vialonga, mas era ali o seu polo, porque tudo o que aconteceu, e na TVI, partiu desde Vialonga, que não se aproveitou), é apostar intransigentemente na preservação do meio-ambiente, produção de

produtos e apostar no “cluster” aeronáutico”.-----

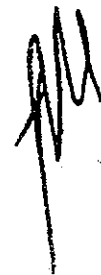

No PDM, em 2008, alguns ficaram em casa a ver o futebol e a jogar no comando, e foi o único vereador, não do Partido Socialista, que participou nas 11 sessões do PDM, com 11 documentos escritos, que estão guardados, para as pessoas perceberem o que é que cada um defende. Não é só vir à reunião e dizer umas coisas, é o que cada um defende efetivamente para o território. -----

O que disse lá foi, quanto à proposta do PSD, que: “Dado que a aeronáutica poderá ser uma potencialidade do concelho de Vila Franca de Xira, especialmente da freguesia de Alverca do Ribatejo, considero que esta revisão do Plano Diretor Municipal deveria manter este equipamento previsto. Pelo exposto considero que estão reunidos os pressupostos para se incluir no planeamento do equipamento um centro tecnológico e de investigação aeronáutica, bem como a alteração dos restantes elementos desta revisão do plano, em que esta atração tenha impacto, pelo que solicito o deferimento da proposta aqui apresentada”. -----

Assim, apresentou uma proposta específica para isto, e é de salientar que o Partido Comunista, à época, estava contra qualquer desanexação de terrenos à volta da OGMA, para o seu possível alargamento ou para instalação de outras situações. Está escrito e dito, e tem que se ter memória, porque sem memória cada um diz o que quer a cada momento.-----

Em 2011, numa reunião de câmara, fez uma declaração sobre o ponto 3 da ordem do dia, relativa ao polo aeronáutico de Alverca do Ribatejo, e à nomeação de um elemento para representar o município no tal grupo de trabalho constituído sob proposta da EMPORDEF, para efetuar uma análise preliminar atinente à criação do polo aeronáutico de Alverca do Ribatejo: “Desde 2003 que foram apresentadas reflexões e propostas com o objetivo de transmitir que existe, por parte do poder local autárquico, confiança e esperança no futuro desta indústria, integrada num “cluster” de alta tecnologia aeronáutica e aeroespacial, que é uma peça-chave para o desenvolvimento integrado e sustentado do concelho de Vila Franca de Xira”.-----

Em 2014, numa apresentação também em Alverca, sobre o estado da arte, disse: “Relativamente à valorização do polo tecnológico da OGMA, sabe que há muitos que dizem que é uma coisa do passado, mas a verdade é que a maior indústria



aeronáutica do país está em Alverca do Ribatejo, tem 2000 trabalhadores, tem "know-how" nesta cidade, e não basta dizer que é a cidade da aeronáutica, colocando uns "outdoors" e cartazes, é preciso criar verdadeiramente o tal "cluster" e o tal apoio ao desenvolvimento da aeronáutica, para que não se continue a assistir a que os principais investimentos do futuro sejam feitos fora da cidade de Alverca, e não em Alverca e no concelho de Vila Franca de Xira". -----

Desta forma, esta matéria não é nova, é importante aprová-la hoje, mas espera que tenha "pernas para andar", e que tenha toda a prioridade e iniciativa política para que se mude alguma coisa. Não é que se mude tudo, para que tudo continue na mesma, mas é que se mude efetivamente, e que Alverca passe efetivamente a ser o centro da indústria aeronáutica. -----

Face a isto, o que os membros da Coligação Novo Rumo propõem é que se acrescentasse uma instituição àquelas que estão na proposta, que é o CEiiA. Apresenta-se um conjunto de entidades, e propõem que a estas entidades se acrescente o Centro de Engenharia e Inovação, que neste momento está situado em Matosinhos, é neste momento a maior entidade em Portugal com maior número de engenheiros e a maior equipa de engenharia a trabalhar nesta área, são mais de 240 recursos, de 9 nacionalidades, pelo que teria todo o valor acrescentado. -----

O centro começou o seu foco na indústria automóvel, hoje tem a indústria aeronáutica e da defesa, sendo que participou em vários projetos, entre eles o programa do KC-390, que é o avião brasileiro. Fez parte dessa investigação e da implementação de partes estruturais do avião, participou inclusivamente em veículos autónomos com a Força Aérea Portuguesa, no desenvolvimento e construção desses veículos, alguns deles que hoje fazem monitorização das linhas de alta tensão. -----

Portanto, pensam que este instituto deveria também fazer parte deste grupo de trabalho, porque teria com certeza valor acrescentado para o concelho e para a indústria aeronáutica em Alverca do Ribatejo. -----

Assim, estão em condições de votar esta criação e de definir, de uma vez por todas, que é absolutamente estratégica e decisiva a aeronáutica para o concelho de Vila Franca de Xira e para a cidade de Alverca do Ribatejo em particular. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que, como disse, está-se perante a constituição de uma comissão instaladora, não é propriamente ainda associação, mas pode dizer que este fim de semana cruzou-se com o Sr. Presidente da OGMA, e referiu-lhe que a câmara municipal gostava que ele pertencesse a esta comissão instaladora, ao que o mesmo imediatamente acedeu, sendo esta uma das empresas absolutamente decisivas para todo este desenvolvimento da constituição da associação. -----

É verdade que aquilo que é presente são propostas que agora se vão ter de analisar, e também já falou com o Sr. Presidente da junta, que está de acordo em fazer parte desta associação. Já falou com a OGMA, há condições para isso, já houve algumas conversas com o Instituto Superior Técnico, onde não lhe parece que haja dificuldades, e já se falou com a escola Gago Coutinho, na medida em que há cursos que lá são desenvolvidos, que depois têm uma complementaridade na OGMA. -----

Com o centro de formação profissional ainda não se falou, e há agora esta proposta da inclusão deste instituto, que não lhe parece mal. -----

Depois, gostava-se de incluir nesta comissão instaladora quem efetivamente tem muito a ver com estas questões da aeronáutica, como o Aeroclube de Alverca do Ribatejo e o Clube de Aeromodelismo, que também poderão participar, bem como a Associação Portuguesa de Aviação Ultraleve, em que está presente o seu presidente, que cumprimenta, que também já deu a sua anuência para incluir esta comissão instaladora. -----

Aquilo que diz à CDU e ao Sr. Vereador Nuno Libório é que este não é um processo fechado, é um processo dinâmico, que se vai desenvolver. O Sr. Vereador refere que precisa de mais elementos, e tentar-se-ão encontrar, mas julga que a proposta é muito clara, sem prejuízo de se vir, naturalmente, porque é um ponto de arranque, a conversar muito sobre a matéria, tanto mais que também propõe que todas as forças políticas com assento na câmara municipal tenham assento nesta comissão instaladora. Portanto, as coisas vão evoluir. -----

Ao ser interrompido pelo Sr. Vereador Nuno Libório, perguntou-lhe se pretende intervir, ao que este respondeu que sim, mas não pretende cortar a palavra ao Sr. Presidente. -----

A

PM

Fl. Livro _____

Fl. Ata " 096

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

Prosseguiu, dizendo que o Sr. Vereador já lhe cortou a palavra, mas não tem problema nenhum, irá terminar e já lhe dará a palavra.-----

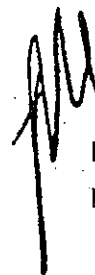
O que diz lhe diz ainda é que pensa que valerá a pena aprovar por unanimidade esta comissão instaladora, porque lhe parece que estão criadas as condições para o efeito, sem prejuízo de mais tarde os Srs. Vereadores dizerem que num ou outro aspeto gostariam que fosse desta ou daquela forma, e naturalmente haverá todas as condições de dizer "com certeza que sim". Na sua opinião não vai pôr em causa nada, pelo contrário, este é um trabalho que vai começar a ser desenvolvido, e os Srs. Vereadores vão ter oportunidade de colaborar ativamente neste processo. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo desculpa ao Sr. Presidente pela interrupção, pois não era essa a sua intenção, foi sem qualquer tipo de intuito, e dizendo que, de facto, os membros da CDU precisam de um bocadinho mais de informação, até para internamente refletirem e avaliarem algumas das questões que lhes parece que têm todo o interesse, ao contrário do que foi dito, que tudo o que vem de certos lados não interessa ou é de desvalorizar, e têm uma posição crítica sobre todas e quaisquer perspetivas de desenvolvimento, que signifiquem mais-valia para o concelho de Vila Franca de Xira.-----

O apelo que fazem, não anunciando, o que pensa que ficou absolutamente exposto na intervenção inicial, nenhuma posição de carácter definitivo sobre esta matéria, é que a câmara municipal tente acrescentar, entregando e facultando mais informação, sobre os objetivos em si propostos para o funcionamento da dita comissão instaladora. Bastará, na opinião que têm, olhar para o documento que lhes foi disponibilizado, e seguramente se concordará que haverá matérias sobre as quais, até tendo em conta alguma discussão havida no seio do executivo do município, bem como num olhar atento a outras experiências tidas como experiências a ter em conta para instalação de ações desta natureza, valerá a pena incorporar no texto. -----

É só essa a dificuldade que têm, sendo que, como é óbvio, se a maioria não estiver de acordo que o ponto seja adiado para apenas mais 15 dias, sujeitar-se-ão e também retirarão daí as suas ilações, como é óbvio. Contudo, queriam, muito concretamente, participar, e participar de uma forma ativa é terem mais dados, mais informação, para poderem dispor também de uma posição mais completa,

A



Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 097

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____


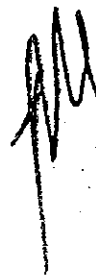
que é aquilo que efetivamente, na modesta opinião que têm, ainda não têm. -----
O Sr. Presidente tomou a palavra, mencionando que houve a preocupação de fazer uma proposta suficientemente objetiva e clara naquilo que se pretende, e regista o facto do Sr. Vereador dizer que a CDU quer participar ativamente neste processo, pelo que se quer, desde já, participar ativamente no processo, não vê outra forma de o fazer senão votar a favor desta proposta, e o que lhe diz, honestamente, é que não consegue arranjar mais argumentação e não vai arranjar mais argumentação. Chega o dia 30 e os membros da CDU dizem-lhe que ainda são insuficientes a argumentação e os elementos, porque efetivamente não há condição de avançar, há é condições de avançar no sentido de começarem a trabalhar todos juntos, e por isso vão ter condições de exprimir as opiniões que têm, e no decorrer desse trabalho certamente que vão aparecer mais documentos para o efeito. -----

Assim, sugere ao Sr. Vereador que votem a favor, para ficarem definitivamente também, desde o início, com este processo, sendo que não vai retirar o ponto, na medida em que não consegue encontrar mais argumentação até daqui a 15 dias.---

Agora, diz, sinceramente, que fica frustrado se não votarem a favor de uma proposta que lhe parece interessante e pode ser melhorada ao longo do tempo de trabalho que se vai fazer, porque é o princípio, não é o fim de coisa nenhuma. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que compreende o apelo do Sr. Presidente, mas deve o mesmo desculpar-lhe por dizer que frustrado ficava o próprio se pudesse, de acordo com as suas responsabilidades, tomar uma decisão no sentido de corresponder a um apelo que lhe é feito, e por uma razão qualquer não dar seguimento a essa situação. Isso para si é que era um motivo para ficar frustrado. -----

O que diz é que não vai haver polémicas, e, como disse de início, mas repete, pois pensa que houve da parte do Sr. Presidente uma interpretação não totalmente objetiva em função daquele que foi o espírito dos membros da CDU sobre esta matéria, e provavelmente a culpa até foi do próprio, não podem ter uma posição consolidada sobre uma matéria relativamente à qual pensam que há assuntos que precisavam de ser melhor discutidos no seio do executivo municipal, como também disseram que não têm nenhuma posição de princípio sobre toda e

qualquer iniciativa que signifique intervenção de desenvolvimento para o concelho de Vila Franca de Xira. -----

Foi o que disseram, e isso tem que ficar registado. -----

Portanto, se o Sr. Presidente, que é quem tem a responsabilidade de aceder ou não a este pedido proposto pela CDU, não propõe a remessa desta discussão e correspondente deliberação para daqui a 15 dias, os membros da CDU vão-se abster, por três ordens de razão, que passa a explicar. -----

A primeira, que é, de facto, a mais importante, é porque precisavam de ter mais informação, e é um direito que lhes assiste, como o Sr. Presidente pode imaginar. Não pode arvorar ou colocar na perspetiva do outro, dizendo que também os outros, que se encontram com idênticas responsabilidades às dos eleitos da CDU, precisam dessa informação. Terão a sua opinião, expressaram-na, mas sentem-se no direito de dizer que precisavam de mais informação, e é um direito que lhes assiste. Pensam que poderia haver, da parte de todos, e da do Sr. Presidente em particular, uma preocupação no sentido de tentar corresponder à explicação mais pormenorizada dos objetivos que presidem à criação desta comissão instaladora, mas não irão criar nenhum obstáculo, e não estão a criar nenhum obstáculo. -----

Quanto à segunda, pela sua importância, porque é uma dúvida que provavelmente não será um exclusivo da CDU, entre outras entidades que possam ser nomeadas ou identificadas para esta comissão instaladora, questionam por que razão, por exemplo, até pela sua dimensão nacional e internacional, proximidade, e todas as razões e mais algumas do ponto de vista puramente objetivo, do ponto de vista da valorização aeronáutica, a TAP não faz parte desta comissão instaladora. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que é uma proposta que os membros da CDU deviam ter feito, sendo que o Sr. Vereador Rui Rei fez uma proposta. -----

Respondeu o Sr. Vereador que entre outras, e pedindo ao Sr. Presidente para poder continuar o seu raciocínio, porque é importante começar e terminar. -----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando se o PSD está de acordo que se inclua a TAP, ao que o Sr. Vereador Rui Rei respondeu que se poderia incluir a TAP. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo desculpa ao Sr. Presidente mas solicitando-lhe que, no uso da palavra, lhe dê condições para expor um raciocínio. O Sr. Presidente está a levantar questões, no sentido de tentar criar

uma imagem de que a CDU está contra e tem mesmo que votar como o Sr. Presidente quer que vote, pelo que pede desculpa, mas solicita que, por favor, o deixe concluir o raciocínio. -----


Continuou, referindo que outro dos motivos que levam os membros da CDU a objetivar a necessidade de terem que discutir mais isto é, designadamente, a abertura à aviação civil, para ser um dos eventuais objetivos desta comissão instaladora, até porque lhes parece algo contraditória com a criação de um "cluster". Um "cluster" para esta área de natureza deverá ou deveria ter como objetivo, fundamentalmente, a indústria de manutenção, reparação e fabrico de material aeronáutico, e não a chegada e partida de aviões, para além das questões de segurança, que, só por si, e de acordo com estudos já efetuados aquando da discussão de 2008, que definiram a localização aeroportuária para o novo aeroporto de Lisboa, inviabilizam toda e qualquer pretensão sobre esta matéria, ou pelo menos os estudos à época inviabilizavam tecnicamente uma abertura à aviação civil.-----

Por fim é, de facto, uma comissão instaladora cuja intervenção do Estado português, incluindo todas as esferas de competência que a esta matéria dizem respeito, é necessária perceber de uma forma absolutamente clara, quanto ao que poderão ser os instrumentos para intervir nesta política económica. Na opinião que têm a boa vontade por si só não chega para a criação e instalação desta comissão, e também esta proposta carece de aprofundamento no que nos objetivos a que preside diz respeito. -----

Portanto, nesse sentido vão abster-se, e lamentam que, de facto, não lhes tenham dado oportunidade para, a partir dos proponentes da proposta, que são o Sr. Presidente e o Partido Socialista, poderem fazer uma clarificação e uma eventual tomada de decisão, em função de elementos de que, manifestamente, hoje não dispõem. Por isso, vão-se abster.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que respeita aquilo que o Sr. Vereador acabou de dizer, e sugere-lhe que leia o 5º parágrafo do preâmbulo da proposta, que responde a uma das questões que falou, sobre a manutenção, e que vai mais longe também. Depois, não é má vontade da sua parte, é porque o executivo PS se esforçou para encontrar uma proposta clara, objetiva, sobre os propósitos da

A



criação desta comissão instaladora, e teme que, mesmo que se pudessem colocar mais um ou outro argumento, ou um ou outro parágrafo, não ia estar muito diferente do que está.-----

Assim, aquilo que diz ao Sr. Vereador é que espera, da parte da CDU, um trabalho aturado, que pretenda ir ao encontro dos objetivos, com a criação deste “cluster” aeronáutico. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se a um documento sobre a Universidade do Porto, que faz um retrato da indústria aeronáutica em Portugal, refere vários autores e, em determinada altura, refere declarações de 2007, do atual presidente do CEiA, José Rui Felizardo, que são públicas, se se for à Internet estão lá. Se se for verificar, tem-se todo este tipo de informação, e se se quiser saber mais coisas ou se se estiver preocupado com a indústria do concelho, saber-se-á o que é estratégico e o que não é estratégico.-----

Assim, nesta matéria, ele dizia: “Razões do atraso face à indústria europeia - Sucessivas hesitações e recuos na participação nos grandes projetos e consórcios europeus; Falta de estímulo do Estado à indução de oportunidades e de disponibilização de recursos; Isolamento face aos grandes integradores aeronáuticos; Falta de uma estratégia nacional agregadora de atores em torno de programas mobilizadores; Cadeia de fornecimento de aeronáutica bastante pulverizada; Dinâmicas de clusterização residual”. Depois, tem mais. -----

Portanto, pensa que se deve claramente ter uma estratégia e começar a aplicá-la, e pior do que uma má estratégia é estratégia absolutamente nenhuma e inexistente, que é o que se tem vindo a ter ao longo destes anos, e isto é absolutamente essencial. -----

Quanto à pergunta que o Sr. Presidente fez, se os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo com a TAP, a resposta é que estão. O Sr. Presidente pode colocar a TAP como, a partir do momento em que o Partido Comunista propõe a TAP, quer dizer que agora já podem propor mais um conjunto de empresas privadas, porque a TAP hoje é uma empresa privada, pelo que se está a defender a entrada de uma empresa privada numa comissão instaladora pública. -----

Perguntou o Sr. Presidente qual é o mal, ao que o Sr. Vereador Rui Rei respondeu que estão de acordo, e para si não tem mal nenhum, mas não vê “pecado” em



Fl. Ata 101

Reunião de 2015/12/16

Proc⁹


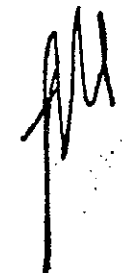
Deliberação nº

todo o lado. Pensa que a TAP é uma empresa extraordinária, só que é privada. Se deve entrar, pensa que deve, como devem entrar outras empresas, mas neste caso estão de acordo que entre a TAP. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que vai passar à votação, dizendo que, com a abstenção da CDU, o ponto é aprovado por maioria.-----

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente, com as alterações propostas.-----

04 cluster

Assunto: CONTRATO DE COMODATO COM A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE AVIAÇÃO ULTRALEVE-----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/12/10, para aprovação do contrato de comodato, a celebrar e outorgar entre o município de Vila Franca de Xira e a APAU – Associação Portuguesa de Aviação Ultraleve, para cedência e disponibilização, a título gratuito e precário, do imóvel correspondente à fração autónoma designada pela letra N, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira sob o nº 00422/19871019, e inscrita na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2740, com área de 85,100 m2, integrada no Edifício Cinema, sala 109, sito na EN10, em Alverca do Ribatejo, destinada à instalação da sede social da associação.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que a questão deste ponto interliga-se com o ponto anterior, na medida em que foi possível que a sede da Associação Portuguesa de Aviação Ultraleve, de acordo com algumas reuniões que teve com o seu presidente, que está presente hoje, o Dr. Paulo Cunha, pudesse vir para Alverca, por todas as razões que se acabaram de referir no ponto anterior. -----

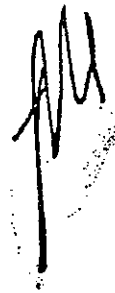
Para além deste contrato de comodato em que, a ser aprovado, a instalação da sede desta associação passa a ser imediata, a associação também tem parcerias com a câmara municipal na área da proteção civil. Há problemas, como todos os municípios têm, por vezes, no verão, por causa dos incêndios e noutras situações de proteção civil, e as aeronaves desta associação ficarão à disposição, em articulação com o comandante da proteção civil, para aquilo que for necessário.-----

Assim, julga estar criada uma parceria bastante interessante e que, relativamente ao ponto anterior, as questões começam a interligar-se e a tomar sentido.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que, antes de se pronunciar sobre o ponto, o que diz é que não deixa de ser interessante que, se em 27 de agosto de 2014 a proposta de alienação desta loja não tivesse sido retirada, por proposta dos membros da Coligação Novo Rumo, hoje não se estariam a ceder estas instalações para a sede da Associação Portuguesa de Aviação Ultraleve. Contudo, é só uma nota, que nessa altura pediram para retirar, para avaliação, o Sr. Presidente assim o fez, e hoje há instalações para ceder. -----

Estão de acordo que se cedam estas instalações e que exista esta parceria, por um





lado, para a promoção das iniciativas com os seus associados, o que é importante, e a parceria com a câmara municipal na área da proteção civil, que não deixa de ser para o município menos importante, sendo de facto muito importante esse serviço e cooperação entre estas duas instituições. -----

Entendem que é uma complementaridade na função e no objetivo da aeronáutica no concelho, em particular na cidade de Alverca, e esperam que tenha o maior sucesso, porque pensam que, neste caso, esse sucesso é o sucesso do município, dos cidadãos de Alverca e do concelho de Vila Franca de Xira. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando ter uma nota para dar, que o Sr. Presidente da junta lhe fez chegar, que dá as boas vindas à associação e está absolutamente disponível, no quadro das suas competências, para acertar e colaborar com a mesma. -----

Assim, a partir de agora ir-se-á então proceder à instalação, tendo em vista a aprovação por unanimidade deste ponto, sendo um dia interessante, na medida em que se está a falar de aeronáutica e de uma área absolutamente importante e decisiva para o tecido económico e social do concelho, e a associação é muito bem-vinda. -----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -



Fl. Ata 104

Reunião de 2015/12/16

Proc⁹ _____

Deliberação nº _____

Pelas 12h45, depois da discussão e votação do ponto 5 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
PROJETO DE CONSTRUÇÃO PARA HABITAÇÃO NO CASAL DA MATA - VILA FRANCA
DE XIRA -----

Interveio o munícipe, Sr. Paulo Simões, cumprimentando todos os presentes, referindo que a sua intervenção é sobre um projeto que colocou à câmara municipal, de uma habitação unifamiliar em Vila Franca de Xira, há 7 anos, vai fazer 7 anos no fim deste ano, e ainda não consegue estar a morar na sua habitação, o que tem um enquadramento.-----

É a primeira vez que vem a uma reunião de câmara, mas obviamente estes 7 anos são incontáveis, não vai classificar desde já, nem adjetivar aquilo que têm feito à sua vida, e há nomes que não vai sequer utilizar neste momento, quer apenas, no uso da palavra, agradecer, e se houver algum jornalista, no caso de lhe cortarem a palavra está convidado a ficar com o seu contacto, pois apenas vai enunciar alguns factos. -----

Respondeu o Sr. Presidente que vai enunciar, com o tempo que tem.-----



Interveio o munícipe, referindo que vai enunciar resumidamente o máximo possível. São 7 anos, e espera que compreendam que não é fácil colocar 7 anos em meia dúzia de minutos, tendo a questão a ver com o seu direito a usufruir dessa habitação, onde cumpriu até agora aquilo que, dentro do seu entendimento, foi possível. -----

Comprou a propriedade em Vila Franca de Xira, mais concretamente no Casal da Mata, e na altura foi viável pela câmara municipal que realizasse um projeto de alteração para uma habitação unifamiliar, porque é a sua única habitação, residindo atualmente num quarto já há vários anos, fruto daquilo que é e tem sido este processo miserável e humilhante que o têm feito passar. -----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando qual é a questão, porque a conhece de "ginjeira", e refuta tudo o que o munícipe diz, devendo este ter termos quando se dirige à câmara municipal, manter a questão num determinado nível, senão retira-lhe a palavra.-----

Interveio o munícipe, dizendo que imagina que sim e por isso é que fez o convite aos Srs. Jornalistas.-----

Respondeu o Sr. Presidente que o munícipe já estava, nesse sentido, a convidar os

jornalistas, e então que vá falar com os Srs. Jornalistas, e deixe de falar com a câmara municipal.-----

Respondeu o munícipe que será provavelmente isso, se o Sr. Presidente lhe retirar a palavra, não lhe deixando outra hipótese.-----

O Sr. Presidente interveio novamente, mencionando que a retira se o Sr. Paulo Simões não se comportar nos modos adequados. Aí retira com certeza.-----

Prosseguiu o Sr. Paulo Simões, para fazer o enquadramento da situação, passando aos factos, adiantando-se, para não demorar demasiado tempo.-----

Assim, em 4 de setembro de 2008 entregou o projeto de alterações à câmara municipal, através de uma empresa de Vila Franca, a Ciratecna. Em 6 de março de 2009, e entretanto também decorreu uma alteração do PDM, a câmara municipal foi favorável a esta obra. Foi feito este deferimento, e nesta altura, apesar de todo o projeto ter sido aprovado, iniciou-se um problema que tinha a ver com a acessibilidade, que é no fundo a questão que o traz à reunião, em que se dizia, “deverá esclarecer as questões relativamente ao acesso à propriedade”.-----

Na altura o problema era a existência de um acesso. É concreto, e está escrito desta forma: “existe ou não existe um acesso à sua propriedade”? De facto, os documentos que entretanto entregou provam, da própria Direção-Geral do Território, que realmente esse acesso existe, e pensou que tinha resolvido a questão desde a raiz.-----

Parece que não foi assim o entender da câmara municipal, até porque o Sr. Presidente, entretanto, foi aceitando que o acesso existia, e se resulta da campanha de 1945, feita em Vila Franca de Xira, era natural que pelo menos se aceitasse a sua existência. Entretanto a situação passou para a parte do serviço de urbanismo da câmara municipal, e começaram os problemas, pois os técnicos não concordaram com a existência deste caminho. Este foi o primeiro problema, a existência da acessibilidade, e depois prolongou-se, sendo que para não adjetivar, vai dizer com inverdades, para não sair dos termos corretos da sua apresentação.-

Interveio o Sr. Presidente, pedindo desculpa, mas referindo que o munícipe tem que dizer o que pretende, porque não pode estar a falar a manhã toda. O que é que pretende em concreto?-----

Respondeu o munícipe que o que pretende concretamente é saber porque é que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **107**

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

4

[Handwritten signature]

vai fazer 7 anos e esta câmara municipal ainda não encontrou um entendimento, ao fim de dezenas e dezenas de reuniões, entre os atores que têm participado neste projeto, porque a câmara municipal também participa, pelo menos é a sua visão ingénua sobre a situação, já que sempre acredita na boa-fé de todas as pessoas intervenientes, até porque vendeu a sua casa em Lisboa para vir morar em Vila Franca de Xira, trazer a sua família, com o seu “know-how” e a sua profissão, o que seria para si uma coisa benéfica. É desta forma que entende a vida.-----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando qual é a questão do munícipe.-----

Respondeu o Sr. Paulo Simões que a questão é que entretanto houve uma série de malabarismos, o que é um facto.-----

Interrompeu o Sr. Presidente, para dizer que a câmara municipal não é circo, é um órgão honrado e nobre, não há malabarismos de espécie nenhuma. -----

Respondeu o munícipe que também é honrado, é nobre, e mais nobre do que a questão que traz não existe, sendo que no decorrer desta reunião nada é mais nobre do que a questão que o traz, que é a família, e quando se impede uma família de viver na sua habitação. -----



Perguntou novamente o Sr. Presidente qual a questão do munícipe, ao que este respondeu ter a ver com a acessibilidade, e o Sr. Presidente reconheceu que sabe bem deste processo, bem como com o reconhecimento pela Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira.-----

Tendo sido interrompido pelo Sr. Presidente, solicitou que o deixasse terminar, ao que o Sr. Presidente questionou para quê, pois vai falar com os jornalistas e explica-lhes tudo, e agora o próprio vai responder, tendo a questão a ver com as acessibilidades.-----

Respondeu o munícipe que não sabe como é que o Sr. Presidente lhe responde se não o deixa colocar a questão, tendo este respondido que já percebeu tudo, e todos já perceberam, é sobre a acessibilidade.-----

Tomou de novo a palavra o munícipe, mencionando que não perceberam, não perceberam nem da missa a metade. -----

Respondeu o Sr. Presidente que são 7 anos, pelo que o munícipe poderá ver o tempo que não se estava na reunião.-----



Interveio o Sr. Paulo Simões, dizendo que o Sr. Presidente não o está a deixar expor, porque assumiu por escrito a realização da acessibilidade, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira está do lado do próprio desde o princípio. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que o munícipe vai explicar a quem quiser, e agora vai-lhe responder à questão em concreto, não tendo a câmara municipal nada a ver com a sua vida particular, nem faz comentários. A única coisa que quer dizer é que quando o munícipe precisou de ajuda, a câmara municipal deu-lhe a ajuda, resolveu o problema. -----

Interrompeu o munícipe, para dizer que não se lembra de ajuda nenhuma. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Paulo Simões para tirar o microfone, pois quem está a falar é o próprio. O munícipe não vai falar mais, fala com outras pessoas, mas não fala mais consigo. Agora vai-lhe responder, e depois vai falar com quem quiser. -----

O que diz, neste sentido, é que quando o Sr. Paulo Simões precisou de ajuda, a câmara municipal ajudou, tendo o munícipe respondido que a câmara municipal nunca o ajudou em nada. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que se é assim acabou-se, e perguntando se o munícipe sabe e se lembra que tinha um casebre a cair aos bocados, e que a câmara municipal teve de encontrar uma solução no âmbito do PDM para resolver o problema, pois não podia ter reconstruído a sua casa. -----

A câmara municipal, tendo em consideração as questões de carácter social, resolveu o problema, mas depois já não era a casa, era um centro de dia que o munícipe queria construir. Isso veio mais tarde, já não era a "casinha", porque não era uma "casinha", e vai-se dispensar de dizer muita coisa das conversas que teve com o munícipe. Já não era a casinha, era o acesso. -----

Continuou, pedindo ao munícipe para se calar agora, pois veio foi contar uma história, eventualmente verdadeira, e se não se cala, acabou-se a conversa, tendo seguidamente dado a conversa por terminada. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 109

Reunião de 2015/12/16

Procº 42/12 CTAE-AE.25

Deliberação nº 744

1. Assunto: INSPEÇÃO PERIÓDICA DE ASCENSORES – RUA MORGADO DA PÓVOA, Nº 5, QUINTA DA PIEDADE – RESTITUIÇÃO DE VALOR -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 277/15, de 25/11, do GAMAE, para aprovação da restituição do valor de 167,15€ à APAC - Associação Popular de Apoio à Criança, atendendo a que, por lapso, foi solicitada a inspeção de um ascensor para as instalações da associação, sitas na rua Morgado da Póvoa, nº 5, na Quinta da Piedade, Póvoa de Santa Iria, num edifício onde não existem quaisquer ascensores. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 277/15, de 25/11, do GAMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 5790/15, de 07/12, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2015/11/13 e 2015/12/04. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 5790/15, de 07/12, do DGAFJ/DRH, e mapa, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Fl. Ata

Reunião de 2015/12/16

Proc⁹

Deliberação nº

Assunto: LEGISLAÇÃO-SÍNTESE E EDITAIS -----

Foi dado conhecimento do que de seguida se indica: _____

1. Dos diplomas publicados em Diário da República com interesse para a administração local: -----

Declaração de Retificação nº 56/2015, de 2 de dezembro, I série, que retifica a Portaria nº 373/2015, de 20 de outubro, do Ministério da Defesa Nacional, que regula o processo de certificação das entidades formadoras dos nadadores-salvadores profissionais e aprova o respetivo regulamento, publicada no Diário da República, I série, nº 205, de 20 de outubro de 2015; -----

Acordo coletivo de trabalho nº 254/2015, de 10 de dezembro, II série, Acordo Coletivo de Empregador Público celebrado entre o Município de Vila Franca de Xira, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins (STAL) e a Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (FESAP).-----

2. Dos editais publicados entre 2015/11/30 e 2015/12/11, que constam da lista anexa, a qual se dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata. -----

Tomado conhecimento, -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

2

PM

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **112**

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente, pelo Sr. Vereador António Félix e pelo Sr. Vereador António Oliveira, no período compreendido entre 2015/11/26 e 2015/12/09, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **113**

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

[Handwritten signature]

1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----18 223 260,74€
Dotações não Orçamentais----- 2 033 483,51€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais----- 4 636 219,10€
Dotações não Orçamentais----- 441 013,92€

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA 2015 – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 74/15, de 02/12, do DGAFJ/SAE, para aprovação da transferência de verbas para as juntas de freguesia do concelho, referente à comparticipação nos encargos administrativos suportados pelas juntas de freguesia no ato eleitoral de 4/10/2015, de eleição para a Assembleia da República, no valor total de 2 469,76€.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 74/15, do DGAFJ/SE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – ROSA MARIA LOPES PACHECO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 5705/15, de 30/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Rosa Maria Lopes Pacheco, a exercer funções de apoio jurídico à Divisão de Assuntos Jurídicos, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei.-----

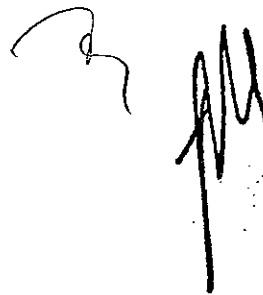
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 5705/15, de 30/11, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: ESTÁGIO CURRICULAR – CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA EM GESTÃO DE REDES E SISTEMAS INFORMÁTICOS – PROTOCOLO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 5635/15, de 25/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação da realização de um estágio curricular, na área de Gestão de Redes e Sistemas Informáticos, com a duração de 400 horas, não apresentando qualquer tipo de obrigação, além da orientação, bem como da minuta ao protocolo a celebrar com o ISTECS – Instituto Superior de Tecnologias Avançadas, para a sua realização, e da designação do orientador de estágio, o Chefe de Divisão, Engº Clemente Rocha. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 5635/15, de 25/11, do DGAFJ/DRH, e-mail do ISTECS e respetivo protocolo de estágio, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **117**

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____ **748**

1. Assunto: 10ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 8ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2015 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 108/15, de 10/12, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 10ª alteração ao orçamento e plano plurianual de investimentos e 8ª alteração ao plano de atividades municipais da câmara municipal para 2015.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 108/15, de 10/12, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----

1. Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO - CONSULTA PARA FINANCIAMENTO A MÉDIO PRAZO - AQUISIÇÃO DE FRAÇÕES E DEMOLIÇÕES NA ENCOSTA DO MONTE GORDO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 99/15, de 03/12, do DGAFJ/DPFCI, para ratificação do despacho que autorizou a abertura de procedimento com vista à consulta para financiamento bancário a médio prazo, num montante até 870 000,00€, para aquisição de frações e demolições na Encosta do Monte Gordo, em Vila Franca de Xira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 99/15, de 03/12, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto a reunião de câmara para ratificação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 119

Reunião de 2015/12/16

Procº APRV.CP.CJ. 01/14

Deliberação nº 750

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO – LIBERTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 467/15, de 19/11, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da liberação da caução prestada pela Endesa, Energia, Sociedade Anónima – Sucursal Portugal, pelo aval bancário nº 1587/31.602, emitido pelo Banco Popular Español, SA, no valor de 26 923,70€, correspondente a 5% da adjudicação, referente à aquisição de serviço de energia elétrica para as instalações alimentadas em média e baixa tensão especial do município. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 467/15, de 19/11, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

1. Assunto: ALUGUER DE ESTRUTURAS DE PALCOS PARA OS ESPETÁCULOS DO COLETE ENCARNADO DE 2016 E 2017 – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 475/15, de 25/11, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao aluguer de estruturas de palcos para os espetáculos do Colete Encarnado de 2016 e 2017.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 475/15, de 25/11, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----



6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **121**

Reunião de 2015/12/16

Procº 120/15 APRV.AD.RG

Deliberação nº _____ **752**

1. Assunto: ALUGUER DE EQUIPAMENTO DE SONORIZAÇÃO, IMAGEM E ILUMINAÇÃO DO PALCO PARA OS ESPETÁCULOS "PASSERELLE D'OURO" – ANOS 2016/2017 – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 494/15, de 09/12, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao aluguer de equipamento de sonorização, imagem e iluminação do palco para os espetáculos "Passerelle d'Ouro", anos 2016/2017. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 494/15, de 09/12, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE CONTENTORES SUBTERRÂNEOS PARA DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – AUTORIZAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INÍCIO DO PROCEDIMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 493/15, de 09/12, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para autorização da escolha e início do procedimento, bem como da respetiva despesa, aprovação da constituição do júri e das peças concursais, referentes à aquisição e montagem de contentores subterrâneos para deposição de resíduos sólidos urbanos, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação do início do procedimento e autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 493/15, de 09/12, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM REGIME DE MERCADO LIVRE, PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO (MT) E BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE), DO MUNICÍPIO – ANOS 2016/2017 – AUTORIZAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INÍCIO DO PROCEDIMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 488/15, de 02/12, do DGAJFJ/DFPCO/SCCP, para autorização da escolha do procedimento e da respetiva despesa, bem como aprovação da composição do júri e das peças concursais, referentes à aquisição de energia elétrica em regime de mercado livre, para as instalações alimentadas em média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE), do município – Anos 2016/2017, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação do início do procedimento e autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 488/15, de 02/12, do DGAJFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 124

Reunião de 2015/12/16

Procº 121/15 APRV.AD.RG

Deliberação nº 755

1. Assunto: ALUGUER DE UM HOME-DEPOSIT – SERVIÇO DE RECOLHA DESCENTRALIZADA DE FUNDOS, NA LOJA DO MUNÍCIPE – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 495/15, de 10/12, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao aluguer de um Home-Deposit para recolha descentralizada de fundos na Loja do Município, em Vila Franca de Xira, durante 24 meses. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 495/15, de 10/12, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 125

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº 756

1. Assunto: COMPROMISSOS PLURIANUAIS – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 497/15, de 10/12, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da apresentação e submissão de proposta a apreciar e deliberar pela assembleia municipal, visando a autorização da assunção dos compromissos plurianuais atinentes a contratos de empreitada de obra pública e de aquisição de bens. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 497/15, de 10/12, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 130/15, de 07/12, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2015/11/21 e 2015/12/06, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 130/15, de 07/12, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: LOTEAMENTO DENOMINADO POR QUINTA DA CEVADEIRA 2 – CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----


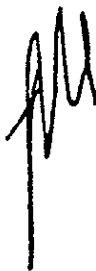
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 757/15, de 24/11, do DGUPRU/DGU, para aprovação do loteamento denominado por Quinta da Cevadeira 2, na Castanheira do Ribatejo, não havendo lugar a prévia discussão pública, nos termos do nº 2, do artigo 22º, do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, e o artigo 6º, do RMUETOU – Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas, promovido por Real Condado Imobiliário, Lda. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 757/15, de 24/11, DGUPRU/DGU, comunicação interna nº 300/15, de 26/05, do DASDEDS/DASEP, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se a uma questão de pormenor, dizendo que muito provavelmente a proposta em apreço nada tem a ver com o projeto de loteamento da primeira geração, da Quinta da Cevadeira 1. É assim que os membros da CDU a intitulam, não foi necessariamente o título dado para o efeito, mas gostariam de saber qual vai ser o futuro para a Quinta da Cevadeira 1 e que perspectivas a câmara municipal tem no sentido de legalizar, reconverter e devolver alguma urbanidade a toda aquela área que fica na encosta imediatamente acima. Depois, e por uma questão de preciosismo, muito provavelmente este empreendedor nada tem a ver, nem direta, nem indiretamente, com a primeira fase. -----
O Sr. Presidente interveio, respondendo que não, e que o que se tentou fazer foi



 

uma outra organização, dando sequência em termos de acessibilidade para uma futura urbanização, a Cevadeira 1 e a Cevadeira 2, que é uma forma mais simples de falar. Esta foi uma organização que se fez, que lhe parece mais adequada e que o diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana poderá explicitar melhor. -----

Quanto às outras questões que o Sr. Vereador Nuno Libório coloca, são mais difíceis de responder, ou seja, é verdade que se hoje se voltasse atrás poder-se-ia ter feito uma coisa diferente, mas o que é um facto é que a partir de 2008/2009 as situações que aparentemente estavam adquiridas deixaram de o estar. Hoje têm-se ali duas urbanizações, dois espaços que estão expectantes, que não sabe como vão evoluir, na medida em que, inclusivamente, tanto uma como outra já estão na posse de fundos imobiliários, com quem o executivo tem vindo a conversar, nomeadamente a da parte mais alta. O executivo tem vindo a conversar, através de um fundo que está agregado a um banco, para verificar se há condições do processo poder evoluir, e essas iniciativas não tiveram grande sucesso até ao momento, o que quer dizer que ainda não consegue dar uma resposta concreta, plausível e objetiva. Ficar-se-á expectante, no sentido de ver como o processo vai evoluir. -----

Quanto às oportunidades que chegarem, têm que se agarrar e tentar trabalhá-las, ou eventualmente encontrar, em termos jurídicos, a cessação de tudo aquilo e tentar arborizar o que lá estava, pelo menos no talude. Evidentemente que não é tão simples como está a dizer, mas um dia tem de se dar um fim àquele processo. - Neste sentido, pede ao diretor para explicitar melhor em termos técnicos o que está em causa, para além daquilo que já disse. -----

Interveio o Arqtº Nuno Santos, cumprimentando os presentes e dizendo, relativamente a esta proposta, que gostaria de fazer uma primeira referência, a de que é um projeto que já esteve aprovado em tempos. Quando veio a reunião, no sentido de serem apresentados os projetos para as obras de infraestruturas, surgiu a necessidade de o rever, numa questão que para a câmara municipal é muito querida, a das acessibilidades e do funcionamento. Aquela urbanização, do projeto que tinha sido aprovado, não tinha um funcionamento viário como é hoje proposto, em que os veículos entram e saem fazendo um anel, e acabava por ser a



urbanização um próprio beco sem saída, o que do ponto de vista da organização viária não seria bom, e do ponto de vista de segurança muito menos seria. Nesse sentido, foi promovida esta alteração para obviar esta questão. -----

Aquando da remessa à reunião de câmara foram levantadas algumas questões relativamente à zona que estava a ser cedida para equipamentos, nomeadamente qual a sua utilidade e, de acordo com a deliberação que foi tomada na altura em reunião de câmara, acordou-se que os serviços iriam estudar uma solução de arborização daquele terreno, uma vez que, pelas suas características, de um declive um pouco mais acentuado, e pelo facto de estar efetivamente atrás dos prédios, não cumpriria uma solução para equipamentos. -----

Encontrou-se esta forma de tratar aquele terreno com uma arborização, com as peças arbóreas que estão referidas nos documentos que estão anexos à proposta, dando cumprimento ao que tinha sido solicitado pela câmara municipal. As alterações que se reportam são estas, as da arborização, no sentido de aquela zona ficar como uma área de equipamento distinta do que hoje se consideram cada vez mais os equipamentos, como uma fruição de espaços públicos, que não são só espaços construídos, mas espaços arborizados com pequenas intervenções na área do enquadramento paisagístico, permitindo uma apropriação do espaço, a sua utilização por todos, e resolvendo uma questão viária que na primeira proposta não tinha ficado contemplada, ficando agora resolvida com esta proposta. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que quando se preparam as coisas, e quando se anda aqui não “para vir ver a bola”, deixa-se um rasto. De facto, este ponto esteve na reunião de câmara de 23 de julho de 2014, no Centro Comunitário de Vialonga, e foi retirado após uma intervenção feita por si. Foi retirado, porque na altura o próprio afirmou que aquele terreno que iria ser cedido ao domínio público tinha mais de 50% de inclinação, e se viesse assim não servia a entidade pública para coisa nenhuma, a não ser, se amanhã se quisesse lá construir, o muro de contenção de terras seria mais caro do que qualquer intervenção que lá se fizesse. Só o muro para conter aquelas terras era mais caro que qualquer construção de uma escola, um lar de idosos, um centro de dia ou o que fosse. -----

Portanto, na altura o que foi proposto por si, além das acessibilidades, que, se não lhe falha a memória, também terá sido abordado, mas nomeadamente sobre esta

[Handwritten signature]



parte, foi que no mínimo se deveria chamar o promotor e que arborizasse o espaço, e permitisse que a câmara municipal, daí a algum tempo, a alguns anos, se entender construir lá alguma coisa, pudesse sempre retirar as árvores, e se não construir nada estarem lá, pois ajudam a segurar as terras e a embelezar e dar um aspeto importante, cumprindo as espécies arbóreas, ao mesmo tempo, uma missão importante, além do embelezamento, a de ajudar à vivência no dia a dia, a uma vivência melhor. -----

Foi o que aconteceu, tem exatamente transcrito o que disse e o que foi assumido, e fica satisfeito que as intervenções dos membros da Coligação Novo Rumo e a atividade política que têm serve efetivamente para alguma coisa. Portanto, quando depois vê que se vão plantar várias espécies arbóreas, como estão nos documentos, e que o promotor fica com a obrigação de as manter durante os dois primeiros anos, incluindo a sua rega, tendo que as manter, pensa que uma parte da obrigação que têm está concluída, que é obrigar a que as coisas se façam, se não na perfeição, bem, e que as pessoas que venham para ali habitar não tenham, nem problemas de acessibilidades, nem de espaços verdes, e tenham um espaço planeado e projetado de acordo com aquilo que deve estar e é correto, desde a primeira intervenção.-----

Assim, estão de acordo, e neste caso não terão nada a opor a que se aprove dado o que conhecem e dada esta alteração. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que efetivamente conseguiu-se um melhor projeto de implantação da urbanização e, naturalmente, só se tem que ter em consideração a comunhão das ideias que vão surgindo. Foi isso que foi feito, e demorou este tempo todo porque o convencimento do proprietário não foi logo imediato. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: AUMENTO DE COMPROPRIETÁRIOS – LUGAR DA IGREJA – CACHOEIRAS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 774/15, de 03/12, do DGUPRU/DGU, para ratificação do despacho que autorizou o aumento do número de comproprietários da propriedade descrita na Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, sob a ficha nº 37/19870424, com a área total de 1 612,7m², e inscrita, parte, na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 40 da secção 1 J, composta de vinha e árvores de fruto, e, parte, na matriz predial urbana sob o nº 740, composta por casa de r/c e 1º andar, destinado a habitação, com anexos, com 469m² de área total coberta, no lugar da Igreja, nas Cachoeiras, solicitado por Carla Margarete Ramos Rodrigues Gonçalves. -----


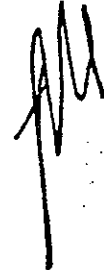
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 774/15, de 03/12, do DGUPRU/DGU e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **132**

Reunião de 2015/12/16

Procº 37/15 CERTAUGI

Deliberação nº **759**

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 15 DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA PONTE – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 282/15, de 07/12, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 15 do loteamento da Quinta da Ponte, em São João dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2015-AUGI, de 25/03, solicitado por Carlos Manuel de Almeida Carvalho.-----

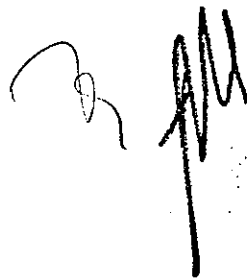
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 282/15, de 07/12, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 278, ANTIGO LOTE 276, DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA PONTE – SÃO JOÃO DOS MONTES-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 281/15, de 07/12, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 278, antigo lote 276, do loteamento da Quinta da Ponte, em São João dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2015-AUGI, de 25/03, solicitado por Manuel Dias Horta.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 281/15, de 07/12, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DOS BALTARES (PARCELAS 1 E 2) – ALVARÁS DE LOTEAMENTO Nº 1/2013 E Nº 2/2013 AUGI – SOBRALINHO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 196/15, de 18/11, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação da alteração ao loteamento dos Baltares (parcelas 1 e 2), titulado pelos alvarás de loteamento nº 1/2013 e nº 2/2013 AUGI, no Sobralinho. -----


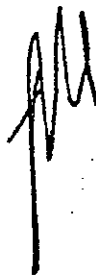
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 196/15, de 18/11, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: JARDINS DO ARROZ – PASSEIO RIBEIRINHO – AUTO DE VISTORIA PARA EFEITOS DE LIBERAÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1552/15, de 24/11, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria, datado de 2015/11/16, bem como da liberação de 15% da caução total da empreitada dos Jardins do Arroz – Passeiro Ribeirinho, no valor de 4 735,15€, correspondente ao 4º ano completo decorrido desde a data da receção provisória da obra, atendendo à inexistência de defeitos que sejam da responsabilidade do empreiteiro, Santos Aparício, Lda. -----


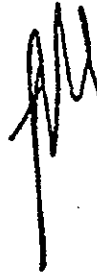
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1552/15, de 24/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRÂNSITO DA FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1592/15, de 03/12, do DOVI/DOVI, para apreciação e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação da alteração ao Regulamento de Trânsito da Freguesia de Vila Franca de Xira, depois de terminado o período de consulta pública, no dia 2015/10/29, não tendo sido apresentadas quaisquer sugestões.-----

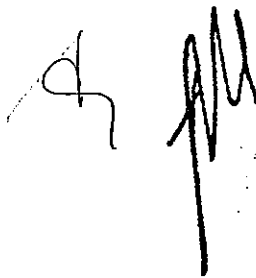
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1592/15, de 03/12, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: CONCLUSÃO DA RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB Nº 2 E JARDIM DE INFÂNCIA Nº 4 – AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA PARCIAL E LIBERAÇÃO TOTAL DA CAUÇÃO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1594/15, de 03/12, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria para receção definitiva parcial, datado de 2015/12/02, referente a equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis, e elementos construtivos não estruturais, bem como da liberação em 100% do valor total da caução, no montante de 172 649,85€, da empreitada de conclusão da recuperação e ampliação da EB nº 2 e Jardim de Infância nº 4, em Alverca do Ribatejo, adjudicada à Costa & Carvalho, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1594/15, de 03/12, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo estiveram a avaliar a documentação com 12 fotografias, e registam que não existem anomalias imputáveis à Costa & Carvalho, pelo que consideram que se está em condições de efetuar a receção definitiva e parcial, mas gostariam de saber, em relação às anomalias detetadas referentes à empreitada da Imocochão, tal como referido na documentação, quais são e quando vão ser reparadas. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que neste momento não há patologias a não ser uma situação no espaço de interligação entre os dois edifícios, salvo erro, em que havia um afundamento, e na altura julgava-se que isso acontecia por incumprimento do projeto que foi a concurso. Durante muito tempo houve um



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 138

Reunião de 2015/12/16

Procº DOVSM.01.01.02.21.02

Deliberação nº _____

diferendo entre o Departamento de Obras e Viaturas Municipais, entre os técnicos da câmara municipal e os da Costa & Carvalho, até que, para tirar dúvidas, fez-se uma sondagem, no sentido de saber se efetivamente o que estava no projeto era aquilo que estava construído. -----

Efetivamente concluiu-se que estava, e o que estava e está mal é um projeto mal elaborado. Nesse sentido, informou-se a Imocochão, que acionou o projetista no sentido de assumir as suas responsabilidades. É evidente que o processo não pode ficar assim, e a câmara municipal vai ter de encontrar uma solução caso aquela patologia comece a ter repercussões complicadas, e por isso mesmo o projetista vai ter de se pronunciar, para se saber porque é que, onde devia ter considerado mais apoios, não os considerou no projeto, tendo a Costa & Carvalho construído aquilo que estava no projeto, e não se podem assacar-lhe culpas que não tem. -----

Por isso se andou muito tempo neste processo, até que se concluiu que as patologias que eram responsabilidade da Costa & Carvalho foram todas feitas, e até para além disso, pois fez algumas pinturas que se aproveitou para fazer, e fez. Neste sentido, no que diz respeito à Costa & Carvalho o processo está terminado, não está terminado é o outro, que se verá como vai evoluir. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que gostaria só, em primeiro lugar, de fazer duas perguntas. O edifício novo, que fica no encosto com o antigo, ou seja, há um corredor e depois está o edifício novo para lá, já encostado ao rio Crós-Cós, tinha umas humidades que aparentemente viriam do solo e subiam. Não sabe se acabou por ficar corrigido, não tem de memória, e depois havia também azulejos que saltavam por força disto, pelo que não sabe se ficou tudo corrigido. -----

Tem de memória, porque participou uma vez numa reunião com o projetista, em tempos, já lá vão uns anos, que este disse que a câmara municipal já tinha tomado a decisão de que ele era o responsável, e a empresa Costa & Carvalho sempre disse que tinha feito o que estava no projeto. Assim, ficou assumido, no fim desse ano e início do ano a seguir, que seria colocado, de forma discreta, um conjunto de pontos que fizesse a monitorização do edifício, mas não sabe se chegaram a ser colocados ou não, e, se chegaram a ser colocados, qual o resultado que daí veio. ---

Por fim, não sendo a empresa Costa & Carvalho responsável, há de ser o projetista, pelo que a Imocochão, empresa que contratou o projeto, e a câmara municipal,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 130

Reunião de 2015/12/16

Procº DOVSM.01.01.02.21.02

Deliberação nº _____

têm de colocar uma ação contra o arquiteto. Aqui há duas questões, ou o arquiteto resolve este problema ou tem que resolver a Imocochão com a câmara municipal. Não há muitas questões, mas isto tem de ser acompanhado, porque o arquiteto fez várias obras para a câmara municipal. Este não é um exemplo, há vários, de coisas que não são propriamente bem conseguidas, e a câmara municipal deveria acompanhar e, se necessário, acompanhar a Imocochão no processo, porque estes senhores têm seguros e forma de ressarcir a câmara municipal, pagando, se for necessário, as obras de correção, para que isso não aconteça.-----

O problema daquela escola não é só este, dos pilares, da brita ou o que foi feito, inclusivamente a cota a que a escola foi feita não é a que deveria ter sido, considerando os terrenos onde está implantada. Para além disso, a escola ainda tem outros problemas, e reconhece que não leu o documento todo, pelo que não sabe se estão referidos, que são os da drenagem. Do que tem de memória, a escola tinha duas drenagens. Uma, que drenava para o rasto do rio Crós-Cós, estava mesmo no rasto, e outra que estava a drenar para baixo do rio Crós-Cós, ou seja, para lado nenhum. Tinha sido feito um dreno para os pluviais que lá existiam, para que não houvesse inundação na escola. Portanto, este é outro erro que foi na altura feito, e pensa que foi por causa dele que na altura houve a reunião no departamento.-----

São demasiados erros, que estavam perfeitamente identificados, porque havia estas duas drenagens, uma no rasto do rio e outra que passava por baixo do rio, não tinha pendente para drenar, e a responsabilidade era objetivamente deste projetista. Assim, pergunta, passado este tempo, o que é que vai acontecer. A Imocochão já apresentou a ação? Qual é que é o estado da ação? Ao mesmo tempo, trata-se de acionar os seguros e chamar a Ordem dos Arquitetos, porque o senhor fez um projeto que não cumpre a realidade e prejudica objetivamente quem tem essas instalações, que neste caso é a câmara municipal ao serviço da educação, com crianças dentro daquelas instalações.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que há um projeto insuficiente, e todas estas questões que o Sr. Vereador referiu tiveram de ser resolvidas. De facto aquele projeto padece de muitos problemas, e agora há que encontrar duas questões. Em primeiro é o ponto que está hoje em apreço, que se tem de fechar



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____
Fl. Ata 140

Reunião de 2015/12/16
Procº DOVSM.01.01.02.21.02
Deliberação nº _____

com a Costa & Carvalho, porque já se concluiu, tecnicamente e exaustivamente, que não tem culpas neste processo. Outra é a da Imocochão versus projetista. ----- Aquilo que a câmara municipal fez foi notificar a Imocochão, houve reuniões com o seu advogado e o da autarquia, onde o próprio participou, no sentido de se encontrar uma solução, que passa pela Imocochão acionar o próprio projetista. Neste momento o processo está em desenvolvimento, sendo que, efetivamente, a câmara municipal provavelmente vai ter de fazer as obras de reparação que são necessárias, e depois encontrar, em sede própria, em tribunal, se assim for, forma de ser ressarcida.-----

É uma situação que não deveria ter acontecido, mas já esteve envolvido em muitos processos, antes de estar na câmara municipal, e também depois, na apreciação de muitos projetos, e não há nenhum, ou que conheça não há nenhum projeto seguro a 100%, porque é sempre possível fazer melhor e é sempre possível encontrar uma solução. Agora, um projeto imperfeito é que já não é admissível. ----- Já se têm tido projetos interessantes, que depois em obra se verifica que ficava melhor de outra forma, mas isso é outra coisa, neste ali não, são erros grosseiros de projeto, de maneira que o projetista vai ter de resolver este problema. O processo entre advogados está a caminhar, confessa que neste momento não tem o ponto da situação, mas na próxima reunião poderá dar essa informação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

1. Assunto: TRABALHOS DA EDP DISTRIBUIÇÃO, SA, NO ÂMBITO DO CONTRATO DE CONCESSÃO E DECORRENTES DE PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELO MUNICÍPIO – ANO DE 2016 – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1585/15, de 04/12, do DOVI/DOVI, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente aos trabalhos da EDP Distribuição, SA, no âmbito do contrato de concessão e decorrentes de programas desenvolvidos pelo município – Ano de 2016.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1585/15, de 04/12, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

1. Assunto: ADAPTAÇÃO DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DE POSTO DA GNR A ESQUADRA DA PSP – ABERTURA DE PROCEDIMENTO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1605/15, de 07/12, do DOVI/DOVI, para aprovação da abertura do procedimento de concurso público, com o preço base de 397 500,00€, acrescido de IVA, e prazo de execução de 180 dias, bem como das peças do procedimento, do respetivo júri e do perito, para a empreitada de adaptação das antigas instalações de posto da GNR a esquadra da PSP, em Vila Franca de Xira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1605/15, de 07/12, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----



4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que finalmente se vai conseguir avançar com o processo, porque estava pendente de pareceres favoráveis da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, que esteve muito tempo para dar os pareceres. Já se têm os pareceres, e agora ir-se-á avançar com a obra, para que, talvez no início de 2017, esteja concluída, e até tem que ser antes, de acordo com o protocolo, senão fica-se sem o “dinheirinho”. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo, em relação ao “dinheirinho”, uma pequena nota, a de que ao fim de muitos anos à espera, e sem condições, a PSP de Vila Franca de Xira, o concelho, e sobretudo os cidadãos, finalmente viram ser assinado, com a Srª Ministra da Administração Interna, a Professora Doutora Manuela Miranda Rodrigues, o protocolo para a construção da nova esquadra da PSP na cidade de Vila Franca de Xira. Agora sim, pode-se confiar que esta será uma realidade. A verba de 450 000,00€ foi devidamente cabimentada pelo governo



PSD/CDS, e o trabalho foi feito para que, dentro de aproximadamente um ano, Vila Franca de Xira tenha a esquadra apta a servir à população e que os 45 homens e mulheres da PSP tenham melhores condições para garantir a segurança de pessoas e bens, e a manutenção do ambiente seguro, favorável à economia local, o “dinheirinho”. Isto acontece após sucessivos responsáveis políticos dizerem que resolviam sem nunca resolverem, após vários anos de promessas que nunca se concretizaram, culminando com a anterior presidente de câmara a propor a aprovação de uma minuta de protocolo, apenas para poder colocar “outdoors” e fazer propaganda política com uma futura esquadra, vindo-se a saber posteriormente que não existia qualquer compromisso do governo.-----

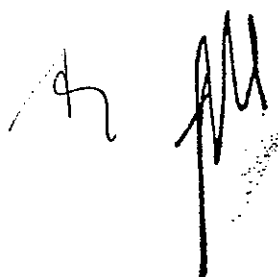
Daquilo que julgam saber até hoje, o Estado, nos últimos anos, só assumia compromissos tendo dinheiro para os pagar, e foi assim que aconteceu este ano, ainda na anterior legislatura, pois foi assinado o protocolo para o investimento de 450 000,00€, valor suportado pelo município e posteriormente reembolsado pelo Ministério da Administração Interna, o qual será destinado ao projeto de execução das obras de reabilitação e adaptação do edifício municipal para a nova esquadra, demonstrando mais uma vez, em Vila Franca de Xira, as convergências que são necessárias no país. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo à Srª Vereadora que este é um processo longuíssimo, até se disponibilizou em tempos o matadouro, e depois a câmara municipal viu-se “aflita” para que lhe devolvessem o matadouro. Este processo teve, de facto, muitas nuances, muitas expectativas, e foi concretizado pela anterior ministra, não do governo em gestão, com a qual teve uma relação profissional muito importante, e através disso conseguiu-se que o processo evoluísse. Este é o exemplo acabado de que o poder local tem de estar disponível para trabalhar com o governo, seja ele qual for. -----

A Srª Vereadora Ana Paula Bayer interveio, referindo aquilo que o Sr. Presidente disse no início da reunião, que às vezes havia alguma dificuldade de convergir. -----

Respondeu o Sr. Presidente que nunca disse isso, pelo contrário, tendo a Srª Vereador Ana Paula Bayer respondido que então se vai voltar a ouvir a gravação. ---

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que pode ter dito, e obviamente que poderá haver uma situação complicada com o Governo, com um determinado ministro ou




algum secretário de Estado, em que poderá dizer que “com este senhor não foi possível resolver”, mas quando fala no Governo é em sentido lato, de todos os ministérios, do Primeiro-Ministro, de toda a gente. Assim, da sua parte, enquanto presidente da câmara a atitude que tem é a que vai ter sempre. Foi a que teve com a Srª Ministra da Administração Interna e, noutras ocasiões, com o Srª Ministro da Saúde, sendo que, na situação muito grave que se teve, da legionella, só lhe pode “tirar o chapéu” pela eficácia e eficiência na resolução do processo, e sobretudo na sua liderança, tendo a câmara municipal feito aquilo que era necessário fazer. Não pode deixar de reconhecer que, de facto, o anterior ministro da saúde, nesse particular, teve uma ação muito importante. -----

Quanto a esta Srª Ministra, que aparentemente parecia frágil, o que é um facto é que resolveu muitas coisas, até na área da contratação e de alguns regulamentos que tinham a ver principalmente com a PSP. No caso de Vila Franca de Xira a Srª Ministra disse, e cumpriu, e o que se tem de fazer é assumir o compromisso que se assumiu, ou seja, construir. Ao fim ao cabo, quando se está a falar do “dinheirinho”, quem vai avançar com o “dinheirinho” é a câmara municipal, e depois espera que o protocolo que foi assinado seja honrado, porque se não for, com certeza que o vão ter de ouvir, e muito. -----

Se calhar agora até tem mais condições, em determinados sítios, de dizer claramente, “é pá, vocês são piores que os anteriores, porque não estão aqui a arranjar um problema, estão é a acrescentar um problema”, mas crê que isso não acontecerá, na medida em que compromissos são compromissos, e isso tudo, na transição governamental, deve lá estar para resolver. O que interessa neste particular é que a esquadra esteja pronta e ao serviço da PSP, que tem péssimas condições, provavelmente das piores do país. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, para dar só uma nota, referindo que quando a câmara municipal assinou o protocolo tinha lá o cabimento pela parte do Estado. Portanto, haja transferência ou não de pasta, a câmara municipal, ao contrário do passado, que tinha palavra de ministro mas não havia dinheiro, agora tem a assinatura, e antes do protocolo os serviços da autarquia de certeza absoluta que receberam o respetivo cabimento no Orçamento do Estado, o que quer dizer que, venha o governo que vier, está lá o dinheiro cabimentado. É essa a diferença

substancial face ao passado. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

[Handwritten signature]

1. Assunto: REGULARIZAÇÃO DO RIO CRÓS-CÓS – AUTO DE VISTORIA PARA EFEITOS DE LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1602/15, de 04/12, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria, datado de 2015/11/06, bem como da liberação de 60% da caução total da empreitada de regularização do rio Crós-Cós, em Alverca do Ribatejo, no valor de 349 678,22€, referente ao 2º ano completo decorrido desde a receção provisória parcial final da obra, adjudicada à Conduril - Engenharia SA. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1602/15, de 04/12, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que a bancada da Coligação Novo Rumo se vai abster neste ponto. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

1. Assunto: SALÃO DE ARTESANATO 2015 - DEVOLUÇÃO DE TAXA DE PARTICIPAÇÃO --

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 340/15, de 02/12, do DEC/DCTPM, para aprovação da devolução da taxa de participação no Salão de Artesanato de 2015 ao artesão José Rodrigues Ferreira, no valor de 50,00€, que apresentou atempadamente a sua desistência ao certame, justificando com documentos hospitalares comprovativos de incapacidade física. -----


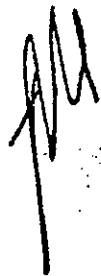
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 340/15, de 02/11, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALHANDRA, SÃO JOÃO DOS MONTES E CALHANDRIZ -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 438/15, de 23/11, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aprovação, após parecer favorável da Comissão Municipal de Toponímia, da atribuição de topónimos na União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 438/15, de 23/11, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 437/15, de 23/11, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aprovação, após parecer favorável da Comissão Municipal de Toponímia, da atribuição de topónimos na União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 437/15, de 23/11, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

Assunto: PROJETO “PODER (ES)COLHER” – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO EXCECIONAL-----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/12/10, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição de um apoio financeiro excecional à APSDC – Associação para a Promoção da Saúde e Desenvolvimento Comunitário, no valor de 5 400,00€, de natureza eventualmente reembolsável, para evitar a suspensão ou a cessação dos projetos de intervenção social e comunitária em curso, contrária ao interesse público municipal, no âmbito do projeto “Poder (Es)Colher”. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, mencionando que é de lamentar que para uns só haja obra com a respetiva cabimentação, e para outros, infelizmente, vai-se receber uma distinção a Bruxelas, dada pelo Observatório Internacional da Justiça Juvenil, e faz-se um grande alarido, porque, de facto, tem-se entre nós projetos que são alvo de prémios internacionais, e vai o alto-comissário para as migrações, Dr. Pedro Calado, à UNESCO, receber o prémio, mas depois a cabimentação, o papel, deve-se ter perdido no meio das viagens e as pessoas estão sem receber desde meados de agosto. -----

Portanto, infelizmente as coisas nem sempre são como se dizem, e este é um dos casos. O programa Escolhas é, de facto, um programa interessantíssimo e importantíssimo para o concelho, aliás já teve oportunidade de trabalhar nele a nível profissional, e, lamentavelmente, pode-se correr o risco de terminar, porque não há a tal cabimentação que era apanágio do anterior governo. -----

Assim, os membros da CDU lamentam profundamente que as pessoas que têm uma importância estrondosa no território estejam sujeitas a não receber o seu vencimento desde o mês de agosto, e que até agora a situação não tenha sido resolvida, porque já se está no final do mês de dezembro, e estão plenamente de acordo com este subsídio ou adiantamento da verba. -----

Contudo, há uma outra preocupação, como será o futuro, porque resolveu-se agora, temporariamente, a questão, com este subsídio que se vai dar para resolver o problema dos salários dos técnicos que trabalham neste programa, mas depois, provavelmente, se as coisas não melhorarem, e espera que melhorem, ter-se-á este problema daqui a nada. Só se vai resolver o problema que está desde agosto

até agora, como é que vai ser daqui para a frente? De facto, é uma perda enorme para o concelho, nomeadamente para a comunidade de Povos, se o programa Escolhas deixar de existir, coisa que naturalmente vão lamentar e fazer tudo para que não aconteça. Assim, gostariam de perceber junto da câmara municipal como vai ser o futuro deste programa se as coisas continuarem desta forma.-----

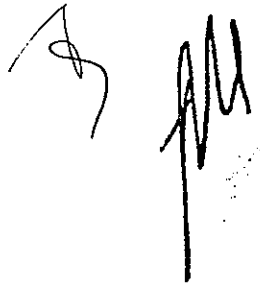
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que por acaso pensa que a informação é relevante, porque vai tentar saber quem não pagou e porque é que não pagou, mas com certeza que a câmara municipal conseguirá saber quem assumiu compromissos, devia ter pago e não pagou, se foi o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, ou se é este instituto público, liderado por este alto-comissário e, sendo um instituto público, tem autonomia financeira, e não pagou.---

Respondeu o Sr. Presidente que já se tomaram todas as diligências possíveis. -----

Continuou o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que não sabe, e pergunta se é assim ou não, pois pode estar a cometer algum erro, mas por acaso gostaria de saber, e vai tentar saber, só que gostaria que a câmara municipal também soubesse quem assumiu compromissos para os quais, a seguir, não teve dinheiro para pagar. Se o Estado central, seja ele qual for, assumiu compromissos para os quais não tinha dinheiro para pagar, e não pagou, é tão errado, chame-se o ministro Manuel, Joaquim ou Francisco, do anterior governo ou do outro anterior. Esta é a grande diferença, não tem nenhum receio em criticar um conjunto de entidades, sejam elas do Benfica ou do Sporting. -----

Agora, o que sabe, no caso anterior, é exatamente isto, havia cabimentação e havia compromisso. Neste caso vai tentar saber, mas pensa que a câmara municipal terá muito mais condições de saber quem é que assumiu efetivamente estas responsabilidades, e quem é que não as pagou.-----

No entanto, como dinheiro não é problema, está absolutamente convencido que se vai resolver isto nos próximos dias, e quanto ao programa Escolhas, a par de um conjunto de outros que existem, e que deixaram de existir, com certeza que o atual Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social vai resolver, e com certeza que esse programa, a par de muitos outros, não deixará de existir, porque terá que ter o voto do Partido Comunista Português no Parlamento, porque senão o Governo não anda em frente. -----

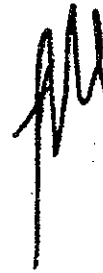


Não tem nenhuma dúvida que o Governo do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda vai resolver todos estes problemas sociais, e o próprio cá estará para ir à procura deles, que é: "Então não se resolveu aquilo? Não há dinheiro? Dinheiro não é problema". Foi o que os membros da Coligação Novo Rumo ouviram sempre, e está absolutamente convencido que o voto do Partido Comunista na câmara municipal e no Parlamento vale tanto, o que quer dizer que o programa Escolhas, a par de outros absolutamente essenciais para os mais carenciados e desprotegidos, não será alvo de um corte, muito pelo contrário, ir-se-ão acrescentar esses programas, e o voto da esquerda com "grande coração" vai ser absolutamente determinante. -- Para terminar, gostaria que se pudesse fazer chegar ao gabinete dos membros da Coligação Novo Rumo os documentos que se fizeram chegar ao Ministério da Educação, à época, com as ausências de pagamento que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira referiu, que o governo não pagava. Já agora, poderia ser feita uma comparação entre o fim do mandato anterior e o volume de dívida, porque, como tem alguma memória, sabe o que é que o governo anterior devia à câmara municipal em matéria de escolas e outras coisas, os milhões que tinha em dívida, e o que eventualmente este governo, quando saiu, deixou de dívida à autarquia. ----- Convinha que se avaliasse, para depois se poder medir, e não se "meter tudo no mesmo saco", abanar, e fazer de conta que é tudo igual, porque há efetivamente diferenças. Palavra de ministro tem valor, mas tem valor depois de assinado, cabimentado e comprometido, é só assim que tem valor. De outra forma não passa de uma palavra como outra pessoa qualquer. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que há várias coisas, a primeira das quais é que é absolutamente inconcebível pessoas estarem a trabalhar sem receber. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que quem assumiu esse compromisso devia pagar do seu bolso. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, para referir que a responsabilidade haverá de ser apurada, e não consegue é conviver com situações dessas, convive mal, porque efetivamente estas pessoas, em ato de desespero, em desespero de causa, e a Srª Vereadora depois poderá explicitar melhor, que foi quem acompanhou melhor este processo, vieram ter com a câmara municipal, e pensa que nestas situações a autarquia deve ponderar, e deve também tentar resolver. -----



Depois, solicita ao Dr. Fernando Barreiros que a transferência possa ser feita hoje, indo esta proposta, aparentemente, ser aprovada, para que as pessoas possam receber. Já é mau não receber, mas estar sem receber numa época como a que se está a atravessar ainda é mais triste, e de facto é muito mau. -----

Agora, o programa Escolhas vai acabar em dezembro, estava previsto no planeamento, mas é provável que tenha continuidade, só que agora não sabe responder. Algumas associações já concorreram, na possibilidade do processo continuar, e espera que continue, porque é um projeto que, pelo menos na incidência deste, que é em Povos, tem dado um excelente resultado, porque senão Povos ainda era pior do que aquilo que é.-----

As pessoas assumiram um compromisso em termos profissionais, para o efeito têm uma compensação remuneratória, e o mínimo que devia acontecer era receberem a tempo e horas, não é não receberem desde agosto por causa de uma situação qualquer de uma transferência, que nem sabe bem de quê, e que alguém não transferiu e devia ter transferido. Acredita que o dinheiro exista, ele existe, certamente, não tem dúvidas sobre esta matéria, mas estas coisas devem ter uma celeridade, porque está-se a falar das pessoas que precisam do dinheiro para viver, e não há necessidade nenhuma destas questões.-----

Disseram que pagavam no início do ano, depois já não era no início do ano, depois era não sabe quando, portanto, há esta solução, é uma questão excecional, não pode fazer regra, mas se assim não fosse as pessoas iam passar o Natal sem dinheiro, e não pode ser.-----

Assim, quem é responsável tem que se responsabilizar.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Fátima Antunes, mencionando que antes do executivo municipal ter trazido esta proposta a reunião de câmara foram feitos alguns contactos com o Alto Comissariado para as Migrações, nomeadamente com a Srª Coordenadora Distrital, Drª Luísa Malhó, no sentido de obter algum esclarecimento, o porquê deste pagamento não ter sido feito, e se havia alguma previsão de quando iria ser realizado. O que informaram foi que este atraso se deveria a uma alteração do quadro comunitário, e que estaria para breve, mas não se conseguia garantir uma data efetiva de quando é que será realmente feito. -----

A câmara municipal reconhece a atividade que é desenvolvida pelo projeto no



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 154

Reunião de 2015/12/16

Procº _____

Deliberação nº _____

concelho, que constituiu todas as mais-valias que são do conhecimento geral, e também como parceiro, tendo o Sr. Presidente já referido que, de facto, toda esta situação, para os técnicos que estão a desenvolver trabalho neste projeto, não é agradável, e além do mais a APSDC - Associação para a Promoção da Saúde e Desenvolvimento Comunitário, que é a entidade promotora do projeto, tem compromissos que tem de assegurar, com as Finanças e a Segurança Social. A APSDC também está a coordenar e desenvolver o projeto dos NAT - Núcleos de Atendimento a Toxicodependentes, e se não cumprir as obrigações com as Finanças e a Segurança Social põe também em causa a continuidade deste projeto. Assim, foi neste sentido que a câmara municipal decidiu avançar com a questão deste apoio, para tentar minimizar para já.-----


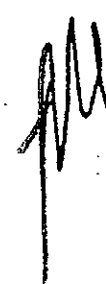
Como o Sr. Presidente também já disse, esta geração do projeto Escolhas termina a 31 de dezembro, e já estão a ser desenvolvidas candidaturas para a 6ª geração, que depois irão ter início no princípio do ano que vem.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que nesta fase a câmara municipal vai resolver, e depois espera que o Dr. António Costa vá ressarcir a autarquia do dinheiro.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio novamente, referindo que reafirma que os membros da Coligação Novo Rumo votam a favor porque estão de acordo, e mais, ficam satisfeitos com esta explicação, porque aparentemente é ligeiramente diferente, coloca os pontos nuns lugares diferentes. Tem que ter monitorização e acompanhamento político, mas, aparentemente, e não sabe se é assim, gostava de saber, a decisão ou o atraso nada tem a ver com o anterior ou com este, se calhar tem a ver com outras nuances, que era bom e convinha que se soubesse, até para evitar para futuro. -----

Agora, quanto ao pagamento das pessoas subscreve palavra por palavra aquilo que disse o Sr. Presidente, quem trabalha tem direito a receber o que lhe está e foi acordado e comprometido. Trabalham, exercem uma missão, neste caso é uma missão ainda maior, porque é social, logo, cumpriram, e as entidades públicas devem assegurar o normal e regular pagamento do salário que aí é feito. Por isso votam a favor, e estarão de acordo, em situações semelhantes, que se possa fazer e ter esta mesma atuação. -----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -

1. Assunto: REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO NACIONAL DE INVERNO DE NATAÇÃO ADAPTADA 2016 – CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE NATAÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 408/15, de 07/12, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a celebrar com a Federação Portuguesa de Natação, que define as condições para a cedência da Piscina Municipal de Vila Franca de Xira, para a realização do Campeonato Nacional de Inverno de Natação Adaptada 2016, a realizar nos dias 5 e 6 de março.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 408/15, de 07/12, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----

[Handwritten signature]

1. Assunto: APOIO MUNICIPAL À AUDIÇÃO DE JOVENS MÚSICOS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PÓVOA DE SANTA IRIA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 451/15, de 25/11, do DASDEDS/GAMAJ, para aprovação da minuta do protocolo, a celebrar com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Póvoa de Santa Iria, que visa o apoio à realização da audição de jovens músicos, da classe de metais, da escola de música da associação.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 451/15, de 25/11, do DASDEDS/GAMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Fl. Livro _____
Fl. Ata _____ **157** _____
Reunião de 2015/12/16
Procº _____
Deliberação nº _____

Assunto: FINAL DA REUNIÃO -----

Terminada a discussão da ordem do dia, interveio o Sr. Presidente, informando que a Srª Vereadora Fátima Antunes responderá à Srª Vereadora Ana Paula Bayer, sobre uma questão colocada no ponto 44 da ordem do dia, e outra ainda, relativa ao período antes da ordem do dia.-----




Deliberação nº 774

45 ata minuta



Encerramento às 13h50. -----

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2016/01/13, não tendo participado na votação o Sr. Vereador Orlando da Silva, por não ter estado presente, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. _____

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -